

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ATLAS LINGUÍSTICO DOS FALARES DO ALTO RIO NEGRO - ALFARIN

JEIVIANE DOS SANTOS JUSTINIANO

Manaus - AM
2012

JEIVIANE DOS SANTOS JUSTINIANO

ATLAS LINGUÍSTICO DOS FALARES DO ALTO RIO NEGRO - ALFARIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como item indispensável para a defesa de dissertação, requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Luiza de Carvalho Cruz Cardoso.

Manaus – AM
2012

JEIVIANE DOS SANTOS JUSTINIANO

Manaus, 27 de agosto de 2012.

Membros da Banca de Defesa:

Profa. Dra. Maria Luiza de Carvalho Cruz Cardoso – UFAM/AM

Profa. Dr. Felício Wessling Margotti – UFSC/SC

Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno – INPA/AM

Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera – UEL/PR

Prof. Dr. Frantomé Pacheco Bezerra – UFAM/AM

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

J96a	<p>Justiniano, Jeiviane dos Santos Atlas linguístico dos falares do alto rio Negro – ALFARiN / Jeiviane dos Santos Justiniano . - Manaus: UFAM, 2012. 103 f.; il. color.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Prof^a Dra. Maria Luiza de Carvalho Cruz Cardoso</p> <p>1. Línguas indígenas – Dialetos – Negro, alto rio (AM) 2. Dialetologia 3. Geografia linguística I. Cardoso, Maria Luiza de Carvalho Cruz (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p> <p>CDU (1997): 81'286=87(811.3)(043.2)</p>
------	--

Dedico esta pesquisa à minha filha Letícia que um dia entenderá que muitos desses falares fazem parte de sua história.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho dessa natureza requer a colaboração de muitas pessoas. Sem elas jamais teria chegado até aqui.

Agradeço a todos que, mesmo de forma indireta, contribuíram para a concretização desta pesquisa.

A Jesus Cristo, verdadeira força e caminho. Em ti, Senhor, sempre confiei as minhas decisões que sempre me foram reveladas no momento certo. Esta aqui é mais uma.

Ao meu adorável marido, Juscelio Camilo, grande admirador do meu trabalho, homem simples, compreensível, presente e amado. Obrigada pela força, por entender as minhas ausências, por cuidar de nossa filha e por ter dividido comigo as alegrias e frustrações desta pesquisa. Você é o grande patrocinador desta realização, muito obrigada! Eu te amo!

A minha filha, Letícia, presente de Deus, a alegria dos meus dias. Filha, você é uma das grandes razões deste momento. Sou grata a você simplesmente por fazer parte de minha vida. Seu sorriso e sua felicidade foram motivos suficientes para enfrentar qualquer desafio. Amo você!

Aos meus abençoados pais, Senhor Jacinto Justiniano e Senhora Maria Gorete Justiniano. Sem vocês as conquistas não existiriam. Força, paz, tranquilidade, amor, confiança, incentivo, ajuda e compreensão representam todos os momentos por nós divididos. Meus alicerces, meus conselheiros, meus amores. Nenhuma palavra é capaz de significar a minha paixão por vocês. Mãe, obrigada por ter dado atenção e carinho a minha filha, quando estive ausente. Pai, obrigada por ter dividido comigo a pesquisa de campo. O senhor revelou-se um grande pesquisador. A vocês minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos, Jeibson, Teovanna e Taíse. Agradeço pelo respeito às minhas escolhas profissionais e pelo amor fraterno tão intenso. Admiro cada um de vocês que fazem parte do meu verdadeiro tesouro. Mesmo distantes, todos estão sempre perto do meu coração. Amo vocês!

Aos meus cunhados Kleber Pessoa e Camila Justiniano, simplesmente por fazerem parte da minha vida e compartilharem comigo momentos como este.

Às minhas amigas, companheiras de trabalho, Renata Nobre e Lorena Nobre. Dividimos todo esse percurso. Obrigada por fazerem parte dele.

A todos os colegas, professores da Universidade do Estado do Amazonas, que sempre deram palavras de força e confiança.

Ao aluno Leandro Babilônia por ter compartilhado comigo a inserção dos dados no MVL (Mapeamento de Variação Linguística).

Aos colegas de mestrado, primeira turma do Programa de Letras da UFAM. Foi difícil, mas chegamos ao fim desta etapa. A Harielle Quara pelos momentos de orientação compartilhados. Você tem potencial, acredite nisso.

À Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, que me apresentou os informantes em Santa Isabel do Rio Negro, bem como a literatura sobre tal localidade.

Às prefeituras de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro pelas informações essenciais para a caracterização desses municípios.

A todos os informantes indígenas que consentiram participar desta pesquisa, permitindo, assim, a descrição de seus falares.

A todos os professores do mestrado em Letras da UFAM.

À professora Doutora Ana Carla Bruno, que tive a satisfação de conhecer ainda na graduação, pela grande contribuição sobre a literatura do Alto Rio Negro.

À professora Dra. Vanderci Aguilera pelas sugestões que proporcionaram o enriquecimento do texto e pelo incentivo à concretização desta pesquisa.

Ao professor Doutor Felício Wessling Margotti pelas ricas contribuições a este trabalho, pelo conhecimento compartilhado em momentos de aula, como aula especial do programa de doutoramento entre UFAM e UFSC.

Finalizo, fazendo um agradecimento especial à ilustre professora Dra. Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso, minha orientadora. Obrigada por acreditar no meu trabalho e pela confiança a mim depositada. Quando conheci o ALAM, fiquei admirada pela grande pesquisa e por sua coragem de mapear a imensidão do Amazonas, atitude encontrada em verdadeiros dialetólogos. Terminei esta etapa admirando ainda mais sua pessoa e sua postura profissional. A você minha eterna gratidão.

Enfim, a todos meu grande OBRIGADA!

RESUMO

Registrar os falares de uma região é o objetivo de pesquisas baseadas na geografia linguística. O presente trabalho insere-se nessa proposta e, por isso, apresenta o Atlas Linguístico dos falares da microrregião do Alto Rio Negro, pertencente à mesorregião Norte Amazonense, que compreende os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Para alcançar tal proposta, o trabalho foi realizado considerando os princípios da dialetologia pluridimensional e o contexto multilíngue dos povos indígenas dessa área amazônica. Em cada localidade pesquisada, com exceção da cidade de Barcelos que, por ter sido investigada por Cruz (2004), não serviu como ponto de inquérito nesse trabalho, foi aplicado o questionário fonético-fonológico do Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), para seis informantes, com baixo nível de escolaridade, até 5º ano do Ensino Fundamental, bilíngues em língua indígena e língua portuguesa, sendo um homem e uma mulher entre 18 e 35 anos, 36 e 55 anos e 56 em diante. O corpus coletado foi transcrito e revisado manualmente e, depois, inserido, para elaboração das cartas fonéticas, no banco de dados do programa computacional Mapeamento de Variação Linguística (MVL), desenvolvido para o ALAM. Os resultados, dentre outras características, apontam para a realização fechada das vogais médias anterior e posterior em contexto pretônico, mesmo em ambientes propícios ao alçamento; para a monotongação dos ditongos [ey] e [ow]; para a realização do –R pós-vocálico, no meio de vocábulo, como fricativa glotal, apresentando-se também em algumas situações como vibrante múltipla e para a palatalização do –S em coda silábica. Pretende-se, com os falares do português registrados nas duas cidades investigadas, contribuir para ampliar o conhecimento da realidade linguística do Amazonas, destacando características de pronúncia do Alto Rio Negro, espaço de multilinguismo e, por isso, de intensa complexidade.

Palavras-Chave: Dialetologia, Geografia Linguística, Atlas, Alto Rio Negro.

ABSTRACT

Registering the dialects of a region is the goal of researches based on linguistic geography. This work is part of that proposal and, therefore, presents the Linguistic Atlas of the dialects of the Upper Rio Negro microregion, belonging to the meso northern Amazonas, comprising the cities of São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro and Barcelos. To achieve this aim, the work was carried out considering the principles of multidimensional dialectology and multilingual context of the indigenous people of that Amazon area. In each country surveyed, except the town of Barcelos that, having been investigated by Cruz (2004), did not serve as a point of inquiry in this study, the phonetic-phonological Linguistic Atlas of the Amazon (ALAM) questionnaire was applied for six respondents with low education level, until 5th grade of elementary school, bilingual in the native language and Portuguese language, being a man and a woman between 18 and 35, 36 and 55, and 56 onwards. The corpus collected was manually transcribed and reviewed and then inserted in the database of the Mapping Linguistic Variation (MVL) computer program, developed for the ALAM for the elaboration of the phonetic letters. The results, among other characteristics, indicate the closed realization of the anterior and posterior medium vowels in prestressed context, even in environments conducive to raising; for the monophthongization of the diphthongs [ey] and [ow]; to perform the post-vowel -R in the middle of word as glottal fricative, which also presents itself in some situations such as a multiple vibrant, and the palatalization of -S in coda. With the dialects of Portuguese registered in the two cities investigated, we intend to contribute to the understanding of the linguistic reality in Amazonas, emphasizing the pronunciation features of the Upper Rio Negro, an area of multilingualism and, therefore, of intense complexity.

Keywords: Dialectology, Linguistic Geography, Atlas, Upper Rio Negro.

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Percentuais de vogal média anterior pretônica.....	71
Tabela II - Percentuais de vogal média anterior pretônica em vocábulos com vogal tônica aberta.....	72
Tabela III - Percentuais de vogal média anterior pretônica em vocábulos com vogal tônica alta.....	73
Tabela IV - Percentuais de vogal média anterior pretônica antecedida de [s/z] ou [ʃ/ʒ].....	73
Tabela V – Realizações de vogal média anterior pretônica por localidade.....	74
Tabela VI - Realizações de vogal média anterior por faixa etária.....	75
Tabela VII - Realizações de vogal média anterior por gênero.	75
Tabela VIII – Percentuais da vogal média posterior pretônica.....	78
Tabela IX - Percentuais da vogal média posterior pretônica em vocábulos com vogal tônica aberta.....	79
Tabela X - Percentuais de vogal média posterior pretônica em vocábulos com vogal tônica fechada.....	79
Tabela XI - Percentuais de vogal média posterior pretônica em vocábulos tônica alta.....	80
Tabela XII - Percentuais de vogal média posterior pretônica em vocábulos com hiato.....	81
Tabela XIII - Percentuais de vogal média posterior pretônica em vocábulos com tônica nasal.....	81
Tabela XIV - Percentuais de vogal média posterior pretônica por localidade.....	82
Tabela XV - Percentuais de vogal média posterior pretônica por faixa etária.....	82
Tabela XVI - Percentuais de vogal média posterior pretônica por gênero.....	83
Tabela XVII – Realizações do ditongo [ey].....	84

Tabela XVIII- Realizações do ditongo [ey] por localidade	85
Tabela XIX - Realizações do ditongo [ey] por faixa etária.....	85
Tabela XX- Realizações do ditongo [ey] por gênero.....	86
Tabela XXI – Realizações do ditongo [ow].....	87
Tabela XXII – Realizações da lateral palatal.....	89
Tabela XXIII - Realizações da lateral palatal por localidade.....	89
Tabela XXIV - Realizações da lateral palatal por faixa etária.....	90
Tabela XXV - Realizações da lateral palatal por gênero.....	91
Tabela XXVI - Realizações da nasal palatal.....	91
Tabela XXVII - Realizações da nasal palatal por localidade.....	92
Tabela XXVIII - Realizações da nasal palatal por faixa etária.....	92
Tabela XXIX - Realizações da nasal palatal por gênero.....	93
Tabela XXX – Realizações do –R em início de vocábulo.....	94
Tabela XXXI – Realizações do –R em contexto intervocálico.....	94
Tabela XXXII - Realizações do –R em início de vocábulo por localidade.....	94
Tabela XXXIII- Realizações do –R em início de vocábulo por faixa etária.....	95
Tabela XXXIV - Realizações do –R em início de vocábulo por gênero.....	95
Tabela XXXV - Realizações do –R no meio de vocábulo em contexto pós-vocálico em coda silábica.....	96
Tabela XXXVI - Realizações do –R no meio de vocábulo em contexto pós-vocálico, em coda silábica, por localidade.....	97
Tabela XXXVII - Realizações do –R no meio de vocábulo em contexto pós-vocálico, em coda silábica, por faixa etária.....	97
Tabela XXXVIII - Realizações do –R no meio de vocábulo em contexto pós-vocálico, em coda silábica, por gênero.....	98
Tabela XXXIX - Realizações do –R em final de vocábulo.....	99
Tabela XL - Realizações do –R em final de vocábulo por localidade.....	100

Tabela XLI – Realizações do –R em final de vocábulo por faixa etária.....	100
Tabela XLII - Realizações do –R em final de vocábulo por gênero.....	101
Tabela XLIII – Realizações do –S em coda silábica medial de vocábulo.....	102
Tabela XLIV – Realizações do –S em coda silábica medial de vocábulo por localidade.....	102
Tabela XLV - Realizações do –S em coda silábica medial de vocábulo por faixa etária.....	103
Tabela XLVI - Realizações do –S em coda silábica medial de vocábulo por gênero.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Povos indígenas do Alto Rio Negro	28
Quadro II – Perfil dos informantes conforme gênero, idade, etnia e línguas faladas.....	66
Quadro III – Média da idade dos gêneros por gênero e faixa etária	67
Quadro IV – Vogais do Nheengatu	76
Quadro V – Vogais do Tukano	77
Quadro VI – Cartas fonéticas referentes à realização de /t/ e /d/.....	88
Quadro VII – Cartas fonéticas referentes à realização de /l/.....	88
Quadro VIII – Sistema Consonantal do Nheengatu	98
Quadro IX – Consoantes do Tukano	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Variação dialetal da Vogal Média Anterior Pretônica	74
Gráfico II - Variação diageracional da Vogal Média Anterior Pretônica.....	75
Gráfico III - Variação diagenérica da Vogal Média Anterior Pretônica	75
Gráfico IV - Variação dialetal da Vogal Média Posterior Pretônica.....	82
Gráfico V – Variação diageracional da Vogal Média Posterior Pretônica.....	83
Gráfico VI - Variação diagenérica da Vogal Média Posterior Pretônica.....	83
Gráfico VII – Variação dialetal do ditongo [ey]	85
Gráfico VIII – Variação diageracional do ditongo [ey]	86
Gráfico IX – Variação diagenérica do ditongo [ey]	86
Gráfico X – Variação dialetal da lateral palatal.....	90
Gráfico XI- Variação diageracional da lateral palatal.....	90
Gráfico XII - Variação diagenérica da lateral palatal.....	91
Gráfico XIII - Variação dialetal da nasal palatal.....	92
Gráfico XIV - Variação diageracional da nasal palatal.....	93
Gráfico XV - Variação diagenérica da nasal palatal.....	93
Gráfico XVI – Variação dialetal do –R em início de vocábulo.....	95
Gráfico XVII - Variação diageracional do –R em início de vocábulo.....	95
Gráfico XVIII - Variação diagenérica do –R em início de vocábulo.....	96
Gráfico XIX – Variação dialetal do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico em coda silábica.....	97
Gráfico XX - Variação diageracional do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico em coda silábica.....	97
Gráfico XXI - Variação diagenérica do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico em coda silábica.....	98

Gráfico XXII – Variação dialetal do –R em final de vocábulo.....	100
Gráfico XXIII – Variação diageracional do –R em final de vocábulo.....	101
Gráfico XXIV - Variação diagenérica do –R em final de vocábulo.....	101
Gráfico XXV – Variação dialetal do –S em coda silábica medial de vocábulo.....	102
Gráfico XXVI - Variação diageracional do –S em coda silábica medial de vocábulo.....	103
Gráfico XXVII - Variação diagenérica do –S em coda silábica medial de vocábulo.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A MICRORREGIÃO DO ALTO RIO NEGRO	19
2.1 GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE.....	19
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	21
2.3 A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DO ALTO RIO NEGRO.....	28
2.4 AS LOCALIDADES.....	31
2.4.1 Santa Isabel do Rio Negro.....	31
2.4.2 São Gabriel da Cachoeira.....	32
2. OS ESTUDOS GEOSOLINGUÍSTICOS NO BRASIL	35
2.1 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS GEOSOCIOLINGUÍSTICOS NO BRASIL.....	35
2.2 O ALiB E OS ATLAS BRASILEIROS.....	39
2.2.1 Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).....	39
2.2.2 Atlas Divulgados.....	41
2.2.3 Projetos em Elaboração.....	47
2.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS ATLAS	49
2.4 ESTUDOS GEOSOCIOLINGUÍSTICOS NO AMAZONAS.....	51
3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	54
3.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	54
3.1.1 A dialetologia Pluridimensional.....	54

3.1.2 Evolução dos Estudos Dialetológicos.....	57
3.1.3 Bilinguismo.....	59
3.2 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS.....	63
3.2.1 Pontos de Inquérito.....	63
3.2.2 Informantes.....	65
3.2.3 Técnicas de Recolha de Dados.....	67
3.2.4 Registro e Informatização dos Dados.....	68
3.2.5 Elaboração das Cartas Fonéticas.....	69
4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FALARES DO ALTO RIO NEGRO.....	70
4.1. ASPECTOS DO VOCALISMO.....	70
4.1.1 Vogal Média Anterior Pretônica.....	71
4.1.2 Vogal Média Posterior Pretônica.....	78
4.1.3 Ditongos [ey] e [ow].....	84
4.2 ASPECTOS DO CONSONANTISMO	88
5. CONCLUSÃO	105
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

INTRODUÇÃO

A necessidade de se construir um panorama geral das variações linguísticas brasileiras, demarcadas por espaços geográficos, impulsionou e dinamizou os estudos dialetológicos, principalmente, quando surgiu, em 1996, a proposta de elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB). É importante destacar que outros trabalhos anteriores à ideia do ALiB foram realizados – como “O linguajar carioca”, de Antenor Nascentes (1922), “O vocabulário pernambucano”, de Pereira da Costa (1937), “A língua do Brasil”, de Gladstone Chaves de Melo (1934) entre outros –, porém, desde a organização de uma proposta capaz de englobar o país, como as *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, de Antenor Nascentes (1958 e 1961), e o *Guia para estudos dialetológicos*, de Serafim da Silva Neto (1957), novas ideias a fim de contemplar esse projeto macro têm surgido.

Esta pesquisa insere-se justamente nessa perspectiva e, por isso, propõe a elaboração do *Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro - ALFARiN*, com a finalidade de contribuir para a delimitação de fronteiras linguísticas no Brasil e propiciar um avanço dos estudos linguísticos na região amazônica. Pretende-se também colaborar com os estudos realizados por Cruz-Cardoso (2004), na realização do Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), tendo como referência os registros fonéticos presentes nesse atlas, considerando, para isso, aspectos do vocalismo e do consonantismo essenciais para a caracterização de falares regionais, a saber: vogais médias em contexto pretônico, ditongos [ey] e [ow], oclusivas alveolares, laterais, nasal palatal, -R em contexto inicial, medial e final, -S em ocorrência medial e final.

Com o ALFARiN, baseado no ALAM, será possível demarcar mais uma fronteira linguística, que abrange toda uma microrregião, e, assim, proporcionar um conhecimento mais amplo dos aspectos socioculturais dos municípios amazônicos, em particular Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, localidades que, junto com Barcelos, formam a microrregião do Alto Rio Negro, de acordo com a Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989.

Diante dessa breve contextualização, torna-se mais viável o interesse em responder a algumas questões essenciais desta pesquisa: que alterações fonéticas

serão encontradas nessa microrregião? Os registros fonéticos investigados pelo ALAM serão também encontrados nos municípios da região do Alto Rio Negro? A variação fonética resulta de fatores internos ou externos ao sistema linguístico?. Essas são perguntas a que se pretende dar uma resposta precisa e capaz de delimitar uma fronteira linguística, a do Alto Rio Negro.

Para tanto, leva-se em conta a metodologia da geolinguística que, segundo Monteiro (2008, p. 30), tem “o propósito principal de elaborar análises minuciosas de variações dialetais, localizadas numa ampla área geográfica, apresentando em geral os resultados numa série de mapas reunidos no que se denomina *atlas linguístico*” (grifo do autor) e analisam-se os dados, coletados através de um questionário fonético-fonológico, na concepção também da sociolinguística, pois a investigação verificou se as manifestações da língua ocorrem devido a fatores linguísticos ou sociais.

Diante do exposto, observa-se a importância deste projeto para a ampliação dos estudos linguísticos no Brasil e, conseqüentemente, para o estado do Amazonas, espaço de grande riqueza geográfica, cultural, social e, por isso, de considerável complexidade linguística.

A fim de tentar evidenciar tal proposta, a presente dissertação está organizada em dois volumes. Este apresenta cinco capítulos. O primeiro refere-se à região do Alto Rio Negro, com exposição de seus aspectos geográficos, históricos e linguísticos. O segundo apresenta um panorama dos estudos geossociolinguísticos no Brasil, destacando dados dos Atlas Linguísticos já divulgados e em execução, mostrando também as pesquisas geossociolinguísticas desenvolvidas no estado do Amazonas. O terceiro detalha os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa. O quarto expõe breves considerações sobre os falares do Alto Rio Negro, detalhando ocorrências majoritárias e possíveis diferenças em termos de localidade, faixa etária e gênero. O quinto estabelece conclusões acerca dos dados apresentados.

No segundo volume, encontram-se dados referentes aos pontos de inquérito, aos informantes, ao Questionário Fonético- Fonológico (QFF), ao sistema de transcrição fonética, ao programa computacional, às normas de apresentação das cartas, ao índice das cartas, às cartas de apresentação e às cartas fonéticas, compondo, assim, o atlas aqui proposto.

Ressalta-se que os falares evidenciados nesta pesquisa não são os únicos dessa região, apenas uma parte de uma das mais de vinte línguas encontradas nessa área: o português. Por ser um território de diversidades linguísticas, com grande percentual de línguas indígenas ainda vivas e com domínios de uso, qualquer trabalho com a proposta de seu mapeamento linguístico preocupar-se-á em considerar tal realidade. Isso é tão evidente que o português divide, no Alto Rio Negro, espaço oficial com mais três línguas nativas: o Tukano, o Nheengatu e o Baniwa.

Observa-se, assim, o imenso desafio em caracterizar tal área, com 90% de seu contingente populacional indígena, bem como evidenciar o português falado, visto que, além das línguas indígenas, a região, por ser de fronteira com a Colômbia e Venezuela e situar-se também em área militar, recebe influências do espanhol e das diversas variedades do português trazidas pelos militares de diferentes partes do Brasil que ali se encontram.

Em virtude disso, tem-se aqui uma das primeiras contribuições de um recorte fonético do português falado nessa região que, certamente, será ampliado em trabalhos futuros. É o que se espera.

1. A MICRORREGIÃO DO ALTO RIO NEGRO

Este capítulo destina-se à apresentação da Microrregião do Alto Rio Negro com descrição de seus aspectos geográficos e naturais, o relato de sua ocupação histórica, a contextualização de uma de suas características mais evidentes, o multilinguismo dos povos indígenas, e a exposição das localidades investigadas, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A cidade de Barcelos, que também pertence a essa região, não serviu como ponto de inquérito neste trabalho por já ter sido investigada por Cruz-Cardoso em 2004, quando concluiu o ALAM.

Com esta seção, pretende-se cumprir um dos princípios básicos dos trabalhos dialetológicos, baseados na geografia linguística: reconhecer a variação existente em qualquer língua a partir da relação entre ocorrências linguísticas e determinado espaço geográfico, delimitando, assim, não somente fronteiras linguísticas, mas também, através do estudo *in loco*, áreas com características sócio-culturais próprias e bem definidas. Dessa forma, tem-se aqui a caracterização de um espaço geográfico do Amazonas conhecido como Alto Rio Negro.

As informações foram organizadas tendo como base principal os dados do IBGE (2010), das prefeituras de cada cidade pesquisada e dos trabalhos publicados pelo Instituto Socioambiental (ISA), além de autores como Faria (2003), Freire (2003, 2004), Lasmar (2005) e Assis (2007).

1.1 GEOGRAFIA E AMBIENTE NATURAL

A microrregião do Alto Rio Negro¹, situada no noroeste amazônico, é uma área peculiar no Brasil, pois se caracteriza pela concentração de povos indígenas, 90% da população da região, e pelo território de segurança nacional do país, fazendo fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Abrange os municípios de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

¹ Divisão de acordo com a atual política administrativa do estado do Amazonas. O Instituto Socioambiental (ISA) e outras organizações, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), utilizam uma divisão da área em Alto e Médio Rio Negro para demarcar as terras indígenas que vêm sendo homologadas desde 1998. Para este trabalho, entretanto, usa-se a divisão do Amazonas em microrregiões, na qual o Alto Rio Negro é a sexta sub-região do estado.

É banhada pela bacia do rio Negro, que nasce na Colômbia e deságua no Brasil, em Manaus, na margem esquerda do rio Amazonas. Tem como afluente o rio Branco e, como formadores, os rios Içana e Uaupés² (FARIA, 2003).

Esses rios configuram-se como importante via de acesso aos municípios dessa região, apresentando, durante os seus cursos, várias cachoeiras³ que impedem a navegação. Por serem muito ácidos, características dos rios de água preta, são pobres em nutrientes, fazendo com que os peixes se alimentem de insetos, flores, frutos e sementes que caem nas margens dos rios. Embora, nessa região, seja possível encontrar peixes de grande porte como o pirarucu, predominam peixes menores. Tal característica, entretanto, não impede a variedade de espécie de peixes encontrada nessa área, fato que torna o rio Negro a maior bacia em diversidade de cardumes do planeta:

De acordo com Goulding, Carvalho e Ferreira (1988), pode-se estimar que neste rio existam mais de 700 espécies de peixes. Isto faz do Negro o tributário com a maior diversidade de peixes do planeta. Esta riqueza transformou regiões desta bacia, como é o caso do município de Barcelos, em áreas de comércio de peixes ornamentais, atividade de barcos conhecidos regionalmente como "piabeiros" (CABALZAR e RICARDO, 1998, p. 59).

A vegetação também é variada, apresentando-se em quatro tipos. Floresta de terra firme, campina ou caatinga amazônica, igapó e chavascal. A primeira localiza-se nas terras mais altas da região não inundáveis. A segunda é encontrada em solos de areia branca, muito inundáveis no período de chuvas fortes, com poucas espécies e alto endenimo.⁴ É uma floresta baixa, arbustiva. O terceiro tipo de vegetação, o igapó, permanece de sete a dez meses por ano inundado. Apresenta mais espécies que a caatinga, porém é menos diversificada se comparada à floresta de terra firme. Por último, tem-se a chavascal, terras que, por estarem situadas nas margens dos rios, permanecem o tempo todo alagadas.

A presença dessas vegetações, no Alto Rio Negro, não é homogênea, distribuindo-se da seguinte forma: “[..] enquanto somente 12% da extensão do rio Uaupés é formada por igapós, quase a totalidade (95%) do percurso do rio Tiquié no Brasil é margeada por florestas sazonalmente inundáveis”. (CABALZAR e RICARDO, 1998, p. 61).

² O rio Içana nasce na Colômbia e tem como afluentes o Aiary e o Cuyari. O rio Uaupés (Vaupés na Colômbia) cujos afluentes são o Tiquié e o Papuri, na margem direita, e o Cuidari e o Querari, na margem esquerda, é, depois do rio Branco, o maior tributário do rio Negro (ISA, 2002).

³ “Cachoeiras mais altas são permanentes, enquanto as mais baixas desaparecem durante as cheias.” (FARIA, 2003).

⁴ Ocorrência de espécies exclusivas.

Tal situação levou a população a um processo de adaptação para sobreviver em uma área com certas limitações e com potencialidades bem determinadas. Como as áreas alagadas – campina, igapó e chavascal – não são adequadas para o plantio, devido à alta acidez do solo e da pobreza em nutrientes, as plantações concentram-se nas terras firmes, mais altas, sendo a mandioca brava (maniva) o maior produto cultivado. A pesca é feita principalmente nas áreas de igapó, onde, na época das enchentes, os peixes desovam, e a caça é realizada no interior das florestas.

Vale ressaltar a importância da mandioca nessa região, apresentando-se como fonte de calorías, entre 85 a 95% do consumo diário⁵, principalmente, dos povos indígenas. Isso porque ela é um dos poucos produtos agrícolas que se adapta muito bem aos solos pobres e lixiviados, derivando-se em outros alimentos como mingau, farinha beju e manicuera⁶.

Essas características, naturais e geográficas, revelam como os povos do Alto Rio Negro, maioria indígena, desenvolveram estratégias para sobreviver em uma região com baixa fertilidade e grande acidez do solo e da água, levando-os a reconhecer o tipo de vegetação adequado para plantar, caçar e pescar.

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Para relatar a história de ocupação do Alto Rio Negro, devem-se considerar três momentos: a ocupação tradicional, a mitologia de origem dos povos indígenas e a chegada dos europeus a essa região.

Pesquisas arqueológicas, como a realizada no médio rio Uaupés, no povoado de Marabitana, em 1993, indicam que povos indígenas já vivem no Alto Rio Negro há, pelo menos, 1.200 anos a.C. Eduardo Neves (1993), responsável pela pesquisa, chegou a esse dado depois de ter avaliado um material cerâmico fino e escuro encontrado “... a mais de um metro de profundidade num lugar que fica perto do povoado” (CABALZAR e RICARDO, 1998. p. 55).

Já Buchillet (1997 *apud* ASSIS, 2007) afirma que a ocupação humana nessa região, também de acordo com análises arqueológicas em artefatos de cerâmica e restos de carvão, ocorreu há 6000 anos a.C.

⁵ Chernela, 1986 *apud* Cabalzar e Ricardo (1998).

⁶ Beju é o nome dado a um tipo de tapioca ou bolo feito da massa da mandioca. Manicuera é um líquido extraído da mandioca usado para a preparação de um tipo de aguardente.

Apesar dessa diferença, Nimuendaju (1982 *apud* GALVÃO, 1979) defende que, historicamente, a região foi habitada por três povos que delinearão o comportamento social indígena encontrado hoje no Alto Rio Negro: Maku, Aruak e Tukano orientais⁷.

Para esse autor, os primeiros habitantes foram os Maku, conhecidos como índios do mato, por habitarem o interior da floresta. São considerados povos de atividades simples baseadas na caça e na coleta. Por serem nômades e endogâmicos, diferenciando-se dos outros povos do Alto Rio Negro, foram considerados seres inferiores. O segundo grupo a ocupar essa área, os Aruak, teria vindo do norte. Organizados em clãs exogâmicos, conseguiram dominar os povos mais simples. São conhecidos por suas atividades na agricultura, na cerâmica e na navegação. O último grupo indígena a chegar, vindo do oeste, foi o Tukano Oriental. Também foi assimilado pelos Aruak em virtude de possuir cultura menos sofisticada. Em oposição aos Maku, tanto os Tukano quanto os Aruak são conhecidos como índios ribeirinhos por estarem situados às margens dos rios (FARIA, 2003).

Outra visão sobre a origem dos grupos indígenas no Noroeste da Amazônia (Alto Rio Negro) é dada pela mitologia. Foi durante uma viagem de uma grande cobra-canoa que se originaram os grupos exogâmicos⁸ e seus subgrupos, denominados sibs⁹, instalados em pontos diversos do rio Uaupés (LASMAR, 2005). O relato mítico descreve que cada grupo emergiu do corpo da cobra, recebendo uma língua, um ritual, bens simbólicos e o dom de fabricar um material especializado, proporcionando aos índios uma identificação social e cultural.

Segundo esse relato, cada grupo tem como origem ancestrais míticos que determinam sua hierarquia. O prestígio de cada subgrupo/sib, por exemplo, dentro dos grupos linguísticos, refere-se aos status de origem: os da cabeça foram os primeiros a surgir e os da cauda os últimos. Além disso, nesse processo hierárquico, torna-se importante entender a organização dos sibs por funções. Uns são de chefes, outros de servos, outros ainda podem ser de cargos especializados, como dançarinos, cantor, guerreiro, entre outros. Isso não significa que todas as etnias terão a mesma composição. Lasmar (2005), a fim de ilustrar um modelo social, conta que encontrou nos tariana apenas dois sibs, um de chefe e outro de servidor. Embora não haja regularidade nesse sentido, tais estruturas são importantes porque estabelecem a relação

⁷ São assim chamados para diferenciá-los dos ocidentais, habitantes das fronteiras entre Colômbia, Equador e Peru.

⁸ Segundo Lasmar (2005), cada grupo exogâmico fala uma língua distinta: “por causa da exogamia linguística, um homem deve casar-se com uma mulher que fale uma língua diferente da dele, preferencialmente sua prima cruzada patrilateral [...] (p. 53).

⁹ “Cada grupo exogâmico já se vê, portanto, desde a origem, dividido internamente em segmentos cujas relações se baseiam na hierarquia instituída a partir da ordem de nascimento de seus ancestrais míticos” (LASMAR, 2005, p. 56).

matrimonial nas unidades exogâmicas, permitindo casamento apenas entre grupos que ocupam posições equivalentes na hierarquia.

Em relação à chegada de cada grupo, Lasmar (2005), ao contrário de Nimuendaju (1982), afirma que não há como propor uma ordem fixa, pois isso dependerá da perspectiva de quem narra essa origem. Um índio, ancestral Tukano, dirá, por exemplo, que os primeiros a chegarem foram os Tukano. Entretanto, a autora indica a possibilidade de certos indícios nesse caso: “[..] os Tukano ocupariam a posição de irmãos maiores dos outros grupos ao passo que os Maku estariam situados nos níveis mais baixos de uma suposta hierarquia pan-Uaupés” (LASMAR, 2005, p.60).

Além desses dados que remontam à antiguidade e à mitologia de ocupação, a confirmação da presença indígena no Alto Rio Negro foi também relatada pelas expedições colonizadoras que ocuparam a Amazônia. Uma das primeiras notícias foi dada por José Monteiro de Noronha, vigário geral do rio Negro, em 1759¹⁰. Nos seus registros, “ele menciona o nome de vários grupos indígenas na região do Papuri, Uaupés e Içana. Cita que alguns índios tinham o costume de furar os lábios e beijo inferior e trazer no peito uma pedra [...]” (ASSIS, 2007).

A chegada dos europeus a essa região foi marcada pela violência e escravização dos índios. A colonização portuguesa necessitava subir o rio para conseguir mão de obra, pois, no Baixo Rio Negro, em virtude dos massacres, das guerras justas, das tropas de resgates e das epidemias de varíola, a população indígena estava drasticamente reduzida:

Com o enorme decréscimo populacional do Baixo Amazonas, em virtude das expedições de apressamento de índios e epidemias de varíola, colonos e missionários passaram a incursionar pelos rios Amazonas e Negro à captura de escravos que seriam mandados para Belém, então capital da colônia do Grão-Pará e Maranhão (LASMAR, 2005, p. 29).

Para entender como se deu esse processo, torna-se necessário fazer uma breve retrospectiva da atuação portuguesa com os indígenas da região do Rio Negro.

Em 1669, os portugueses alcançavam o Rio Negro, edificando o forte de São José Rio Negro, hoje a cidade de Manaus. Na ocasião, necessitavam da população local para a realização dos trabalhos escravos nas fazendas, na coleta das “drogas do sertão” e para a exploração da região. Para capturá-la, estabeleceram, oficialmente, as tropas de resgate e as guerras justas. As primeiras tinham como missão punir índios que atacassem, sem serem

¹⁰ Percorreu o Pará e as colônias portuguesas dos rios Amazonas e Negro.

provocados, os europeus. A punição consistia na força de trabalho escravo do nativo. As segundas trocavam materiais europeus por cativos com

“[...] chefes de tribos amigas que efetuavam expedições para fazer escravos. Guerras intertribais e canibalismo eram consideradas como causas justas, permitindo às tropas oficiais obter cativos nos povoados aliados ou empreender uma guerra de represália contra as tribos hostis (CABALZAR e RICARDO, 1998, p. 75).

Tais violências favoreceram diversas revoltas da população indígena às investidas portuguesas. Uma das mais conhecidas é a de Ajuricaba, chefe da tribo dos Manaos. Esse povo controlava a área inferior do rio Negro e, por isso, não permitia a presença das tropas portuguesas nessa localidade. O governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, entre 1723 e 1725, não aceitando mais esse controle, decretou guerra justa aos Manaos, mandando várias expedições, sob o comando de Belchior Mendes de Moraes e João Paes do Amaral, para acabar com a interdição. Durante a guerra, muitos índios foram capturados e mortos. Segundo Faria (2003), calcula-se mais de 20.000, dentre eles, Ajuricaba que, por não aceitar ser morto pelos portugueses, preferiu jogar-se no rio:

Resolveu Sua Majestade, que a uns e outro se declarasse a guerra. O capitão João Paes do Amaral foi nomeado pelo excelentíssimo general comandante de um corpo de tropa, com ordem de se incorporar com Belchior Mendes. Seguiu-se da harmonia, que houve entre esses dois cabos, não só a prisão do Ajuricaba, mas também a apreensão de dois mil índios. Ainda depois de preso, teve o Ajuricaba a animosidade de seduzir os outros prisioneiros, que o acompanhavam na canoa de seu transporte, e de excitar com eles uma sedição tal, que foi a obra da fortuna o sossegá-la. Desenganando afinal que ia a ter no patíbulo o fim que mereciam as suas desordens, preferiu antes morrer afogado no rio, onde se lançou assim mesmo preso como estava, do que ser morto a sangue frio no cadafalso, que se lhe preparava (FERREIRA, 2007, p. 68).

Os atentados violentos das tropas portuguesas, intensificados com o combate aos Maypena, grupo indígena aliado dos Manaos, entre outros ataques, até mesmo aos povos considerados aliados dos portugueses, reduziram “[...] a população indígena do Médio Rio Negro e a fuga e dispersão daqueles que sobreviveram para locais distantes” (CABALZAR e RICARDO, 1998, p. 77). Isso abriu passagem pelo rio, permitindo a chegada dos europeus ao Alto Rio Negro, onde muitos povoados ainda não tinham sido encontrados pelos brancos:

Em 1669, o governo português deu início a uma estratégia de ocupação e militarização do território, com a construção de fortificações como a de São José do Rio Negro, que posteriormente daria origem à cidade de Manaus. O objetivo era garantir a soberania do Estado na região e o controle sobre a atividade de apresamento de índios. A essa altura, com a deflagração da ‘guerra justa’ contra os

manaos, que de aliados passaram a revoltosos, o rio Negro foi aberto às investidas das tropas de resgate. As entradas em busca de escravos resultavam também no estabelecimento de aldeamentos jesuíticos. Ao final do século XVII, estes passaram ao controle da ordem Carmelita que avançou rio acima e Chegou até o Alto Rio Negro (LASMAR, 2005, p. 30)

Vale destacar que, antes da presença oficial portuguesa, os missionários da ordem das Mercês já se faziam presentes nessa região desde 1668, quando fundaram o primeiro Centro Missionário em Aruim na aldeia dos índios Aruak e Tarumã. Em 1755, quando foi criado, em Barcelos, um posto regional da Capitania de São José do Rio Negro, ocorreu uma represália pombalina contra esses missionários que tentavam impedir os *descimentos* e o domínio português.

Os descimentos eram expedições, no início não militares, que tentavam convencer os índios a sair de suas comunidades para os aldeamentos missionários próximos aos núcleos coloniais. Em 1611, essas expedições passaram a ser realizadas por escoltas militares que, após descerem os índios, colocavam-nos nas “aldeias de repartição” para serem distribuídos/repartidos entre os colonos, missionários e o serviço real da Coroa Portuguesa. A mão de obra era destinada às plantações e ao extrativismo das “drogas do sertão” (ASSIS, 2007), levando povos indígenas à exploração escravista.

Segundo Lasmar (2005), a estimativa até 1750 registrava que mais vinte mil índios já haviam descido o Alto Rio Negro para o trabalho escravo. Esse número tornou-se ainda maior devido à resistência dos indígenas, muitas vezes mortos durante o deslocamento, ou devido às epidemias de varíola e sarampo, alarmantes na região por volta de 1760.

Um decreto de 06 de junho de 1755, produto da política pombalina, retirou o poder dos missionários do Alto Rio Negro, passando a administração das aldeias a colonos, civis ou militares, denominados “diretores dos índios”. Os missionários apenas ali permaneceriam para a continuação da catequese e do trabalho de convencimento dos índios de descer das cabeceiras dos rios para se instalar no médio e baixo rio negro (CABALZAR e RICARDO, 1998).

Nesse mesmo período, algumas aldeias foram elevadas à categoria de povoados ou vilas, recebendo, geralmente, o nome de um santo. O Forte de São Gabriel da Cachoeira foi construído anos depois, em 1761, tornando-se ponto estratégico dos militares para a intensificação dos descimentos.

Na década de 1780, o comando militar presente no Alto Rio Negro iniciou o processo de demarcação e reconhecimento da rede hidrográfica da região e da sua área terrestre, “[...]”

identificando malocas nos rios Papuri, Tiquié, Apaporis, Xié e Curicuriari (LASMAR, 2005, p. 31).

Em 1850, um novo tipo de exploração da mão de obra indígena se consolida. É a chamada “política civilizatória” cuja finalidade era a construção de casas da capital da nova Província, Manaus, através de um sistema de serviço de trabalho público. Para evitar a dispersão dos índios nesse novo sistema, o governador da época, Tenreiro Aranha, entregou, mais uma vez, aos missionários o trabalho de catequese e civilização. Foi um período marcado pela violência, pelas guerras intertribais, pela captura de crianças índias para o trabalho doméstico, tendo como principal responsável o tenente Justino Jesuíno, diretor dos índios do Uaupés e Içana. Em 1852, em virtude do abandono missionário dessa região e o refúgio dos índios para o fundo das florestas, a fim de se livrar da escravidão a qual estavam sendo submetidos, tem fim esse “programa civilizatório”.

No final do século XIX até meados do século XX, a exploração da borracha chegou ao Alto Rio Negro. Nesse período, a mão de obra deixa de ser essencialmente indígena devido à presença de nordestinos que vinham para trabalhar na extração do látex. Entretanto, por conhecer a mata, o grande coletor desse produto continuava sendo o índio, passando a ser alvo de regatões e comerciantes extrativistas. Esse novo mercado modificou bastante o comportamento da sociedade indígena, incorporando, conforme relata Farias (2003), os índios à ambição capitalista dos patrões da borracha. O sistema de regatões, além de causar dependência econômica do índio com o patrão da borracha, serviu também para modificar a imagem do Tuxaua que, chefe dos trabalhos coletivos e dos assuntos da aldeia, passou a ser chamado de capitão, ou seja, um intermediador dos funcionários da província para a presença do trabalho indígena na extração do látex.

Foi uma época também marcada pela violência e extermínio de povos indígenas. Um retrato disso pode ser feito com a descrição de Lasmar (2005) sobre esse período:

Famílias inteiras de moradores dos rios Uaupés, Içana e Xié eram levadas à força para trabalhar na extração do látex e de outros produtos como cacau e piaçaba, no Baixo e Médio Rio Negro. [...]. Os mecanismos ardilosos do endividamento, o incentivo dos patrões ao consumo de cachaça pelos índios, o abuso sexual de mulheres e o tráfico de meninos para ser vendidos como cativos em Manaus e Belém são alguns dos exemplos da violência perpetrada pelos brancos que transitavam na região nesse período. Somando-se a tudo isso as repetidas epidemias de varíola e sarampo que voltaram a assolar várias partes do rio Negro, provocando mortes e deslocamentos populacionais, pode-se ter uma ideia do impacto que o encontro dos brancos teve na vida dos índios (p. 32).

Em 1914, tem-se a presença definitiva dos missionários nessa região. Embora estivessem presentes desde o século XVIII, somente em 1915, os salesianos fixam-se no Uaupés. Eles criaram “núcleos de civilização¹¹” onde funcionavam internatos masculinos e femininos, além de maternidade, armazéns e igreja. Até 1960, foram instalados oito núcleos: São Gabriel (1915), Barcelos (1924), Santa Isabel (1942) no rio Negro; Taracuá (1924) e Iauaretê (1929) no rio Uaupés; Pari-Cahoeira (1938) no rio Tiquié; Assunção (1953) no rio Içana; Maturacá (1958) no rio Cauaburis. As crianças eram destinadas a esses núcleos para estudar o ensino primário. Eram obrigadas a não utilizar a sua língua, aprendendo hábitos diferentes de sua cultura (WRIGHT, 1992). Para esclarecer isso, torna-se necessário destacar algumas ações salesianas:

Os salesianos também insistiram muito e acabaram tendo êxito em convencer os índios a abandonarem suas malocas e a se estabelecerem em povoados compostos de casas separadas para cada família, sob os falsos pretextos de promiscuidade sexual e falta de higiene. A destruição da maloca era, aliás, um dos pontos principais do programa de “civilização” e integração, na sociedade nacional, dos índios do Alto Rio Negro (CABALZAR e RICARDO, 1998, grifo dos editores).

Em 1980, há o fim do domínio e monopólio salesiano nessa região, após serem acusados de maus tratos e de destruição das culturas indígenas por representantes Tukano ao tribunal de Rotterdam. Hoje, diferentes órgãos dos governos Municipais, Estadual e Federal atuam junto às comunidades indígenas assim como o órgão indigenista oficial local (FUNAI), entre outras instituições, como ISA e FOIRN, que tomam frente às defesas dos direitos dos índios. Os missionários continuaram ainda influentes na educação pedagógica e religiosa.

Diante dos dados aqui elencados, constata-se uma história de ocupação baseada no contato. Seja ele por meio dos diversos grupos étnicos do Alto Rio Negro ou pela exploração europeia a esses grupos. Não foi somente a submissão ao trabalho escravo que os índios sofreram, mas também a adaptação forçada aos costumes dos portugueses. Língua, cultura e vida, consideradas não civilizadas, foram destruídas por aqueles que se julgavam superiores. Entretanto, o Alto Rio Negro revelou e continua mostrando um processo peculiar em relação ao resto do Brasil, pois muitos povos ainda, hoje, mantêm vivos os seus modos de falar e agir.

¹¹ Nesse período, também há a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

1.3 A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DO ALTO RIO NEGRO

O Alto Rio Negro, por ser uma região multiétnica, caracteriza-se pela diversidade cultural e linguística. É habitada por 22 grupos étnicos/linguísticos¹² de quatro grandes famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak, Maku e Yanomami (CABALZAR e RICARDO, 1998), conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS	GRUPOS ÉTNICOS/LINGUÍSTICOS
TUKANO ORIENTAL	Tukano, Desana, Kubeo, Wanana, Tuyuca, Pira-Tapuya, Miriti-Tapuya, Arapaso, Karapanã, Bará, Siriano, Makuna.
ARUAK	Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena, Tariana.
MAKU	Hupda, Yhupde, Dow, Nadoo,
YANOMAMI	Yanomami

Quadro I: Povos indígenas do Alto Rio Negro – Adaptado de ISA (2002)

Nesse conjunto de grupos linguísticos, são faladas em torno de vinte línguas, contabilizando, além das nativas, o português, o espanhol e o Nheengatu.

O Nheengatu, também conhecido como Língua Geral da Amazônia¹³ (LGA), uma forma adaptada do Tupi-Guarani, foi o “[...] idioma predominante na ocupação portuguesa da Amazônia, nos séculos XVIII e XIX” (RODRIGUES, 2006).

Segundo Freire (2003), a sua reprodução inicial se deu praticamente de forma espontânea. Na medida em que chegavam às “aldeias de repartição” índios de diversas famílias linguísticas, essa variedade do Tupi passou a ser a língua de integração das etnias e também instrumento de catequização e doutrinação utilizado pelos missionários, tornando-se, assim, a língua oficial das missões religiosas.

Nas instituições de ensino instaladas nas “aldeias de repartição”, era a língua, além do português, mais utilizada, sendo severamente proibida a comunicação da população indígena através de seu idioma de origem. Até o século XVIII, esse uso, na educação, era considerado pelos grupos linguísticos não tupi uma imposição arbitrária do poder colonial: “[...] vários relatos dão conta da resistência de algumas índias que recusavam trocar sua língua materna

¹² Contabilizados somente os que residem em território brasileiro.

¹³ Chama-se da Amazônia para distinguir-se da Língua Geral Paulista, “[...] que foi a língua predominante das bandeiras que se organizavam em São Paulo e no interior paulista e por essas foi levada a Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e norte do Paraná [...]” (RODRIGUES, 2006, p. 59).

pela Língua-Geral, sendo espancadas pelo missionário, responsável pela escola [...]” (FREIRE, 2003, p. 54).

Entretanto, logo a LGA chegou ao Alto Rio Negro, especialmente, ao Içana e à região de fronteira com a Colômbia, substituindo as línguas Baniwa e Baré em muitas comunidades de povos Arawak. No Uaupés, atingiu somente as primeiras cachoeiras (GALVÃO, 1979).

Outra língua de grande importância, nessa região, é o Tukano. Tornou-se língua franca, permitindo a comunicação entre povos de línguas diferentes. Os salesianos também contribuíram com essa situação, pois, no início do século XX, utilizavam o Tukano nas suas relações com os indígenas, favorecendo a sua difusão no rio Uaupés e seus afluentes Tiquié e Papuri (CALBAZAR E RICARDO, 1998).

Uma das explicações para o multilinguismo, no Alto Rio Negro, é a prática da exogamia. O casamento, para os povos Tukano e Arawak, só é possível entre homem e mulher que falam línguas diferentes. A essa explicação acrescenta-se a tradição da descendência paterna, ou seja, os cônjuges devem continuar utilizando a sua língua de origem. No entanto, a mulher, tornando-se mãe, deve aprender a língua do marido para ensiná-la aos filhos, sem mistura com outras línguas:

Naquela região, os homens devem se casar com mulheres que falam uma língua diferente da sua. Em tal situação, as crianças crescem ao menos bilíngues. Contudo, a língua que identifica a pessoa, a aldeia e o grupo étnico é, em princípio, a língua do pai, não a língua do grupo linguístico da mãe. Consequentemente, uma mulher invariavelmente usa a língua da casa dos homens, a língua do marido, quando conversa diretamente com seus filhos. As crianças passam a maior parte do seu tempo com a mãe e as tias solteiras, mulheres que falam entre si a língua de seus próprios pais (BRUNO, 2010, p. 98).

Lasmar (2005), ao explicar como se constitui um grupo exógamo nessa área, detalha como o fato de homens e mulheres falarem línguas distintas não constitui um problema social, pois o contexto multilíngue é uma experiência familiar que ocorre muito cedo, levando a criança aprender primeiramente a língua da mãe e, depois de alguns anos, a língua do pai que marcará sua descendência, de acordo com a tradição patrilinear. Para os índios, conforme relata essa autora, a língua marca o pertencimento ao grupo, sendo o “[...] traço mais imediatamente visível de sua identidade social” (p. 55).

Ramirez (1997), porém, chama a atenção para uma situação que ameaça tal multilinguismo: tendo o Tukano se tornado uma língua franca, ocasionou o desaparecimento de várias línguas, como o Arapaço e o Miriti-tapuya, levando outras à extinção, como é o caso da língua Tariana que já foi substituída pelo Tukano pela maioria do povo no Uaupés. Isso

significa que, se uma tariana casar-se com um tukano, a língua falada no lar será apenas o Tukano, levando a criança a adquirir apenas um idioma.

Apesar da preocupação de Ramirez (1997), o multilinguismo, no noroeste da Amazônia, ainda apresenta-se de forma muito complexa. Bruno (2010) destaca que apenas os maku, povos endogâmicos, e os não indígenas não são multilíngues. Afirma também que os demais habitantes, dessa área do Brasil, dominam fluentemente três, quatro ou mais línguas.

A presença do português, por exemplo, trazida pelos europeus e ensinada nos internatos salesianos, também foi assimilada pelos indígenas, para a intensificação das relações interpessoais, comerciais e educacionais, enfim, para que pudessem sobreviver em uma sociedade comandada pelos “brancos”.

Lasmar (2005), ao situar o português no Alto Rio Negro, apresenta como se deu a proibição do uso de línguas nativas nas relações de interação social nos internatos salesianos. Dentre tantas ações, revela a prática da delação. As crianças, quando flagradas comunicando-se em suas línguas maternas, eram severamente punidas e obrigadas a carregar no pescoço a frase “eu não sei português”. Para livrar-se dela, deveriam denunciar outro colega para quem passavam o terrível castigo. Nesse tópico, também destaca que com esse ato os missionários pretendiam enfraquecer a identidade cultural dos povos indígenas, eliminando, assim, a prática tradicional da exogamia. Conclui, entretanto, essa parte ressaltando o fracasso de tal tentativa.

Freire (2003), ao discutir sobre o português falado no Brasil e, especialmente, na Amazônia, afirma que seu desenvolvimento foi

“[...] produto de uma política colonial, que contribuiu para o extermínio de línguas minoritárias, propiciando a expansão da LGA e a construção de uma espécie de ponte, para que a língua portuguesa pudesse se tornar hegemônica na região. Ambas, LGA e português, na convivência por mais de três séculos, alternaram a função de língua franca, operando como “*línguas usurpadoras*” (Brezinger 1993:14), pois se expandiram às custas das línguas minoritárias, contando para isso com apoio institucional (p. 71).

Dessa forma, tem-se, no Alto Rio Negro, um português falado pela população local que nasceu do contato entre as diversas línguas indígenas, o Nheengatu e o português, levado pelos europeus e ensinado, no início da colonização, pelos missionários. Entender, portanto, como se caracteriza esse português, numa área multilíngue, torna-se de extrema importância e enriquecedor para a caracterização linguística do Brasil.

1.4 AS LOCALIDADES

1.4.1 Santa Isabel do Rio Negro

O município Santa Isabel do Rio Negro foi criado pela Lei Estadual nº 117, de 29 de dezembro de 1956. Faz fronteira com os municípios de Barcelos, Maraã, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e com a República da Venezuela.

A sua história é marcada pelo contato violento das tropas portuguesas às comunidades indígenas do Alto Rio Negro. Toda essa região constituía a Capitania de São José do Rio Negro, com sede em Barcelos. Durante a colonização europeia, vários povoados e vilas foram fundados ao longo do rio, sob a organização das missões religiosas. No caminho entre Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, foi fundado o povoado de Ilha Grande à margem direita do rio Negro que ficou pertencendo ao município de Barcelos, em 1931. Em 1956, conforme citado anteriormente, esse povoado torna-se o município de Santa Isabel do Rio Negro, transformando-se também em área de Segurança Nacional pela Lei Federal nº 5.449 de 1968 (PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2010).

Hoje, a cidade conta com uma população de 18.146 habitantes e com uma área territorial de 62.846.382 km², apresentando uma densidade demográfica de 0,29 habitantes por km² (IBGE, 2010). No seu território, há sete terras indígenas¹⁴, número que deverá aumentar, já que, desde 2007, está em curso um processo de identificação pela FUNAI de nove terras indígenas no município. Encontram-se também, na área rural, nove aldeias Yanomami, 42 outras comunidade e vários sítios (DIAS, 2008).

É interessante destacar que

Cada comunidade conforma uma unidade sociopolítica autônoma, com seu “administrador” – tipo de capitão ou tuxaua – e, em geral, um santo padroeiro. Entre as comunidades, há um consenso na divisão das áreas de uso destinadas ao cultivo de roças e a construção de moradias para cada família residente (DIAS, 2008, p. 07, destaque da organizadora).

Tanto na zona rural quanto na sede de Santa Isabel, as populações são, na maioria, indígenas e multiétnicas. Boa parte se identifica como indígena, pertencente a diversos grupos, dentre eles, destaca-se a forte presença dos Tukano e dos Baré. Há também pessoas oriundas da Venezuela, da Colômbia, do Acre, Roraima, Minas Gerais e de diversos municípios do Amazonas (Ibidem).

¹⁴ As sete Terras Indígenas (TIs) e suas respectivas porcentagens de extensão são: Médio Rio Negro I, 1,64%; Médio Rio Negro II, 0,77%; Rio Teá, 5,24%; Rio Uneuixi, 7,80%; Paraná Boa Boa, 1,14%; Yanomami, 24,41% e Maraã/Urubaxi, 1,11% (DIAS, 2008).

A sua economia é praticamente de subsistência com atividades na agricultura, pesca e extrativismo vegetal e um pequeno comércio, mais ou menos vinte estabelecimentos, entre eles, marcenaria, bares, distribuidoras de bebidas, lojas de confecções e papelarias. Existem apenas três fábricas no município: A Olaria Municipal, a Fábrica de Asfalto e a Fábrica de Gelo.

A prefeitura, nesse contexto, apresenta-se como a principal geradora de empregos. Entretanto, o desemprego não é muito visível na cidade devido ao sistema de troca (escambo) entre as diversas comunidades.

A sua vegetação é rica e variada, apresentando 80% do território coberto pela Floresta Amazônica onde se encontram madeira de lei e árvores com potencial econômico, como a sorva, a piaçaba e a seringueira. A sua paisagem natural é contemplada também pelo Parque Nacional Pico da Neblina e o Pico 31 de Março, as duas montanhas mais altas do país.

Nos aspectos culturais, além dos costumes de tradição indígena, a população participa de algumas atividades proporcionadas pela prefeitura: a festa da padroeira, a semana cultural de jogos e a quadrilha interbairros.

Em termos de educação, há o trabalho da prefeitura e do Estado. Nas comunidades rurais, a prefeitura mantém 36 escolas que atendem da pré-escola ao 5º ano do Ensino Fundamental e, na sede, são oferecidas à população duas escolas da SEDUC de Ensino Fundamental e Médio, duas escolas municipais e duas creches (PREFEITURA DE SANTA ISABEL, 2010).

É uma cidade de difícil acesso, tendo o transporte fluvial como principal meio para chegar até ela. Dista da capital, Manaus, 782 km por via fluvial e 631 km em linha reta.

1.4.2 São Gabriel da Cachoeira

O município de São Gabriel da Cachoeira, com 37.896 habitantes, densidade demográfica de 0,35 habitantes por km², apresenta-se como principal pólo econômico e administrativo do Alto Rio Negro (IBGE, 2010). Na sua extensão territorial, de 109.183.450 km², situam-se Terras Indígenas (TIs)¹⁵ e o Pico Nacional da Neblina. Limita-se com a Colômbia, a Venezuela, com o município de Santa Isabel do Rio Negro e com o Japurá. Dista

¹⁵ Há cinco Terras Indígenas (TIs) demarcadas e homologadas em 1998, somando 10,6 milhões de hectares em extensão contínua. Além dessas, há a TI Balaio, reconhecida oficialmente em 2006, localizada no eixo da estrada que liga a cidade de São Gabriel da Cachoeira a Cucuí e parte da TI Yanomami. Ainda em fase de estudos pela FUNAI, encontra-se a TI Mrabitanss Cué-Cué, situada na margem esquerda do rio Negro de São Gabriel. Com a regularização dessas TIs, mais de 90% da extensão do município passam a ser TI (RICARDO e ANTONGIOVANNI, 2008).

852 km da capital do estado do Amazonas. É conhecido como *cabeça do cachorro* devido à sua forma territorial ser semelhante a esse animal.

A sua história de ocupação também é marcada pelo massacre da população indígena. Dentre as principais datas do município, destaca-se o ano de 1761, momento da fundação do Povoado e do Forte de São Gabriel da Cachoeira. Destacam-se também, em 1893, a instalação da Vila de São Gabriel da Cachoeira; a instalação da Comarca em 1926; a mudança de denominação, passando a ser Uaupés, no ano de 1952; a sua nova denominação, passando novamente a São Gabriel da Cachoeira em 1966. Vale ressaltar a sua categoria de Área de Segurança Nacional, instituída pelo governo Federal em 1968. E, mais recentemente, o reconhecimento de três línguas co-oficiais, de acordo com a Lei Municipal n.º 145 de 2002: Tukano, Baniwa e Nheengatu. (PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CAHOEIRA, 2010).

A cidade é marcada pela presença do exército brasileiro, com a *Segunda Brigada de Infantaria de Selva* e com o *Quinto Batalhão de Infantaria de Selva*, e pela concentração indígena, 22 etnias que ocupam a região há pelo menos, dez mil anos (CALBAZAR e RICARDO, 2004).

A sua economia baseia-se na agricultura de subsistência, com a plantação de mandioca, limão, abacaxi, entre outros. Apresenta também um comércio local, com lojas, supermercados, drogas, muito produtivo para a população. Tem como principal geração de emprego os serviços públicos municipais, estaduais e federais.

Em termos educacionais, o município oferece oportunidade à população. Além das escolas de ensino básico estaduais e municipais, há os pólos de ensino da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Devido ao trabalho dos missionários, principalmente no início da história da cidade, a população valoriza o ensino, sendo difícil encontrar pessoas sem o nível médio na sede do município. (PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CAHOEIRA, 2010).

Dentre as festividades locais, destaca-se o Festival Cultural das Tribos Indígenas do Alto Rio Negro, o FESTTRIBAL, criado em 1996, com o objetivo de valorizar e difundir a cultura indígena da região.

As principais comunidades do município são Iauratê, Pari-Cachoeira e Taracua que formam o Triângulo Tukano, área fortemente comandada pelos salesianos. Vale destacar aqui a concentração populacional indígena em Iauaretê, localizada na Terra Indígena do Alto Rio Negro, divisa Brasil – Colômbia, nos arredores da foz do rio Papuri, no médio rio Uaupés:

cerca de quinze etnias, sendo a maior parte de origem Tariana e Tukano (ANDRELLO et al., 2002).

As demais etnias ocupam cerca de setecentas comunidades e sítios estabelecidos ao longo dos rios Negro, Uaupés, Tiquié, Papuri, Içana, Aiari e Xié, perfazendo uma população total de cerca de 30 mil indivíduos (RICARDO e ANTONGIOVANNI, 2008).

Como se observa, é um município peculiar no Brasil, por ter como maior contingente populacional os índios, com suas culturas e línguas ainda muito vivas e utilizadas.

2. OS ESTUDOS GEOSOCIOLINGUÍSTICOS NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um panorama histórico dos estudos geossociolinguísticos desenvolvidos em território brasileiro, fazendo uma breve exposição do atlas nacional, dos atlas regionais divulgados e dos projetos em elaboração. Após isso, espera-se reunir dados importantes para propor uma abordagem comparativa entre os atlas, destacando de que forma a mudança metodológica das pesquisas dialetais, no decorrer dos anos, contribuiu para o avanço da geolinguística no Brasil.

Além disso, objetiva contextualizar os trabalhos com enfoque dialetal já realizados no Amazonas, a fim de revelar um momento produtivo da geolinguística no estado.

Pretende-se, portanto, com esta etapa, ressaltar como a necessidade de mapear os falares brasileiros impulsionou e dinamizou os estudos dialetológicos, principalmente, quando a ideia de um projeto nacional, o ALiB, é retomada em 1996.

As informações foram organizadas tendo com principais referências as publicações de Thun (1998), Ferreira e Cardoso (1994), Aguilera (2005), Cruz-Cardoso (2004) e Cardoso (2010).

2.1 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS GEOSOCIOLINGUÍSTICOS NO BRASIL

As pesquisas com abordagem dialetal, no Brasil, iniciaram-se no século XIX, intensificando-se na segunda metade do século XX, com o surgimento de atlas linguísticos regionais.

Os primeiros trabalhos caracterizavam-se pelo caráter monográfico, com levantamentos, principalmente, do léxico. Os atlas regionais concentravam-se, no princípio, na variação diatópica, modificando sua metodologia, ainda no século XX, com o acréscimo de fatores da Sociolinguística Variacionista.

Para entender essa evolução, torna-se necessário detalhar a divisão dos estudos dialetais proposta por Ferreira e Cardoso (1994) que, reformulando a periodização dupla feita por Nascentes¹⁶ (1953), estabelecem três fases distintas.

¹⁶ Nascentes dividiu a história dos estudos dialetais no Brasil em duas fases. A primeira data de 1826, ano em que Domingos Borges de Barros, visconde de Pedra Branca, escreve para o *Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi, um capítulo sobre as diferenças lexicais entre o português americano e o português europeu, e estende-se até 1920, ano da publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. A segunda inicia-se em 1920 e segue até os dias atuais (1952, p. 181 apud CARDOSO, 2010).

A primeira compreende o período de 1826 a 1920. A data inicial refere-se ao trabalho sobre as diferenças lexicais entre o português americano e o português europeu, de Domingos de Borges de Barros, visconde de Pedra Branca. A segunda marca o ano de publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. Esse século de produção é baseado em pesquisas sobre o léxico do português brasileiro, resultando em publicações de dicionários e vocabulários. Dentre os trabalhos publicados, Cardoso (2010) destaca os seguintes: o *Dicionário de vocábulos brasileiros*, tanto dos derivados quanto daqueles cuja origem é ignorada (1976), de Beaurepaire-Rohan; *O tupi na geografia nacional* (1901), de Theodoro Sampaio, voltado para a contribuição das línguas tupi no português; *Glossário paraense* (1905), de Vicente Chermont de Miranda, o qual enfatiza os vocábulos da Amazônia, especialmente os da Ilha de Marajó.

A autora ainda ressalta, nessa fase lexicográfica, o trabalho de José Jorge Paranhos da Silva, de 1979, por configurar-se como um dos primeiros estudos de caráter gramatical mais amplo. Trabalhando *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, Paranhos da Silva descreve os diferentes aspectos do português brasileiro em oposição aos de Portugal, trabalhando o léxico, a morfossintaxe e o estilo. Com essa pesquisa, tornou-se possível o conhecimento das palavras empregadas nos dois idiomas e das usadas em Portugal e desconhecidas no Brasil.

A segunda fase inicia-se em 1920, com o trabalho de Amadeu Amaral e termina em 1952, com a proposta de elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, definida pelo decreto nº 30.643 do governo brasileiro. Esses anos são marcados pela presença de trabalhos monográficos que tinham como finalidade descrever fenômenos do ponto de vista fonético-fonológico, morfossintático e semântico-lexical de uma determinada área geográfica, orientados por uma metodologia de abordagem diatópica. Dentre as pesquisas desenvolvidas nesse período, merecem destaque as de Amaral, Antenor Nascentes e Mário Marroquim.

Com *O dialeto caipira*, Amaral (1920) estabelece aquilo que considera como trabalho metodológico, observado e coletado *in loco*. Definiu que os observadores devem ser “imparciais, pacientes e metódicos”, pois, com essa postura, eliminariam “por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente” (176, p. 43 *apud* MOTA e CARDOSO, 2006). Além disso, ao estudar uma área de São Paulo, considerada caipira, deixou evidente sua preocupação com a dialeção do português brasileiro, a sua divisão, subdivisão e domínio geográfico.

Seguindo esse pensamento, Antenor Nascentes (1953), com a publicação de *O linguajar carioca*, estabelece uma definição para a expressão falar brasileiro, incluindo o

carioca nesse conjunto, apresentando também uma proposta de divisão desses falares: o amazônico, o nordestino, o mineiro, o baiano, o fluminense e o sulista. Vale ressaltar, de acordo com Ferreira e Cardoso (1994), que essa divisão é a única que se tem até hoje. Como se observa, essa obra é de extrema importância para os estudos dialetais do Brasil, pois, além de proporcionar o conhecimento de aspectos da fonética, da morfossintaxe e do léxico do dialeto carioca, configura-se como sendo a primeira, e única, proposta de divisão dos falares brasileiros.

Mário Marroquim, ao estudar a língua de Alagoas e Pernambuco, publica em 1934, *A língua do Nordeste*, deixando também evidente a urgência de publicações baseadas na caracterização do português falado no Brasil, a partir de trabalhos, que pudessem concentrar-se, primeiro, em cada zona do país. Com essa preocupação, ele antecipa a necessidade, vista mais tarde com a proposta do Atlas Linguístico do Brasil, de que, para se ter uma caracterização nacional, é preciso antes o enfoque regional.

Além dessas três obras, é importante citar aqui a distribuição, feita por Ferreira e Cardoso (1994), de outras pesquisas que caracterizam também a segunda fase dos estudos dialetais. Segundo essas autoras, as publicações desse período podem ser distribuídas em quatro grupos. O primeiro reúne publicações de léxicos e glossários regionais, dando continuidade a primeira fase, como o *Vocabulário Gaúcho*, de Roque Callge (1926), e o *Vocabulário pernambucano*, de Pereira da Costa (1937). No segundo, têm-se pesquisas de caráter nacional, tais como *O Português do Brasil*, de Renato Mendonça (1937), e *O Problema da língua brasileira*, de Sílvio Elia (1940). No terceiro, concentram-se pesquisas de cunho regional, destacando-se o *Falar mineiro* (1938), de José Aparecido, e *A Linguagem popular da Bahia*, de Édison Carneiro (1951). O quarto grupo é marcado pelos estudos de contribuição africana, podendo-se destacar: *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo (1933), e *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça (1933).

A última fase dos estudos dialetais tem início com a ideia de elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil, uma das missões da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, estabelecida pelo decreto 30.643, de 20 de março de 1952. É caracterizada pela sistematização das pesquisas no campo da geografia linguística, inaugurada por Nelson Rossi, com a publicação do *Atlas prévio dos falares baianos*, em 1963.

Além desse autor, são de extrema relevância, no início desse período, os trabalhos de Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha.

Com a publicação dos dois volumes das *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, o primeiro em 1958 e o segundo em 1961, Antenor Nascentes propõe passos essenciais para a execução de um projeto macro, refletindo sobre sua vantagem e dificuldade de concretização em decorrência da extensão territorial.

Serafim da Silva Neto estabelece “uma mentalidade dialetológica” (BRANDÃO, 1991), através do seu *Guia para estudos dialetológicos*. Nele, propõe metas para a concretização dos estudos dialetais no Brasil, tais como: difusão do método dialetal, produção de monografias etnográfico-linguísticas, de atlas regionais e a elaboração de um inquérito nacional com “questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (atlas nacional)” (CARDOSO, 2010, p. 140). Esse autor foi considerado como um dos grandes incentivadores de execução de um atlas nacional.

Celso Cunha também reconhecia a urgência no empreendimento de um atlas do Brasil, porém defendia a elaboração desse projeto a partir de atlas regionais, assim como Serafim da Silva Neto e Antenor Nascentes.

Embora esse período, com a publicação do primeiro atlas regional, feito por Rossi, tenha sido marcado pelo surgimento da geografia linguística no Brasil, não se pode descartar a continuidade de elaboração de monografias de caráter regional, muito importantes para a constituição de uma visão panorâmica da realidade brasileira.

Em 2005, Mota e Cardoso propõem, a partir dessa divisão tripartida de Ferreira e Cardoso, uma quarta fase que começa em 1996 e segue os dias atuais. Isso porque a ideia de um atlas linguístico nacional, lançada em 1952, é retomada em 1996, com a constituição de um Comitê Nacional e a integração de equipes regionais, com questionários definidos e pontos de inquérito estabelecidos em cada região do país. É também um momento em que são incorporados, nos atlas regionais, princípios da Sociolinguística com base nas variações diastráticas, diagenéricas, diafásicas e diageracionais, constituindo-se, assim, uma nova época para a geolinguística no Brasil.

Para finalizar essa trajetória, não se pode esquecer do surgimento, entre as décadas de 70 e 90, de projetos de base sociolinguística, voltados para a descrição do português urbano. Dentre eles, destacam-se o NURC e o VARSUL. O primeiro tem como objetivo a caracterização da norma linguística culta do Brasil, concentrado em cinco capitais: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Já possui [...] “um corpus formado de mil oitocentas e setenta entrevistas, num total de cerca de mil e quinhentas e setenta horas de gravação (em média trezentas horas por cidade) [...]” (FERREIRA E CARDOSO, 1994, p. 61), tornando-se, assim, um instrumento básico para estudos do português do Brasil. O

segundo “[...] pretende fornecer subsídios para estudos da variação linguística da região sul do Brasil” (CUNHA, 2006, p. 72). Iniciou-se em 1990 e se estende até hoje, com “[...] um banco de dados composto de amostras representativas da fala de 12 habitantes, quatro em cada estado da região sul, num total de 96 entrevistas por estado” (Ibid, p. 72-73). Atualmente, o projeto compreende um banco de dados constituído de 288 entrevistas, estratificadas por idade, sexo e escolaridade.

Como se observa, o percurso histórico aqui feito mostra a constante preocupação dos pesquisadores com a elaboração de uma visão geral da realidade linguística brasileira, algo que será possível com o fechamento dos pontos de inquérito estabelecidos pelo Atlas Linguístico do Brasil e com a continuidade dos projetos de foco regional.

2.2 O ALiB E OS ATLAS BRASILEIROS

A elaboração de um atlas nacional apresenta inúmeras vantagens, pois, além de possibilitar a descrição do português falado no país, proporciona um estudo também sociocultural e etnográfico de cada ponto investigado. Entretanto, viu-se, anteriormente, a preocupação dos pesquisadores com a execução desse trabalho em um país de grande extensão territorial, com sérias dificuldades de acesso e comunicação.

Para tentar resolver esse impasse, Nascentes propõe, nas *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958, *apud* CARDOSO, 2010), que o ponto de partida sejam os atlas regionais, para que, mais tarde, reunidos, auxiliem na composição do nacional.

Seguindo a sugestão, vários pesquisadores iniciaram o mapeamento linguístico de alguns estados brasileiros. Atualmente, contam-se doze atlas já divulgados que serão descritos a seguir, de forma individualizada. Antes, porém, será apresentado o projeto ALiB.

2.2.1 Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)

A ideia de elaboração de um atlas de âmbito nacional, uma das finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa em 1952, é resgatada por pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, tendo sido aprovada em 1996 durante o *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, em Salvador.

O projeto preocupa-se com a necessidade de fazer um levantamento da realidade do português falado no Brasil, a fim de demarcar espaços geolinguísticos bem como contribuir com o processo ensino-aprendizagem da língua materna num país com características

culturais e linguísticas ricas e diversificadas. Para atender a essas questões, o ALiB foi organizado em torno de seis grandes objetivos, a saber:

1. Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à Língua Portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da geolinguística.
2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos etc), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros, texto, professores), subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
3. Estabelecer isoglossas, com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia etc – de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e do desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
5. Oferecer, aos interessados nos estudos linguísticos, um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundarem o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.
6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica. (CARDOSO, 2010, p. 169-170).

Como se observa, esses objetivos, além de proporcionarem o reconhecimento de espaços linguísticos particulares e bem definidos, favorecem a divulgação da diversidade da língua portuguesa no Brasil como produto da riqueza sociocultural do país e, com isso, estigmas relacionados aos usos diversificados da língua poderão ser desconstruídos.

A execução do projeto é organizada por um comitê nacional, no qual se encontram pesquisadores de onze universidades brasileiras: uma diretora-presidente, Suzana Alice Cardoso (UFBA), diretora executiva, Jacyra Mota (UFBA) e oito diretores científicos – Abdelhak (UFPA), Ana Paula Antunes Rocha (UFOP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Cléo Altenhofen (UFRS), Felício Margotti (UFSC), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFPB/UFC), Mário Roberto Zágari (UFJF)¹⁷, Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) e Walter Koch (UFRGS)¹⁸.

¹⁷ Falecido em 2010.

¹⁸ Falecido em 2007.

Sua metodologia foi planejada a fim de atender a realidade brasileira. Assim, aspectos como demografia, história, cultura e povoamento foram considerados para a escolha dos pontos de inquérito. Desconsideraram-se, no entanto, critérios como antiguidade e isolamento, pois, para a demarcação linguística de um país, torna-se necessária a inclusão de cidades de grande porte e das capitais das quais Brasília (DF) e Palmas (TO), em virtude da data da criação, não foram selecionadas.

Quanto aos informantes, devem ser nascidos e com pais também de origem da localidade investigada. Além disso, devem ter cursado até o oitavo ano do Ensino Fundamental, ter profissão definida, ter entre 18 a 30 anos e 50 a 65 anos, no total de quatro informantes por ponto de inquérito, sendo um homem e uma mulher. Nas capitais, são entrevistados também informantes com nível superior.

Para cada um deles, são aplicados três tipos de questionários: um fonético-fonológico, com 159 perguntas, incluídas também questões de prosódia; um semântico-lexical, com 202 questões; um morfossintático, com 49. Há ainda 04 perguntas de ordem pragmática; discursos semidirigidos, como relato pessoal, comentários, entre outros; 06 perguntas metalinguísticas e a leitura da *parábola dos sete vimes*.

Embora seja um projeto de grande extensão, com a pretensão de cobrir uma área de 8.511. 000 Km², no total de 250 localidades, mais de 92% dos inquérito já foram realizados. Isso é produto da organização e preparação de grupos de inquiridores coordenados por cada membro do comitê científico.

Diante desses dados, verifica-se a importância desse projeto macro para a caracterização linguística do Brasil e como seus dados contribuirão para a valorização das variantes do português aqui falado, fato que repercutirá na eliminação de preconceitos e, conseqüentemente, no ensino da língua materna. O ALiB, entretanto, não descarta a produção de atlas regionais, muito importantes para o aprofundamento e detalhamento de cada região.

2.2.2 Atlas Divulgados¹⁹

2.2.2.1 Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)

Datado de 1963, de autoria de Nelson Rossi e coautoria de Dinah Isensee e Carlota Ferreira, é o primeiro atlas publicado no Brasil. Investigou os falares de 50 localidades do

¹⁹ A maioria dos dados colocados nessa seção e na seção dos projetos em andamento tem com fontes principais Cardoso (2010) e Aguilera (2005).

Estado da Bahia. Para isso, foi feito, preliminarmente, um controle experimental, com 3600 questões aplicadas em quatro localidades do estado, surgindo daí o questionário oficial com 179 perguntas, aplicado a 100 informantes de ambos os sexos, sem controle sistemático dessa variável.

Apresenta, como produto final, 209 cartas, sendo 198 linguísticas, com informações léxicas e fonéticas, 44 resumos das cartas fonéticas e 11 cartas introdutórias, as quais mostram dados complementares de caráter geral, como, por exemplo, os etnográficos (FERREIRA E CARDOSO, 1994).

Tem como ponto de destaque o fato de ter um comportamento metodológico não muito comum nos trabalhos dessa natureza: se o informante não soubesse indicar a resposta, o inquiridor, já familiarizado com os vocábulos, em virtude da aplicação do questionário experimental, perguntava diretamente ao informante se ele conhecia ou não determinada expressão (CARDOSO, 2010), realizando a transcrição fonética de todas as respostas após serem ouvidas.

Com toda essa estrutura, Nelson Rossi implanta a geolinguística, como metodologia da dialetologia, no Brasil.

2.2.2.2 *Atlas Linguístico de Sergipe (ALS)*

O ALS, publicado em 1987, foi idealizado e executado por um grupo de pesquisadores da Bahia, com a autoria de Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi. Surgiu da necessidade de ampliar o trabalho já iniciado por Rossi no estado baiano. Investigou 15 localidades, em todas elas, foi aplicado um questionário experimental. O oficial contava com 700 perguntas, incluídas algumas presentes no da Bahia. Esse atlas, ao contrário do APFB, sistematizou e controlou a variável gênero, definindo como A o informante feminino e como B, o masculino.

O material linguístico, compõe-se de 171 cartas, sendo que em 12 delas conjugam-se dados de Sergipe e da Bahia, que não foram cartografados no APFB (CARDOSO, 2010).

Por ter incluído a variação diagenérica, de base sociolinguística, no estudo diatópico, Thun (1998), na obra em que faz um levantamento da geografia românica no fim do século XX, caracteriza-o como bidimensional.

2.2.2.3 *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG)*

O EALMG, realizado por José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio, foi planejado para quatro volumes, dos quais apenas o primeiro foi publicado em 1977. Os outros estão em fase de impressão ou preparação (FERREIRA E CARDOSO, 1994).

Os dados foram coletados por meio de inquéritos aplicados diretamente nas localidades ou por correspondência. Quando o primeiro volume foi publicado, os municípios investigados totalizavam 418 (CARDOSO, 2010). Esse volume comporta 73 cartas, sendo 45 de caráter onomasiológico, com informações lexicais ou léxico-fonéticas.

Os outros exemplares, em fase de preparação, poderão favorecer uma visão panorâmica do estado com a intenção de aprofundar-se em questões sociolinguísticas, a fim de verificar a influência dos negros alforriados na fala de certas áreas ou a conservação do linguajar desse povo (FERREIRA E CARDOSO, 1994).

2.2.2.4 *Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB)*

De autoria de Maria do Socorro Silva de Aragão e de Cleusa Bezerra de Menezes, o ALPB foi estruturado em três volumes, tendo sido editados em 1994 os dois primeiros.

Seus inquiridores percorreram 25 municípios de base mais três satélites, escolhidos para servirem como controle dos dados coletados. O questionário, composto de 289 perguntas gerais e de 588 específicas, foi aplicado a três informantes, no mínimo, e dez, no máximo, com a faixa etária de 30 a 75 anos.

Segundo Aragão (2005), o volume I apresenta 149 cartas, com informações lexicais e fonéticas e o segundo mostra dados de natureza fonético-fonológica e morfossintática.

2.2.2.5 *Atlas Linguístico do Paraná (ALPR)*

Publicado em 1994, o ALPR, de Vanderci Aguilera, foi organizado em dois volumes. No primeiro, têm-se informações gerais e específicas das formas registradas e cartografadas. No segundo, estão expostas 191 cartas linguísticas: 92 lexicais, 70 fonéticas e 29 de isoglossas.

Tem o mérito de apresentar um questionário com perguntas presentes em outros atlas, fato que possibilitou a comparação de informações. Foram entrevistados informantes na faixa etária dos 30 a 60 anos, em 65 municípios, com o controle da variação diagenérica.

Devido a essa última característica sociolinguística, Thun (1998) também o considerou como bidimensional.

2.2.2.6 *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*

De autoria de Walter Koch, Mário Klassmann e Cléo Altenhofen, o ALERS trabalhou em três estados do extremo sul, num total de 275 pontos para a área rural e 19 para a urbana.

Foi organizado em dois volumes. O primeiro com indicações da origem, dos objetivos e da característica metodológica. O segundo com os resultados obtidos, através da aplicação de questionários fonético-fonológico e morfossintático.

Publicado, inicialmente, em 2002, contempla um dos aspectos da geolinguística contemporânea: a sua relação com as outras ciências, como a etnolinguística, apresentada pela primeira vez no Brasil com sistematicidade metodológica (MOTA, 2006, p. 23).

Em 2011, os volumes 1 e 2 foram publicados em um único volume, ano em que também foram publicadas as cartas semântico-lexicais.

2.2.2.7 *Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA)*

Sob a coordenação de Abdelhak Razky, o ALiSPA, primeiro atlas sonoro do Brasil, foi publicado em 2004. Trabalhou com dez cidades do Pará, selecionadas de acordo com a tradição dialetológica, representantes das seis mesorregiões do estado: Baixo Amazonas, Marajó, Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense. Com o objetivo de fazer o levantamento da variação fonética no tempo e no espaço social, aplicou um questionário, com 159 perguntas originadas da primeira versão do Questionário fonético-fonológico (QFF) do ALiB, em cada localidade, a 4 informantes, um homem e uma mulher, entre 18 a 30 anos e entre 40 e 70 anos, que cursaram até o primeiro grau completo.

Como resultado final, apresenta 636 cartas fonéticas, permitindo a audição das respostas dadas pelos informantes, associando, com isso, a descrição articulatória à descrição acústica. Para Razky (2005), isso é importante porque fortalece o rigor científico no tratamento de dados fonéticos, possibilitando a comparação e a análise acústica dos dados sonoros.

Como se observa, foi um trabalho que avançou no processo de digitalização e informatização dos dados.

2.2.2.8 *Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM)*

De autoria de Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso²⁰, é o primeiro atlas regional, no Brasil, que incorpora à metodologia geolinguística variáveis da sociolinguística, analisando, sistematicamente, os dados de acordo com o gênero, sexo e escolaridade. Investigou nove municípios, os mais representativos, pertencentes das nove microrregiões do estado do Amazonas, conforme a divisão das bacias hidrográficas dos principais afluentes do Rio Amazonas de 5 de outubro de 1989: Benjamin Constant (Microrregião do Alto Solimões), Tefé (Microrregião do Jutaí-Solimões-Juruá), Lábrea (Microrregião do Purus), Eirunepé (Microrregião do Juruá), Humaitá (Microrregião do Madeira), Barcelos (Microrregião do Alto Rio Negro), Manacapuru (Microrregião do Rio Negro-Solimões), Itacoatiara (Microrregião do Médio Amazonas) e Parintins (Microrregião do Baixo Amazonas).

A coleta de dados durou três meses, momento em que foi aplicado um questionário fonético-fonológico, com 156 perguntas, e outro semântico-lexical, com 327 questões, a seis informantes, sendo um homem e uma mulher de 18 a 35 anos, de 36 a 55 anos e de 56 em diante, em cada município. Considerou-se também, além dos fatores idade e sexo, os seguintes aspectos da dialetologia: ter cursado até a 4ª série do Ensino fundamental, ser natural da localidade e ter pais e cônjuges também da localidade pesquisada e, por último, não ter se afastado por mais de 1/3 de sua cidade de origem.

Vale destacar que a pesquisadora também gravou elocuições livres, a fim de organizar um banco de dados para pesquisas futuras.

O atlas apresenta 107 cartas fonéticas e 150 semântico-lexicais, produzidas por um programa computacional desenvolvido, especialmente, para a pesquisa: Mapeamento da Variação Linguística (MVL).

A partir dele, outros projetos de cunho dialetal surgiram no Amazonas, tendo como base a metodologia da geossociolinguística.

É um importante trabalho não só por ter sido o pioneiro no Amazonas, mas também por ser o primeiro a trabalhar, de forma sistemática, a variação nos planos diagenérico e diageracional, considerando fatores da sociolinguística variacionista, tal como propõe Thun (1998). O ALAM encontra-se em fase de publicação.

²⁰ Tese de doutorado defendida em 2004, no Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

2.2.2.9 *Atlas Linguístico de Sergipe II (ALS II)*

O ALS II, publicado em 2005, de Suzana Cardoso, é considerado como “atlas de segunda geração” devido ao seu caráter bidimensional: associou à variável diatópica a sistematização diagenérica dos informantes. Destacou-se também pela visão antropológica dos dados linguísticos, pois seu questionário centrou-se nos aspectos do Homem. Ao estruturar comentários sobre a interpretação dos dados, relacionando os fatos diatópicos a sociolinguísticos e antropológicos, apresentou inovação na organização e apresentação das 108 cartas, das quais 105 são semântico-lexicais.

Com tais características, o ALS II enfatizou a importância e a necessidade das pesquisas dialetológicas analisadas com outros enfoques do conhecimento científico.

2.2.2.10 *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)*

Sob a organização de Dercir Pedro de oliveira, o ALMS foi publicado em 2008. Trabalhou na perspectiva da geolinguística pluridimensional, contemplando, além da dimensão diatópica, as variações diageracional e diassexual.

Aplicou-se um questionário lexical e outro fonético-fonológico em 32 localidades, com 506 perguntas centradas nos temas Natureza e Homem e 42 com o objetivo de documentar as variações de pronúncia do estado, respectivamente.

Assim como o ALAM, contribuiu para o desenvolvimento da geolinguística pluridimensional no Brasil.

2.2.2.11 *Atlas Linguístico dos Falares do Baixo Amazonas (AFBAM)*

O AFBAM, de Roseanny Melo de Brito, é produto de dissertação de mestrado²¹, tendo como orientadora a professora Maria Luiza Cruz-Cardoso. Surgiu com objetivo de contribuir para a ampliação e consolidação dos registros fonéticos presentes no ALAM.

Para tanto, utilizou os mesmos procedimentos metodológicos presentes no ALAM e aplicou o mesmo questionário fonético-fonológico de tal atlas a cinco municípios do Baixo Amazonas: Barreirinha, Boa Vista dos Ramos, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e

²¹ Dissertação defendida em 2010, no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Urucará. Parintins, por já ter sido investigado por Cruz- Cardoso (2004), não foi contemplado na pesquisa.

A coleta de dados permitiu a produção de 132 cartas fonéticas, organizadas pelo MVL, programa computacional do ALAM. Além disso, a dissertação possui um CD no qual é possível visualizar as cartas e ouvir os fenômenos linguísticos produzidos pelos informantes.

É o segundo atlas produzido no Amazonas, originado pela necessidade de se ampliar os dados organizados por Cruz-Cardoso.

2.2.2.12 O Atlas linguístico do Ceará

Sob a coordenação, de José Rogério Fontenele Bessa, esse atlas foi organizado em torno de um glossário com 908 itens, 108 cartas lexicais e 132 cartas fonéticas. Publicado em 2010, em dois volumes, tal trabalho, dentre outras finalidades, propõe favorecer aos profissionais envolvidos com os estudos da linguagem, lexicólogos, gramáticos e historiadores, dados para a observação das diferenças dialetais no próprio estado, bem como o estudo comparativo do falar cearense com os demais estados brasileiros.

2.2.3 Projetos em Elaboração

Cardoso (2010) lista alguns projetos de atlas regionais em fase de elaboração. A seguir, tem-se um breve comentário de cada um deles.

O *Atlas Linguístico de São Paulo* foi projetado, nos anos 80, por Pedro Caruso²². A coleta de dados foi organizada em torno de quatro fases. Na primeira, foi aplicado um questionário de 50 perguntas, por correspondência, a todos os municípios do estado. Na segunda, o questionário concentrou-se em 310 questões semânticas sobre a *terra* e o *homem*. Na terceira, seis perguntas pretendem coletar dados referentes a lendas do estado e, na última, o objetivo é o relato pessoal.

O *Atlas Geossociolinguístico do Pará*, de Abdelhak Razky, pretende investigar 57 municípios, pertencentes a seis mesorregiões do estado. O questionário contempla duas partes: uma baseada em questões semânticas sobre *terra* e *homem*, lendas e relato pessoal; a outra investiga termos específicos da cultura paraense.

²² Com o falecimento do autor em 2005, é provável que este atlas não seja publicado.

O *Atlas Linguístico do Maranhão*, coordenado por Conceição Ramos, foi projetado em 2000, pretendendo coletar dados em 18 localidades do estado. Tem como diferencial o desenvolvimento de subprojetos com enfoque em vertentes, a fim de investigar as especificidades de cada local. Essas vertentes, com questionários específicos, somarão com o projeto maior, o do Atlas do estado, e contribuirão com a caracterização cultural das comunidades. Serão trabalhados temas como Bumba-meu-boi, culinária, línguas indígenas, manifestações culturais de raízes africanas, produtos agroextrativistas e reggae. Vale ressaltar que

Os questionários específicos de cada vertente não serão aplicados em todas as localidades que compõem a rede de pontos lingüísticos, uma vez que, dada sua natureza, faz-se necessário observar as peculiaridades de cada município que tenham relação com o objeto do questionário (RAMOS et al, 2005, p. 266).

Acrescenta a essas propostas específicas, a elaboração dos questionários fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático e pragmático, baseados nos do ALiB com pequenas modificações para atender a realidade do estado.

Para a seleção dos informantes, controla as variáveis idade, sexo, escolaridade, naturalidade e profissão, fato que o coloca no grupo dos atlas pluridimensionais.

O *Atlas Linguístico do Espírito Santo*, coordenado por Catarina Vaz, está sendo desenvolvido em duas etapas. A primeira refere-se à definição das localidades, levando em consideração a rede de pontos proposta por Antenor Nascentes; à caracterização do tipo de informante, trabalhando idade, sexo, escolaridade e naturalidade; o preparo dos questionários, tendo como base outros atlas publicados e o ALiB; aplicação dos questionários e revisão dos instrumentos aplicados. Na segunda etapa, pretende-se apresentar os dados em cartas e elaborar um banco de dados para futuras pesquisas.

Assim como os outros trabalhos de caráter dialetológico, objetiva oferecer material aos profissionais de língua materna para auxiliar o processo ensino-aprendizagem.

O *Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte* terá como base metodológica o ALiB, com algumas adaptações. A rede de pontos conta com dez municípios, dos quais cinco são pontos de inquérito do ALiB, e o perfil dos informantes segue a proposta do atlas nacional: homens e mulheres de 18 a 30 anos e de 45 a 60, nascidos e com pais também nascidos na localidade, com o ensino fundamental não concluído, para o interior, e com ensino superior para a capital. Os questionários serão os do ALiB, com a produção de questões específicas para atender as manifestações culturais do povo potiguar.

Existem ainda dois projetos em fase de reativação: o *Atlas Linguístico do Acre* e do *Rio de Janeiro*.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS ATLAS

A exposição feita anteriormente revela como a necessidade de conhecer a diversidade do português brasileiro impulsionou as pesquisas de abordagem dialetal no país. Iniciadas com características monográficas, preocupando-se, inicialmente, com o levantamento do léxico, tais pesquisas evoluíram, mostrando, em suas estruturas, que o estudo *in loco*, tendo como base a geografia linguística, é o ponto de partida para o levantamento real do português aqui falado.

No entanto, a dimensão do país exigia equipes preparadas e motivadas a realizar tal trabalho. Antenor Nascentes (1958) e Serafim da Silva Neto (1957), preocupados com essa realidade, propuseram em suas obras passos para que o projeto de um atlas nacional fosse concretizado. Assim, muitos pesquisadores, impulsionados por esses dois grandes nomes da dialetologia no Brasil, começaram a delinear propostas e a realizar suas pesquisas. Foi assim que surgiu o primeiro atlas brasileiro: o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB).

Esse atlas tem como mérito a implantação da geolinguística no país, como metodologia da dialetologia. Se até 1952, os trabalhos concentravam-se na descrição de fenômenos linguísticos em determinadas áreas geográficas, a partir de 1963, data de publicação do APFB, as pesquisas com preocupação diatópica passaram a organizar e apresentar os dados por meio de cartas linguísticas, permitindo, assim, uma visão panorâmica da realidade do português falado em determinados estados.

Dado o ponto de partida, outros atlas surgiram, mostrando inovações e atualizações nos procedimentos metodológicos. Por exemplo, o APFB trabalhou com 100 informantes, mas não controlou a variável sexo. O seu sucessor, o Atlas Linguístico de Sergipe (ALS), nesse quesito, apresentou caráter inovador, bidimensional, controlando os resultados e sistematizando-os conforme o gênero dos informantes.

A fim de ilustrar outros possíveis avanços, merecem destaque também a forma como os conteúdos eram selecionados para a composição dos questionários, sejam fonético-fonológicos, morfossintáticos ou semântico-lexicais. O Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG) e o Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB), a título de exemplificação, servem como modelos de propostas que tiveram o cuidado de selecionar palavras que refletissem a região inquirida. O primeiro, dentre outras questões não menos importantes,

como lendas, crendices e superstições (ZÁGARI, 2005), procurou verificar a influência dos negros alforriados em certas áreas do estado e o segundo produziu um questionário específico baseado em produtos agrícolas da Paraíba: mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi (ARAGÃO, 2005).

Em 1994, tornou-se público outro atlas de caráter bidimensional, o Atlas Linguístico do Paraná (ALPR), com controle também da variação diagenérica. A partir daqui, os atlas começaram a surgir fazendo inter-relação com outras ciências, tais como a etnolingüística, a fonética acústica, a sociolingüística e a antropologia.

O Atlas Linguístico-Etnográfico da região Sul do Brasil, por exemplo, ao trabalhar com a etnografia, contribuiu para o conhecimento da realidade tanto lingüística quanto étnica e cultural da referida região, trabalhando também com as possibilidades de mudança no uso da língua e com a realidade do bilingüismo, através das línguas em contato, que marcaram o processo histórico da migração de povos europeus para o estado.

Destaca-se ainda, nessa evolução metodológica, o Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALisPA), pois avançou no processo de digitalização e informatização dos dados, associando a descrição articulatória dos fenômenos à descrição acústica, controlando, além disso, a idade, o gênero e o número de informantes: quatro informantes, um homem e uma mulher, organizados em duas faixas etárias, 18 a 30 anos e 40 a 70 anos.

Já o Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), ao controlar e apresentar seus dados conforme os fatores da sociolingüista variacionista, idade, sexo e escolaridade, foi o primeiro a ser realizado, no país, controlando de forma sistemática as variações diagenérica e diageracional, conforme a geolingüística pluridimensional, tal como estabeleceu Thun (1999), com o Atlas Diatópico e Diastrático do Uruguai. O Atlas Linguístico de Sergipe II (ALS II) inovou também na apresentação dos resultados, quando propôs interpretação dos fenômenos, a partir da relação entre diatopia e questões de ordem sociolingüística e antropológica.

Outro trabalho que merece destaque é o Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS), pois, ao controlar as variações digeracional e diassexual, configurou-se como pluridimensional, tal qual o ALAM.

Como se observa, os avanços na metodologia de cada atlas não só ampliaram as possibilidades de investigação dos espaços geográficos, como também refletiram a diversidade social, cultural, histórica e científica de analisar os mais diversos fenômenos, inclusive os lingüísticos.

Entender, portanto, a dialetologia dessa forma é reconhecer que a variabilidade de qualquer língua é produto das diferenças socioculturais de um país e isso não pode escapar de uma investigação dialetal.

2.4 ESTUDOS GEOSOCIOLINGUÍSTICOS NO AMAZONAS

A história dos estudos dialetais no Amazonas tem início em 1980, com o trabalho, em nível de mestrado, de Hidelvídia Correa sobre *O falar “caboco” amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves*. Passados 24 anos, surge o trabalho que introduz a geolinguística, de caráter pluridimensional, no estado: o Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), de Cruz-Cardoso.

A primeira pesquisa tem o mérito de investigar expressões semânticas peculiares da região e um fenômeno fonético, considerado por Correa (1980), na época, característico do Amazonas: o alçamento da vogal posterior /o/ em posição tônica.

Para a caracterização do falar caboco²³, foram entrevistados 42 informantes, sendo 21 de Silves e 21 de Itacoatiara, municípios da Microrregião do Médio Amazonas, com o seguinte perfil:

- a) ter nascido na localidade de inquérito e ser originário de família igualmente ali nascida e criada;
- b) ter acima de 30 (trinta) anos;
- c) se casado, dever ser o cônjuge também da mesma localidade;
- d) tratar-se de pessoa iletrada [sic], se possível analfabeta ou com escolaridade mínima;
- e) ter de preferência, profissão variável (juteiro, pescador, roceiro) uma vez que os questionários aplicados versam sobre campos semânticos variados. (CORREA, 1980, p. 22)

Os questionários versavam sobre aspectos da zona rural do Amazonas, destacando lendas, superstições e o trabalho com a juta, fibra têxtil vegetal que serve para a fabricação de tecidos.

Na análise, Correa conclui que os aspectos característicos do falar caboco são: o alteamento das vogais médias /e/ e /o/²⁴ em posição tônica e átona, o abaixamento da vogal /o/²⁵ e a redução dos ditongos [ey] e [ow].

²³ Termo empregado para caracterizar a fala natural dos ribeirinhos amazonenses.

²⁴ Segundo a pesquisadora, foi comum a pronúncia de boa e bolo como [ˈbua] e [ˈbulu].

²⁵ Foi comum também encontrar a pronúncia de tudo e mundo como [ˈtodo] e [ˈmõdu].

Em 2004, Maria Luiza Cruz-Cardoso, apresenta o ALAM²⁶, a partir do qual uma mentalidade dialetológica começou a ser pensada no estado.

Como, além da aplicação de questionários fonético-fonológico e semântico-lexical, a pesquisadora gravou conversas livres, foi possível a constituição de um banco de dados para começar a ser analisado em nível de iniciação científica e curso de especialização em linguística²⁷ da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Os dados do ALAM, ao contrário dos de Correa, não mostram índices significativos de alçamento em contexto tônico. A pesquisadora levantou a hipótese de ser um fenômeno em extinção. Entretanto, apresenta resultados muito interessantes quanto à caracterização do falar amazonense. Dentre outros, destacam-se: altos índices de produtividade dos ditongos /ei/ e /ow/, em contextos condicionadores da monotongação e a tendência de pronúncia aberta das vogais médias pretônicas [ɛ, ɔ].

Além disso, Cruz-Cardoso (2004) destaca um aspecto interessante do –S pós-vocálico a ser mais investigado em pesquisas futuras. Como a pronúncia pós-alveolar foi mais significativa em três municípios – Barcelos, Itacoatiara e Parintins –, ela formula a hipótese de que:

[...] no Amazonas, entre os rios Negro/Amazonas e Solimões, se possam, no futuro, traçar isoglossas que diferenciem áreas linguísticas. Ao que tudo indica, os três municípios, que se localizam nas microrregiões do Alto Rio Negro, do Médio e Baixo Amazonas, apresentam aspectos linguísticos diferenciados dos da região que compõe os municípios que margeiam o Rio Solimões (p. 140).

Como se observa, o ALAM proporcionou o conhecimento panorâmico do português falado no Amazonas, possibilitando novos questionamentos e ampliação de dados. Muitos alunos, a partir desse trabalho pioneiro, interessaram-se por esse tipo de pesquisa, fato que os levou a desenvolver projetos em nível de mestrado e doutorado.

Três, sob a orientação de Cruz-Cardoso, já se tornaram públicos. Um deles é o Atlas Linguístico dos Falares do Baixo Amazonas, já detalhado anteriormente. Os outros *A realização das variantes palatais /ʎ/ e /ɲ/ nos municípios de Itacoatiara e Silves* (TORRES,

²⁶ Para detalhes do ALAM, ver item 3.1.2.8.

²⁷ Os trabalhos concluídos foram: *Comportamento fonético-fonológico da vogal posterior média fechada /o/, em contexto tônico, no falar dos municípios de Itacoatiara e Manacapuru* (MAIA, 2006); *A realização da vogal posterior média fechada /o/, em posição tônica, nos municípios de Parintins e Tefé* (MARTINS, 2006); *Comportamento fonético-fonológico da vogal posterior média fechada /o/, em posição tônica, no falar de cinco municípios do Amazonas: Barcelos, Benjamin Constant, Eirunepé, Lábrea e Humaitá* (DIAS, 2007); *A pronúncia do -S pós-vocálico nos municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Tefé, Barcelos e Benjamin Constant* (MARTINS, 2007); *Comportamento fonético-fonológico do -S pós-vocálico nos falares dos municípios de Eirunepé, Lábrea e Humaitá do Amazonas* (QUARA, 2007); *o Estudo Dialectológico e Sociolinguístico do Falar de Itacoatiara: as vogais médias pretônicas* (MAIA, 2009).

2009) e *Comportamento da vogal tônica posterior média fechada /o/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/ nos municípios de Itapiranga e Silves* (SILVA, 2009), de caráter monográfico, possibilitaram um estudo mais específico e concentrado desses dois municípios do Médio Amazonas.

Essas pesquisas seguem os mesmos procedimentos metodológicos do ALAM, em termos de seleção de informantes e controle de variáveis sociolinguísticas, com produção de questionários específicos²⁸, de acordo com os fenômenos estudados, e apresentação dos resultados em cartas fonéticas.

Acresce a esses estudos já realizados, um trabalho monográfico, apresentado como tese de doutorado na Universidade federal Fluminense (UFF). De autoria de Maria Sandra Campos, *O alçamento das vogais posteriores em sílaba tônica: um estudo do português falado em Borba no Amazonas* contribuiu ainda com os estudos já apresentados no ALAM. Embora a pesquisadora aponte para uma ocorrência positiva do alteamento em contexto tônico, confirma a hipótese de Cruz-Cardoso de que esse pode ser um fenômeno em extinção.

Campos investigou a realização desse fenômeno em 15 localidades de Borba (AM), divididas em quatro grupos: 3 da zona rural e 1 da zona urbana. Entrevistou 24 informantes, 06 em cada grupo, um homem e uma mulher, distribuídos em três faixas etárias: 14 a 20 anos, 21 a 54 anos e 55 em diante.

Coletou os dados considerando a “fala oral maximamente descontraída” (CAMPOS, 2009). Para validar isso, trabalhou, num segundo momento da pesquisa, com um teste de percepção, do qual participaram 16 alunos de letras, que não haviam ainda cursado a disciplina Fonética e Fonologia.

Como se observa, os estudos no campo da geografia linguística, no Amazonas, tomam novos rumos a partir do ALAM, tornando-se produtivos nos últimos anos, visto que vários projetos em nível de mestrado e de doutorado se encontram em execução.

²⁸ Torres (2009) aplicou um questionário composto de 156 questões, das quais 15 eram do ALAM. Silva (2009) utilizou um com 180 perguntas, sendo que 62 eram do ALAM.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo destina-se à apresentação dos fundamentos teóricos e metodológicos, a fim de contextualizar os parâmetros que nortearam a pesquisa no que diz respeito aos conceitos básicos da dialetologia pluridimensional, à evolução dos estudos dialetológicos, à configuração do bilinguismo e à metodologia adotada.

Não se pretende aqui propor, por não fazer parte dos objetivos desta pesquisa, uma análise dos dados, considerando os níveis de bilinguismo dos informantes. A ideia é apenas esboçar propostas sobre esse assunto, na medida em que, no Alto Rio Negro, o multilinguismo é uma característica evidente e os partícipes desta investigação são bilíngues. No entanto, sabe-se que é de extrema importância, para trabalhos futuros e para a caracterização total das localidades investigadas, verificar os domínios e os níveis de uso do português em informantes originários de um contexto social peculiar no Brasil, no qual algumas línguas indígenas ainda se mantêm vivas.

Quanto à metodologia, pretende-se mostrar como se procedeu a escolha dos pontos de inquérito, o perfil dos informantes, a técnica de recolha, registro e informatização dos dados e a elaboração das cartas fonéticas.

Ao concluir esta etapa, espera-se revelar, embora de forma restrita, como se configura uma pesquisa dialetológica em uma região plurilíngue.

3.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

3.1.1 A Dialetologia Pluridimensional

Para compreender como se constitui um trabalho de carácter dialetológico, tendo como fundamento a geografia linguística, torna-se necessária a explicitação de conceitos básicos. O ponto de partida é justamente entender a dialetologia. Segundo Cardoso (2010), “é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (p. 15).

Isso significa que uma pesquisa dialetológica tem como base o espaço geográfico para evidenciar o que é característico de cada região, de cada localidade. Depois da definição do espaço, ela também se vale de princípios sociolinguísticos para mostrar de forma sistemática e eficaz a variação inerente a qualquer língua.

A contribuição da sociolinguística, nessa investigação, torna-se de extrema importância na medida em que entende e analisa a heterogeneidade da língua como algo regular e passível de controle científico, como dado que reflete a variabilidade social.²⁹

Ao trabalhar com esses postulados teóricos, a dialetologia apresenta-se de forma contemporânea mais complexa, permitindo a realização de uma pesquisa completa e capaz de delimitar não somente áreas linguísticas, mas também socioculturais.

Mota e Cardoso (2006) explicam que essa associação configura-se como uma nova fase nos estudos dialetais, a qual abandona “[...] a visão monodimensional – monoestrática, monogeracional, monogénica, monofásica, etc – que predominou na geolinguística hoje rotulada de “tradicional”³⁰ [...] (p. 21, destaque das autoras).

Dessa forma, tem-se, hoje, a partir da reformulação metodológica proposta por Thun (1998), a geografia linguística pluridimensional. Um método da dialetologia que, para ser completo, procura evidenciar os falares/dialetos de cada localidade, analisando-os à luz também de outros ramos científicos, tais como o social, o histórico, o antropológico, entre outros. Tem como tarefa a organização dos registros da variação da língua em determinada área, a fim de delimitar e demarcar fronteiras que serão representadas por meio de atlas linguístico. Nestes, registram-se, ponto por ponto, as formas, as palavras e os tipos de construção avaliados durante o processo investigativo. O objetivo de se ter como produto final, de um trabalho pluridimensional, um atlas é, além de poder demarcar áreas com usos específicos da língua, mostrar a flutuação linguística de acordo com níveis sociais próprios e distintos, conforme as variáveis idade, sexo, escolaridade, profissão, etc.

Outro conceito básico da investigação dialetológica é o *dialeto*. Esse termo, originalmente voltado para as diferenças locais, apresenta sentido amplo: pode referir-se tanto à variedade linguística espacial quanto à de cunho social. Entretanto, nas pesquisas dialetais, opta-se, geralmente, pelo termo *falar* por estar consagrado na dialetologia brasileira desde 1953, quando Antenor Nascentes apresentou sua proposta de classificação das variantes linguísticas do Brasil (BRANDÃO, 1991) e por ser a descrição dos falares a finalidade geral das pesquisas dialetológicas (FERREIRA e CARDOSO, 1994).

A necessidade de investigar a diversidade do uso da língua numa determinada localidade leva o pesquisador à outra definição, o de comunidade de fala, termo-base nos princípios da geografia linguística. Segundo Labov (2008), “a comunidade de fala não é

²⁹ Fonte: Tarallo (2003).

³⁰ A dialetologia monodimensional ou tradicional trabalhava com um informante por ponto, geralmente, homem e de idade avançada que tivesse mínimo contato com comunidades externas.

definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas partilhadas [...]”, ou seja, para este autor, as pessoas não falam da mesma forma, porém compartilham normas de uso da língua, revelando, assim, o caráter heterogêneo presente em qualquer comunidade linguística. Aliás, essa característica, para o estudo da língua numa perspectiva social, configura-se produto normal e natural dos contatos linguísticos e a sua ausência é que seria anormal: “argumentamos que a ausência de alternância estilística e de sistemas comunicativos multiestratificados é que seria disfuncional” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006).

Labov (2008) também trabalha comunidade de fala considerando a questão da identidade local, pois identificar-se com uma dada comunidade é essencial para situar os indivíduos e compreender os processos de mudanças de uso da língua. Para exemplificar tal situação, cita a pesquisa feita na ilha de Martha’s Vineyard:

O estudo em Martha’s Vineyard se concentrou na relação de fatores sociais com mudanças linguísticas; demonstrou que a direção e o desenvolvimento daquela mudança não podiam ser compreendidos sem vinculá-la às categorias básicas da identidade local. (2008, p. 343).

Diante dessas definições, entende-se, na geolinguística, comunidade de fala como critério de identidade social, interação e compartilhar de regras do uso de determinada língua, visto ser um dos objetivos do trabalho dialetológico demarcar, descrever e evidenciar os falares de um povo.

Além desses conceitos, na metodologia do trabalho dialetal, o perfil do informante, os instrumentos de recolha de dados e os questionários a serem aplicados são considerados de extrema importância para revelar como se comporta a língua em relação ao mundo atual, desde o local onde os falantes se situam até o uso em termos pragmáticos:

O falante é visto como um ser geograficamente situado, mas socialmente comprometido e em múltiplas direções. Os instrumentos de recolha de dados, por sua vez, vão se tornando capazes de captar a variação nas suas diferentes manifestações. Os questionários se diversificam; a natureza do interrogatório, da inquirição, atinge alto grau de especificidade; as formas de registro de dados captam não apenas a emissão, mas também as condições de que se reveste o ato de fala naquele momento, permitindo amplas considerações de ordem pragmática. (CARDOSO, 2010, p. 63).

Com a definição dos termos aqui trabalhados e com as etapas da investigação dialetal detalhadas, percebe-se a preocupação da geolinguística em evidenciar a variação diatópica,

valendo-se, para isso, de questões sociais, indispensáveis para um trabalho de descrição completo e eficaz.

3.1.2 Evolução dos Estudos Dialetológicos

A preocupação inicial da dialetologia é o estudo das variações da língua num determinado espaço geográfico. Esse foco, porém, ao longo dos anos, sofreu modificações e, hoje, alia-se a informação diatópica às informações de caráter social. Para evidenciar tal realidade, torna-se necessário entender como surgiu o interesse pela documentação e descrição dos dialetos³¹ e como esse objeto de investigação é visto pela dialetologia atual.

No século XIX, surge o interesse pelos estudos dialetais devido à época histórico-comparativista cuja finalidade era a reconstituição da protolíngua indo-europeia, através da comparação de famílias de línguas, empregando a noção de parentesco. Os dialetos, nesse método, eram “considerados fontes de conhecimento do modo como se teriam operado as transformações em fases anteriores das línguas” (BRANDÃO, 1991).

Esse século também é marcado pela presença dos neogramáticos que, questionando o método comparativista, propõem postulados teóricos diferentes para a interpretação da mudança nas línguas. Um deles, chamado leis fonéticas, afirmava que as transformações sonoras ocorriam sempre na mesma unidade fônica e no mesmo ambiente, passando por um processo de regularidade absoluta, sem exceções.

Essa forma de interpretar a natureza da variação fonética acabou impulsionando as pesquisas dialetais, gerando uma preocupação com os estudos linguísticos a partir da distribuição espacial, fato que contrariou a doutrina dos neogramáticos.

Em 1881, Wenker, ao documentar a realidade linguística da Alemanha, inicia um processo de investigação diatópica, considerada ampla, coletando dados em 40.736 localidades do país, possibilitando a intercomparação dos resultados³². Embora tenha sido um marco nas pesquisas de caráter dialetológico, esse trabalho sofreu críticas por ter sido realizado por correspondência e por não ter feito um controle sistemático das variáveis sociais.

³¹ O termo dialeto, neste trabalho, é usado com o sentido amplo: refere-se tanto à variedade linguística espacial quanto à de cunho social. Entretanto, para atender os objetivos desta pesquisa, optou-se pelo termo falar por estar consagrado na dialetologia brasileira desde 1953, quando Antenor Nascentes apresentou sua proposta de classificação das variantes linguísticas do Brasil (BRANDÃO, 1991) e por ser a finalidade geral das pesquisas dialetológicas (CARDOSO, 1994).

³² Cardoso (2010, p. 41).

O mérito, entretanto, de consolidar um rigor metodológico na dialetologia é atribuído a Jules Gilliéron que, em 1887, inicia a coleta de dados para a produção do *Atlas Linguistique de la France (ALF)*. Para a realização desse trabalho, Gilliéron, partindo do princípio “[...] de que só um leigo poderia fornecer um retrato fiel da realidade fonética, não se deixando trair por conhecimentos, expectativas ou preconceitos linguísticos”, (CARDOSO, 2010), escolheu como inquiridor Edmond Edmont, um comerciante francês³³, que aplicou um questionário³⁴ a um informante em cada uma das 639 localidades por ele percorridas. O ALF, apesar de ter sido criticado em virtude de não ter também considerado as diferenças sociais, ao sistematizar a variação espacial, documentando os resultados em cartas linguísticas, instituiu a geolinguística, pressuposto metodológico, por excelência, da dialetologia.

Como se observa, a organização dos dados, no início dos estudos dialetais, centrava-se na variação diatópica. Diversas foram as razões para isso:

[...] seja porque os homens se situam, inevitavelmente, nos espaços geofísicos, seja porque as línguas e as suas variedades, pelas implicações culturais a que estão sujeitas e que indubitavelmente as refletem, têm um território próprio, ou seja, ainda porque o homem é indissociável no seu existir e no seu agir, no seu ser e no seu fazer [...] (CARDOSO, 2010, p. 48).

Diante dessas questões, colocadas em discussão, principalmente, a partir do ALF, vários outros projetos na Europa e na América surgiram. Dentre eles, destaca-se o *Linguistic Atlas New England (LANE)*, coordenado por Hans Kurath (1939 a 1943), conhecido como um dos primeiros a tentar relacionar variação espacial a aspectos sociais da linguagem, ao organizar seus dados considerando também a idade e a classe social³⁵.

O controle das variáveis sociais, no entanto, só veio a consolidar-se depois, no final do século XX, com o *Atlas Linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*. Trabalhando a pluridimensionalidade, ou seja, considerando outros tipos de variação, como a diageracional, a diagenérica, a diastrática e a diafásica³⁶, Thun (1999), idealizador do ADDU, estabelece a geolinguística contemporânea. Com isso, as pesquisas deixam de concentrar-se

³³ Esse comerciante foi escolhido porque havia realizado “[...] um trabalho sobre o léxico de Saint-Pol-sur Ternoise, nele demonstrando, pela exatidão das transcrições, acuidade para distinguir peculiaridades fonéticas” (BRANDÃO, 1991, p. 10).

³⁴ De acordo com Brandão (1991), o questionário, no início da pesquisa, contava com 1400 perguntas e, no final chegou a ter 1920.

³⁵ “[...] em todas as localidades foi inquirida uma pessoa proveniente da classe baixa, que era muitas vezes melhor conhecedora do verdadeiro falar do país; um segundo informante de idade mediana e de instrução escolar superior em relação aos do primeiro grupo foi registrado em algumas localidades e em 38 localidades foi interrogado um terceiro informante, com instrução escolar superior, tipo identificado como intelectual” (POP, 1950, p. 922 apud CARDOSO, 2010, p. 56).

³⁶ Mota e Cardoso (2006, p. 22).

em um único indivíduo, trabalhando muitas vezes, um único nível etário, social e de gênero, procedimentos da dialetologia tradicional, e passam a considerar, por exemplo, os dois gêneros, níveis de escolaridades distintos, entre outros.

Essa visão pluridimensional associa a dialetologia à sociolinguística, fato que as torna muito parecidas, quase sinônimas, pois têm como foco o mesmo objeto de investigação: a fala. Apesar disso, elas se distinguem no tratamento dado a esse objeto de estudo. A primeira é diatópica, embora, para apresentar um retrato fiel da realidade linguística de uma dada localidade, tome como base os fenômenos sociais. A última concentra-se na correlação entre os fatos linguísticos e os sociais, conquanto possa também considerar a variação espacial. A distinção, portanto, está na base metodológica: a dialetologia é geolinguística, o estudo da fala no espaço geofísico; a sociolinguística é social, explica a variação no interior de uma dada sociedade.

A dialetologia tem como finalidade o estudo da realidade linguística de um determinado espaço geográfico porque, em cada lugar, é possível verificar as particularidades dos usos da língua, por meio da realidade social, cultural e econômica.

Os estudos dialetais, portanto, para avançar no conhecimento da realidade linguística de cada país, continente ou região, sofreram modificações nos últimos séculos, aperfeiçoando sua metodologia, eminentemente diatópica, a qual, para ser retratada em sua totalidade, precisa ser associada a questões de ordem sociocultural, como, por exemplo, o português que surge do contato entre línguas.

3.1.3 Bilinguismo

Conceituar o bilinguismo não é uma tarefa fácil, pois há certa divergência entre os pesquisadores que trabalham com o contato entre línguas. Para esta pesquisa, pretende-se apresentar as ideias de quatro teóricos, selecionados numa ordem que contempla o processo das misturas de línguas, as ideias de bilinguismo individual e social e uma perspectiva mais atual, a bilingualidade.

Calvet (2002), ao trabalhar as línguas em contato, relata os vários estágios pelos quais pode passar um indivíduo bilíngue. O primeiro refere-se às interferências e aos empréstimos. É comum no processo de contato linguístico ocorrer remanejamento de estruturas, sejam fônicas, sintáticas ou lexicais, da primeira língua para a segunda. Uma das várias situações, citadas pelo autor, consiste no uso de falsos cognatos, “[...] quando um inglês, por exemplo, utiliza em francês o termo *instance* com o sentido de “exemplo” que ele tem em sua língua”

(p. 38, destaques do autor). Já o empréstimo acontece quando o falante, em vez de procurar “[...] na própria língua um equivalente a um termo de outra língua difícil de encontrar, utiliza diretamente essa palavra adaptando-a à própria pronúncia” (p. 39). Calvet ainda explica, através do empréstimo de boa parte do vocabulário do inglês ao francês, que esse fenômeno é considerado coletivo.

Outro estágio resulta da necessidade de comunicação entre grupos de línguas distintas, levando-os a desenvolver uma língua aproximativa que possa auxiliá-los no processo de interação. Como são usadas por comunidades de idiomas diferentes, apresentam sistema simples e restrito a uma situação de fala imediata, chamadas *sabirs*, surgidas, principalmente, nas relações comerciais. Quando o sistema sintático dos *sabirs* torna-se mais desenvolvido, surgem os *pidgins* “[...] cujo primeiro exemplo é o inglês *pidgin* que se desenvolveu nos contatos comerciais entre ingleses e chineses ao longo da costa do mar da China [...]” (CALVET, 2002, p. 43).

Se os *pidgins* se desenvolvem, apresentando uma sintaxe mais elaborada, darão origem aos crioulos, uma língua que deixa de ser emergencial e passa a ser usada em amplos contextos da comunidade, como ocorreu em Cabo Verde. “Por longo tempo desprezados, considerados como formas inferiores e exatamente por isso sem acesso às funções oficiais (ensino, administração), hoje os crioulos são promovidos à posição de língua oficial” (Idem, p. 55).

Há também a língua veicular, usada por grupos que não possuem a mesma primeira língua. Ela surge principalmente em comunidades plurilíngues, como revelou a pesquisa de 1986 em Senegal onde foram encontradas sete línguas maternas³⁷. Pode-se tornar veicular a língua de um determinado grupo da comunidade ou, dependendo da necessidade de interação, ser criada outra forma de comunicação.

É possível também, no contato de línguas, ocorrer a alternância de código, ou seja, uma mudança de língua na mesma frase ou na passagem de uma frase a outra. Conforme Calvet (2002), esse processo ocorre em virtude de funções diversas, apresentando um significado social. Por exemplo, numa conversa entre duas mulheres espanholas, residindo na Suíça, alternam-se o espanhol e o francês ou porque se pretende reproduzir uma citação de um discurso de acordo como foi enunciado no francês ou porque, ao estarem em território francófono, tendem a reproduzir a realidade local (p. 43-44).

³⁷ As línguas são Wolof, sereer, manding, peul, francês, diola, manjak; dentre as quais se tem Wolof como veicular.

Como se observa, as línguas em contato geram diferentes processos dependendo da situação do indivíduo no contexto bilíngue ou plurilíngue. Porém, as teorias não param aqui. Alguns pesquisadores preocuparam-se também em entender como se dá o bilinguismo no nível individual e social.

De Heredia (1989), ao estudar o bilinguismo individual, classificou-o em ativo e passivo. Um falante é bilíngue ativo quando entende e fala as línguas de seu repertório linguístico, tanto a materna quanto a segunda. Já o bilinguismo passivo ocorre quando o falante entende as duas línguas, mas se comunica em apenas uma delas. Isso pode ser consequência dos critérios de valorização e desvalorização estabelecidos pelo próprio falante, levando-o a dominar aquela de maior prestígio no contexto social em que está inserido. Dessa forma, se a língua materna for minoritária e desprestigiada, ela deixará de ser usada, podendo levar o falante a um estágio de monolinguismo.

O bilinguismo social tem como um de seus representantes Fishman (1971). Para ele, as línguas de uma comunidade de fala devem ser analisadas de acordo com seus valores funcionais, apresentando bilinguismo estável ou não estável. Será estável se os falantes souberem delimitar os domínios de uso, por exemplo, de uma língua materna e de uma segunda língua. O termo domínio é, para Fishman (1971), o conjunto de situações em que é usada uma mesma variedade linguística, a qual pode ser uma língua ou um dialeto. Assim, a língua materna tem como função social, geralmente, o contexto familiar e a segunda língua, o ambiente de trabalho. Não ocorrendo isso, ter-se-á o bilinguismo não estável, pois a variedade de menor prestígio, não tendo função social determinada, perderá espaço para a língua valorizada na comunidade de fala.

Uma nova proposta conceitual para o bilinguismo é colocada por Barreto (2009). Segundo a autora, esse termo deve ser analisado considerando “[...] os estágios de bilinguismo pelos quais os indivíduos, portadores da condição de bilíngue, passam na trajetória de vida [...]”, que ela chama de bilinguagem. Considera que há bilinguismo quando coexistem duas línguas para comunicação em determinado espaço social. Afirma também que é um fenômeno relativo, pois, para ser analisado, é preciso estabelecer as duas dimensões de bilinguagem, identificadas pelo contexto de aquisição e pelo uso funcional variado das línguas em contato. Para o contexto de aquisição, considera as diferentes situações em que se tem origem a condição bilíngue:

Se uma língua é adquirida ao mesmo tempo que a outra, sendo ambas consideradas L1 (**L1a + L1b**); se uma língua é adquirida posteriormente à outra, antes da primeira ter sido maturacionada (**L1 + L2**); se uma língua é adquirida posteriormente à outra,

depois da primeira ter sido maturacionada (**LM + LE**) (língua materna + língua estrangeira), ou **LM + LA** (língua materna + língua-alvo). (BARRETO, 2009, p. 125).

Desse modo, na infância, o tipo de bilinguismo será L1a + L1b ou L1 + L2. Na adolescência, será L1 + L2 ou LM + LE; e na fase adulta LM + LE. Por exemplo, se os indivíduos foram expostos desde o nascimento a duas línguas, adquirindo-as ao mesmo tempo, como L1, eles apresentam o primeiro contexto de aquisição acima apresentado.

Mas esses processos, segundo Barreto (2009), não são estáveis, já que dependerá do valor funcional que cada língua assumirá nos diferentes períodos da vida dos falantes, variando conforme o comportamento social. Assim, a bilingualidade também é definida pelo domínio de uso das línguas em diversos contextos comunicativos, tais como o familiar, o social, o escolar e o profissional. A seguir, um exemplo de uso de língua no ambiente familiar e no ambiente social de uma moça que adquiriu, quando criança, tanto o alemão quanto o português:

Eu acho que quando a gente voltou da Alemanha a gente passou a falar as duas línguas igual. E é assim até hoje. Com meu irmão e com meu pai eu falo mais português, mas também falo alemão. Quando vem visita de tios e primos da Alemanha a gente fala alemão. Quando estamos com a família do meu pai, a gente fala mais português.

[...]

Quando eu morava na Alemanha, eu falava alemão com meus amigos e colegas. Com alguns da escola também falava inglês, porque eu estudava numa escola americana... (BARRETO, 2009, p. 133-134).

Tais exemplos confirmam a teoria da bilingualidade: os domínios funcionais das línguas não são estáveis, dependendo dos contextos comunicativos em que o falante está inserido, situação que o leva a adotar diferentes comportamentos de uso das línguas.

De acordo com os teóricos aqui trabalhados, verifica-se como a condição de ser bilíngue passa por diferentes estágios seja no nível social, seja no nível individual.

3.2 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

3.2.1 Pontos de Inquérito

A seleção da microrregião do Alto Rio Negro, que compreende os municípios de Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Barcelos, foi feita obedecendo aos princípios da Geografia Linguística, à seleção dos pontos de inquérito presente no Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), à indicação de localidades definidas pelo Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e à divisão do território nacional feita por Nascentes (1953).

De acordo com Carlota e Cardoso (1994), a determinação de uma área a ser investigada nos moldes dialetais precisa considerar a situação geográfica, a realidade histórica, o tipo de povoamento, a situação econômica, demográfica e linguística. Considerando alguns desses fatores, elencados a seguir, o Alto Rio Negro torna-se uma área de grande diversidade sociocultural e, por isso, indispensável nas investigações linguísticas do Brasil.

Nessa região, situada no noroeste amazônico, cerca de 90% da população atual é indígena, falantes de mais de 20 línguas, pertencentes a quatro grandes famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak e Maku, Yanomami³⁸.

Outra peculiaridade, encontrada nessa área, é a prática da exogamia, não podendo ocorrer casamento entre membros da mesma etnia, devendo, por tal motivo, o homem procurar esposa em outros grupos. Essa situação favorece o multilinguismo, pois, como a sociedade é patrilinear, a mãe deve aprender a língua do marido para poder transmiti-la ao filho. Dessa forma, é muito comum encontrar habitantes do Alto Rio Negro que sejam, pelo menos, bilíngues. A maioria, por exemplo, fala o português, mas, no convívio familiar, comunica-se com a sua língua de origem.

A situação geográfica também a destaca: é uma região de fronteira, com a Colômbia e a Venezuela, fato que a tornou área de segurança nacional. O contato com a população desses países também reflete na realidade linguística, principalmente, de São Gabriel da Cachoeira, já que lá é muito comum o casamento com venezuelanos ou colombianos, sejam indígenas ou não.

Como se observa, esses fatores foram primordiais para a seleção e delimitação da região a ser pesquisada, porém não únicos.

³⁸ Fonte: ISA (2002).

A proposta de elaboração deste Atlas surgiu do projeto Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), de Cruz-Cardoso (2004), no qual foi feito o mapeamento fonético-fonológico e semântico-lexical de nove municípios amazônicos, dentre eles, Barcelos³⁹. Com isso, despertou-se o interesse em verificar como é a realidade fonético-fonológica do português falado nos outros dois municípios do Alto Rio Negro⁴⁰. A essa situação acrescentou-se o fato de São Gabriel da Cachoeira ser ponto de Inquérito do ALiB e também ter sido município indicado, em 1953, por Nascentes⁴¹, quando dividiu o território nacional em seis subfalares: amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense e sulista.

Após esse processo de seleção, iniciou-se a pesquisa de caráter bibliográfico, através dos dados do IBGE e do ISA, a fim de fazer o levantamento histórico, geográfico e sociocultural dos dois municípios.

Em fevereiro de 2011, foi realizada a pesquisa de campo. Antes da chegada às localidades, foi possível manter um contato com funcionários da prefeitura e da secretaria municipal de educação que deram informações sobre a realidade da zona rural. Entretanto, apesar desse contato inicial, não foi possível a ajuda no sentido de selecionar os informantes, para que, quando se chegasse aos municípios, aplicasse imediatamente o questionário. Isso não ocorreu porque a realidade de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira é bem distinta em termos de acesso e educação. As comunidades rurais localizam-se, no mínimo, a duas ou três horas da sede. Entretanto, nelas, foi difícil encontrar baixa escolaridade. Primeiro porque estavam próximas da zona urbana. Segundo, porque os salesianos realizaram um trabalho de valorização da educação, fazendo com que a maioria chegasse ao Ensino Médio. Então, para conseguir encontrar os informantes com o perfil da pesquisa, foi necessário procurar as comunidades mais distantes. Vale ressaltar que a distância, dependendo do motor utilizado na embarcação, seria de três a oito dias de viagem⁴². Como não se dispunha de tempo para fazer todo esse percurso, a aplicação do questionário foi feita a pessoas que vinham à cidade para resolver problemas na prefeitura ou para receber

³⁹ Além de Barcelos, Cruz-cardoso investigou o português falado em: Tefé, microrregião do Juruá-Solimões-Juruá; Benjamin Constant, microrregião do Alto Solimões; Eirunepé, microrregião do Juruá; Lábrea, microrregião do Purus; Humaitá, microrregião do Madeira; Manacapuru, microrregião do Rio Negro-Solimões; Itacoatiara, microrregião do Médio Amazonas; Parintins, microrregião do Baixo Amazonas.

⁴⁰ Barcelos não foi selecionado como ponto de inquérito, neste trabalho, por já ter sido investigado por Cruz-Cardoso no ALAM (2004).

⁴¹ Nascentes sugeriu, para o Amazonas, 16 pontos de Inquérito: Manaus, Moura, Codajás, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Manicoré, Borba, São Gabriel, Cucuí, Barcelos, Lábrea, Humaitá, Itacoatiara e Parintins.

⁴² A título de ilustração, uma das informantes, pertencente à etnia Baniwa, morava em uma localidade situada a oito dias da sede de São Gabriel da Cachoeira.

salário, aposentadoria ou benefícios, como o bolsa-família. Dessa forma, a gravação foi feita em portas de banco, praças públicas, em barcos atracados no porto e feiras-livres.

Apesar da dificuldade, foi possível encontrar os informantes desejados, condizentes com o perfil da pesquisa, e ter uma visão panorâmica da realidade do Alto Rio Negro, no que diz respeito à Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira. O presente Atlas não pretende esgotar as possibilidades de investigação do português falado nessa região. É um lugar de riqueza linguística, de contato entre línguas, onde o português divide espaço com mais de vinte línguas indígenas, sendo três delas co-oficiais: Baniwa, Tukano e Nheengatu.

3.2.2 Informantes

Os informantes foram selecionados de acordo com os princípios da Geolinguística, com o controle sistemático, além dos critérios tradicionais da dialetologia, da variável idade, a fim de verificar se as manifestações linguísticas ocorrem devido a tal fator de ordem social.

Dessa forma, o informante deveria ser:

1. Nascido na localidade, com pais naturais da região pesquisada e ter, de preferência, cônjuge de mesma origem;
2. Ter cursado até o 5º ano do Ensino Fundamental;
3. Não ter se afastado da região por mais de 1/3 de sua vida;
4. Apresentar excelentes condições fonatórias;
5. Para a variável idade, foram selecionados um homem e uma mulher em cada localidade, entre 18 e 35 anos, 36 e 55 anos e 56 em diante.

Ao tentar controlar tais princípios metodológicos, um problema foi encontrado na região do Alto Rio Negro: por ser uma área de concentração indígena, 90% da população, os informantes originários e com pais também da localidade eram indígenas. Embora tenham sido encontrados não índios nascidos nessa região, principalmente, da primeira e da segunda faixas etárias, eles não apresentavam baixa escolaridade ou eram filhos de portugueses e nordestinos. Diante disso, para se manter fiel ao princípio de fazer o levantamento do português falado no Alto Rio Negro, controlou-se outro aspecto: o informante, mesmo sendo indígena e dominando sua língua de origem, situação muito comum, deveria ser falante de língua portuguesa. Esse procedimento tornou-se de extrema importância para a pesquisa, uma vez que se tem, nessa área, um português que surge do contato entre índios e europeus, sendo impossível, portanto, descartar tal característica.

Assim, os 12 informantes pesquisados, seis em cada município, apresentam os seguintes perfis, conforme o quadro abaixo:

Localidade	Gênero Masculino			Gênero Feminino		
	Idade	Etnia	Línguas Faladas	Idade	Etnia	Línguas Faladas
Santa Isabel do Rio Negro	28	Baré	Português/Nheengatu	34	Baniwa	Português/Baniwa
	41	Baniwa	Português/Baniwa	51	Baré	Português/Nheengatu
	61	Baré	Português/Nheengatu	58	Baré	Português/Nheengatu
São Gabriel da Cachoeira	30	Desana	Português/Tukano	24	Kubeo	Português/Tukano
	36	Desana	Português/Tukano	39	Tariana	Português/Tukano
	56	Kubeo	Português/Kubeo/Tukano	56	Arapaço	Português/Tukano

Quadro II: *Perfil dos informantes conforme gênero, idade, etnia e línguas faladas*

Como se observa, teve-se o cuidado de selecionar informantes bilíngues em português e em outra língua indígena. É interessante revelar que a maioria dos entrevistados alegou entender mais de duas línguas. Por exemplo, o informante da segunda faixa etária (36 anos) de São Gabriel da Cachoeira afirmou que não fala Desana, mas a compreende quando os mais velhos de sua comunidade comunicam-se nessa língua. Entretanto, para esta pesquisa, consideraram-se apenas as línguas faladas, conforme apresentas no quadro acima.

Outra situação interessante a destacar é o fato de algumas línguas de origem não serem mais faladas, como pode ser comprovado com os dados dos informantes pertencentes à etnia Baré. Segundo Cabalzar e Ricardo (1998), isso é consequência do contato com os missionários que fez com que adotassem o Nheengatu.

A presença significativa do Tukano, como pode ser observada nos informantes de São Gabriel da Cachoeira, revela a sua importância no contexto multilíngue do Alto Rio Negro, pois

Ela é usada não só pelos Tukanos, mas também pelos outros grupos do Uaupés brasileiro, e em seus afluentes Tiquié e Papuri. Na medida em que há várias línguas distintas, em muitos casos não inteligíveis entre si, o tukano passou a ser empregado como língua franca, permitindo a comunicação entre povos com línguas paternas bem diferenciadas. Em alguns contextos, o tukano passou a ser mais usado do que as próprias línguas locais. (CABALZAR e RICARDO, 1998).

Já o português, produto também da colonização missionária da região, aparece como a língua usada, principalmente, fora do contexto familiar, nas relações de trabalho, comerciais e

educacionais. Alguns informantes, no entanto, especialmente os da 1ª e da 2ª faixas etárias, disseram que com os filhos tendem a priorizar o português, pois acreditam no seu domínio para o estudo e o futuro profissional.

Teve-se ainda, durante a seleção dos informantes, o cuidado de controlar a distribuição da variável idade, a fim de conseguir um equilíbrio no momento da análise dos dados. O quadro a seguir mostra a média desse controle:

Faixa Etária/Gênero						
	I (18-35)		II (36-55)		III (36 em diante)	
Localidade	M	F	M	F	M	F
Santa Isabel	28	34	41	51	61	58
São Gabriel	30	24	36	39	56	56
Média por gênero	29,0	29,0	38,5	45,0	58,5	57,0
Média por faixa	29,0		41,7		57,7	

Quadro III: Média da idade dos informantes por gênero e faixa etária

Como se observa, a seleção dos informantes obedeceu a procedimentos rígidos, que geraram dificuldades para a realização da pesquisa, porém essenciais para a representação linguística do Alto Rio Negro.

Apesar das dificuldades, todas as gravações previstas foram feitas, 06 em cada localidade, no total de 12. Vale ressaltar que, em Barcelos, não foi aplicado o questionário fonético-fonológico por já ter sido ponto de inquérito do Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM).

3.2.3 Técnicas de Recolha de dados

Para a composição do corpus, foi aplicado o Questionário Fonético-Fonológico (QFF) utilizado no ALAM, por já ter sido testado. O QFF reúne 159 questões baseadas na pronúncia dos fonemas vocálicos, em diversos contextos linguísticos, com destaque para realização das vogais mediais pretônicas. Apresenta também perguntas referentes à pronúncia dos ditongos, a fim de verificar a redução do /ei/ a [e] e do /ou/ a [o] ou [u]. Além disso, algumas perguntas concentram-se na verificação do alteamento do /o/ para [u] ou no abaixamento do /u/ para [o],

encontrados por Côrrea há trinta anos, porém não significativo nos dados de Cruz-Cardoso (2004), no ALAM.

Entre os fonemas consonantais, no QFF, há destaque para a pronúncia do /S/ em final de sílabas, das vibrantes, das laterais, bem como a realização do grupo –nd a [n].

Tal questionário era aplicado imediatamente à seleção e consentimento dos informantes, pois a maioria não residia nas sedes dos municípios, mas em comunidades muito distantes, a pelo menos três horas de viagem. Por isso, eles não dispunham de muito tempo e a pesquisadora para não perdê-los recorria a estratégias, como mímicas, gestos, figuras, tradução e explicação das perguntas, entre outras. Quando, apesar dessas estratégias, o informante não conseguia responder às questões, passava-se para outra e, em alguns casos, muito raros, era preciso abandoná-la, já que ele não sabia responder.

As entrevistas ocorreram em praças públicas, feiras livres, em portas de banco, igrejas, nas embarcações e na própria prefeitura.

3.2.4 Registro e Informatização dos Dados

As gravações da aplicação do questionário foram feitas com um gravador digital *Panasonic RR – US511*, subsidiada, para evitar a perda dos dados, com um gravador de cassete *Panasonic RQ-L31*. Cada gravação varia entre trinta minutos a uma hora. As que duraram menos tempo correspondem às estratégias de mostrar figuras, em virtude do pouco tempo do informante para participar da pesquisa, pois muitos se chateavam com a quantidade de perguntas ou tinham que voltar logo para suas comunidades.

Foi feito também um registro dos aspectos socioculturais de cada localidade, importantes para a pesquisa, com o auxílio da máquina fotográfica digital *Mitsuca Super MF LENS F33*, 6.0 mega .

Para a informatização dos dados e elaboração das cartas fonéticas, foi utilizado o programa computacional Mapeamento de Variação Linguística (MVL), desenvolvido para o ALAM. Esse programa permite inserir dados dos informantes, das localidades, das perguntas e das repostas obtidas que podem ser registradas também em áudio. Além disso, o MVL pode fornecer índices percentuais de fenômenos linguísticos selecionados (CRUZ-CARDOSO, 2004).

Foi utilizado também o software *Magix* que auxiliou no envio dos dados do gravador para o computador, bem como nas edições das gravações, isolando cada palavra pronunciada, para ser inserida a voz no MVL.

Todo o corpus coletado nos dois pontos de inquérito desta pesquisa foi transcrito e revisado manualmente e, depois, inserido no banco de dados do MVL para a elaboração das cartas fonéticas.

3.2.5 Elaboração das Cartas Fonéticas

Após a transcrição, os dados foram inseridos no Programa de Variação Linguística (MVL) que gerou automaticamente as cartas fonéticas para a composição do Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro (ALFARiN). As particularidades das cartas fonéticas estão dispostas no segundo volume. Aqui, têm-se algumas orientações:

- a) O número 1 refere-se à Santa Isabel do Rio Negro e o 2 a São Gabriel da Cachoeira;
- b) Do lado esquerdo da grade encontrada no mapa encontra-se o gênero masculino; do lado direito, o feminino;
- c) As faixas etárias foram organizadas de forma crescente, de cima para baixo: primeira, segunda e terceira;
- d) Os espaços em branco indicam que o informante não soube responder à questão.
- e) Na parte superior, encontra-se no número da carta, o tipo de questionário (QFF) e o número do conceito que serviu para gerá-la.

Para maiores detalhes, consultar o volume II desta dissertação que apresenta as cartas linguísticas, configurando, assim, o atlas proposto nesta pesquisa.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FALARES DO ALTO RIO NEGRO

O objetivo deste capítulo é apresentar os falares do Alto Rio Negro, considerando aspectos essenciais do vocalismo e do consonantismo para a caracterização de áreas dialetais, conforme será apresentado a seguir.

Ressalta-se que não se pretende propor interpretações para todas as ocorrências relevantes e evidentes dos falares dessa região, já que a proposta é fazer um levantamento geral de possibilidades de realizações fonéticas do português falado em Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. No entanto, hipóteses serão lançadas, a fim de instigar pesquisas futuras preocupadas em responder a questões, por ventura, surgidas por meio dos resultados aqui apresentados.

Vale destacar também que não se pretende apresentar um panorama fechado sobre os falares dessa área, situação quase impossível diante de uma região tão peculiar no Brasil, pois, além das línguas indígenas, os habitantes das localidades investigadas estabelecem constantemente trocas linguísticas com a população da Colômbia e da Venezuela e com militares de diversas origens brasileiras.

Dainte disso, apresenta-se aqui um retrato/recorte de alguns falares característicos dessa área.

Para a apresentação dos fenômenos, as principais obras consultadas foram: Cruz – Cardoso (2004), Lasmar (2005), Cruz (2011), Andrello (2006), Bisol (1981).

4.1 ASPECTOS DO VOCALISMO

Para a caracterização das realizações vocálicas do Alto Rio Negro, a análise centrou-se nas pronúncias das vogais médias em contexto pretônico, bem como nas ocorrências dos ditongos [ey] e [ow].

Para tanto, partiu-se da hipótese de Nascentes (1953) de que, no norte, há o predomínio da pronúncia aberta das vogais médias pretônicas. Buscou-se também fazer, quando possível, comparações com os registros do ALAM referentes a tais variantes (2004).

Quanto ao alçamento do [o] e do abaixamento do [u], em ambiente fonético de tonicidade, fenômenos detectados por Correa em 1980, não se verificou nenhuma situação dessas ocorrências, conforme as Cartas Fonéticas 38 (boto), 59 (proa), 60 (popa), 63 (canoa), 65 (caboclo), 71 (roupa) e 81 (burro). Por tal motivo, não se tem a seguir uma descrição de

tais vocábulos, em virtude de, em todos eles, ocorrer categoricamente a vogal tônica fechada quando se tem [o], nas palavras, e alta quando se tem [u].

A análise apresenta, enfim, todas as possibilidades de pronúncia dos fenômenos investigados, procurando destacar o que o é mais evidente em termos de ocorrências gerais, bem como o que se sobressaiu em termos de localidade, faixa etária e gênero.

4.1.1 Vogal Média Anterior Pretônica

No Alto Rio Negro, as vogais médias em contexto pretônico, presentes em 24 cartas fonéticas, realizam-se como [e/ẽ], [ɛ] ou [i/ĩ], com o predomínio de ocorrência fechada, conforme exposição a seguir⁴³:

CARTA Nº	VOCÁBULOS	[e]/[ẽ]	[ɛ]	[i]/[ĩ]
6	Bebida	100%	0%	0%
7	Depois	100%	0%	0%
8	Educação	42%	50%	0%
9	Mentira	67%	0%	33%
14	Estragada	17%	0%	67%
15	Esgoto	83%	0%	17%
16	Espinha	83%	8%	8%
17	Pescoço	100%	0%	0%
18	Tesoura	58%	0%	42%
19	Presente	25%	58%	0%
20	Melancia	25%	75%	0%
21	Melhor	8%	92%	0%
22	Perfume	75%	25%	0%
23	Perdido	17%	83%	0%
32	Real	8%	92%	0%
33	Reais	8%	92%	0%
47	Desovar	33%	33%	33%
66	Diretora	92%	0%	0%
82	Resultado	25%	67%	0%
101	Devagar	42%	0%	58%
103	Remédio	8%	92%	0%

⁴³ Para os percentuais, foram analisadas apenas as realizações do fenômeno investigado, com algumas aproximações, pois, em todos os casos, foram considerados 12 informantes. Por isso, os percentuais que não chegam a 100% no total significam que alguns informantes não pronunciaram o vocábulo esperado, conforme o QFF aplicado. Para confirmar tal situação, consultar as notas das cartas fonéticas presentes no capítulo 8 do segundo volume da dissertação.

105	Medicina	75%	17%	0%
138	Enchente	58%	0%	33%
129	Peneira	100%	0%	0%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	53,76%	33,69%	12,54%

Tabela I: *Percentuais de Realizações da vogal média anterior pretônica*

Como se observa, nos municípios investigados, há certa concorrência das realizações fechadas (53,76%) e abertas (33,69%), entretanto o índice da vogal medial anterior fechada é mais evidente. As vogais abertas foram encontradas, principalmente, em vocábulos com vogal tônica aberta, a exemplo de *Real* (92%), *Reais* (92%), *Melhor* (92%), *Resultado* (67%) e *Remédio* (92%), confirmando, assim, os dados presentes no ALAM (2004).

CARTA N°	VOCÁBULOS	[e]/[ẽ]	[ɛ]	[i]/[ĩ]
21	Melhor	8%	92%	0%
32	Real	8%	92%	0%
33	Reais	8%	92%	0%
82	Resultado	25%	67%	0%
103	Remédio	8%	92%	0%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	11,4%	87%	0%

Tabela II: *Percentuais de vogal média anterior pretônica em vocábulos de vogal tônica aberta*

Quando a tônica é fechada, a pronúncia é também predominantemente fechada, como pode ser observado nos percentuais dos vocábulos *pescoço* (100%) e *diretora* (92%).

Já a realização alta foi significativa em palavras como *estragada* (67%), *tesoura* (42%), *devagar* (58%) e *enchente*⁴⁴ (33%). No entanto, mesmo em contextos de elevação nos quais “[...] as vogais médias pretônicas assimilam a altura da vogal alta da sílaba imediatamente seguinte [...]” (BISOL, 1999), o predomínio é de vogal média anterior fechada:

⁴⁴ Embora, nos vocábulos *tesoura*, *devagar* e *enchente*, as realizações sejam, em quantidade, mais fechadas, nessas palavras há o processo do alçamento que não ocorre nas demais.

CARTA N°	VOCÁBULOS	[e]/[ẽ]	[ɛ]	[i]/[ĩ]
6	Bebida	100%	0%	0%
20	Melancia	25%	75%	0%
22	Perfume	75%	25%	0%
23	Perdido	17%	83%	0%
105	Medicina	75%	17%	0%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	58,4%	40%	0%

Tabela III: Percentuais de da vogal média anterior pretônica em vocábulos com vogal tônica alta

Verifica-se, de acordo com esses dados, que o processo de alçamento para [i] é nulo nesse contexto – vogal tônica alta antecedida de vogal média anterior –, contrariando, assim, resultados de pesquisas de caráter dialetal e sociolinguístico sobre tal fenômeno, como a de Bisol (1981) e Viegas (1987). Esses percentuais, no entanto, confirmam os dados de Cruz (2004) que também encontrou predomínio de [e] em contexto pretônico nos mesmos vocábulos com vogal tônica alta.

Antes de [s/z] ou [ʃ/ʒ], os índices apontam para a ocorrência de vogal média também fechada, com índices também relevantes de vogal pretônica alta. O vocábulo *estragada* apresentou os maiores índices de alçamento nesse contexto.

CARTA N°	VOCÁBULOS	[e]/[ẽ]	[ɛ]	[i]/[ĩ]
14	Estragada	17%	0%	67%
15	Esgoto	83%	0%	17%
16	Espinha	83%	8%	8%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	61%	2,6%	30,6%

Tabela IV: Percentuais da vogal média anterior pretônica antecedida de [s/z] ou [ʃ/ʒ]

Quando a média anterior é nasalizada, as ocorrências podem ser fechadas ou abertas, com frequência elevada do timbre fechado: *m[ẽ]ntira* (67%), *m[ĩ]tira* (33%).

Nos vocábulos *educação e presente*, que apresentam vogal tônica com nasalidade fonológica, a vogal média anterior pretônica também se realiza ora como aberta ora como fechada, com índices elevados de [ɛ] em *educação* – 50% e *presente* – 58%, mesmo que tais percentuais apresentem concorrência com [e], 42% e 50% respectivamente.

Em termos gerais, de acordo com a exposição feita, percebe-se a pronúncia significativa da vogal média anterior fechada em contexto pretônico, mesmo em ambientes linguísticos favoráveis ao alçamento.

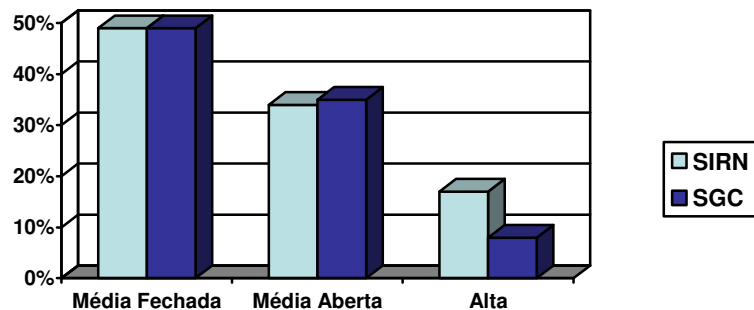
Esse resultado também pode ser confirmado em termos de variação por localidade, diageracional e diagenérica.

Tanto em Santa Isabel do Rio Negro (SIRN) quanto em São Gabriel da Cachoeira (SGC), verifica-se que a realização fechada e a aberta estão em processo de concorrência, apesar de a primeira ser superior à segunda:

LOCALIDADES	[e]/[ẽ]	[ɛ]	[i]/[ĩ]
SIRN	49%	34%	17%
SGC	49%	35%	8%
MÉDIAS PERCENTUAIS	53%	34%	13%

Tabela V: Realizações da Vogal Média Anterior Pretônica por Localidade

Gráfico I: Variação dialetal da Vogal Média Anterior Pretônica



Em se tratando de [i], os informantes de SIRN apresentam percentuais maiores de alçamento, entretanto, esse fenômeno não se apresenta significativo quando comparado a outras variações: [e] e [ɛ].

Considerando as variações diagenérica e diageracional, constata-se novamente a realização fechada em concorrência com a aberta, com evidência da primeira, conforme disposição dos dados nas tabelas e gráficos abaixo:

FAIXA ETÁRIA	[e]/[ẽ]	[ɛ]	[i]/[ĩ]
1	56%	33%	11%
2	52%	33%	15%
3	53%	37%	10%
MÉDIAS PERCENTUAIS	53%	34%	13%

Tabela VI: Realizações da Vogal Média Anterior Pretônica por Faixa Etária

Gráfico II: Variação diageracional da Vogal Média Anterior Pretônica

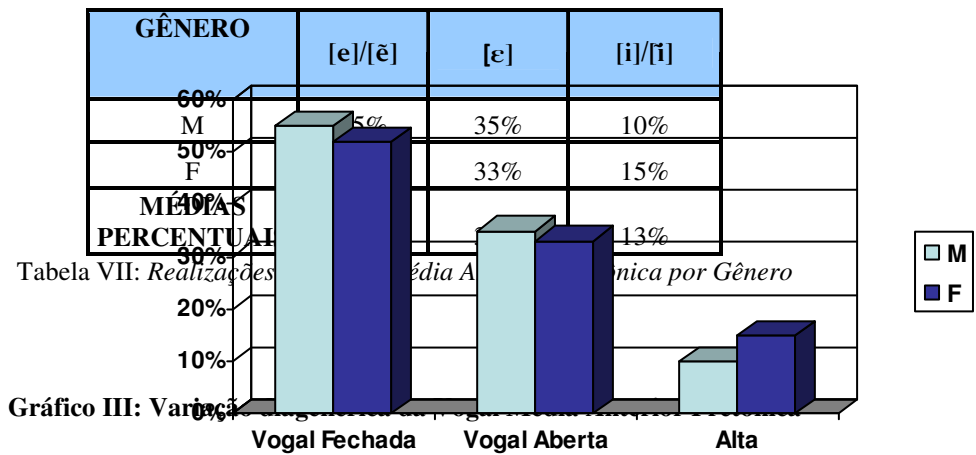
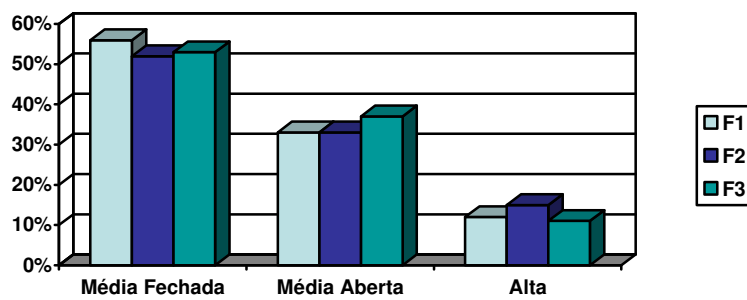
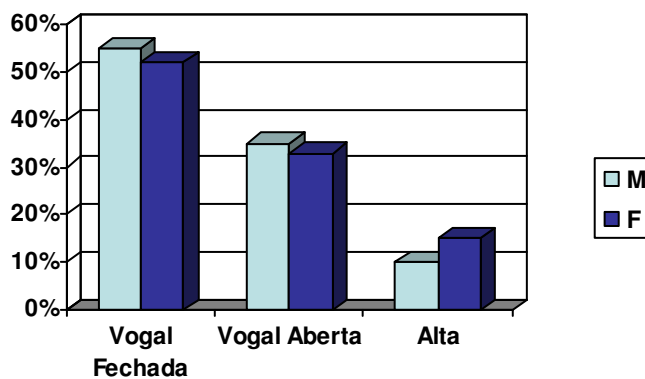


Gráfico III: Variação da Vogal Média Anterior Pretônica por Gênero



Observa-se que as diferenças entre as três faixas etárias e os gêneros são mínimas nas três variantes da vogal média anterior, com pequeno destaque, em termos de comparação, para a primeira geração na realização fechada e para o gênero feminino de segunda geração nos índices de alçamento, sendo os mais expressivos nessa questão.

Explicações possíveis para o elevado índice de vogal média anterior fechada em situação pretônica, no Alto Rio Negro, poderão ser dadas em trabalhos futuros que objetivem pesquisar a interferência da L1, indígena, na L2, português, dos informantes aqui investigados ou dos diversos falares presentes nessa região em decorrência da presença numerosa de militares oriundos de diversas localidades do país.

Apesar de não poder traçar respostas concretas, pois não é objetivo desta pesquisa, hipóteses serão aqui lançadas. Uma delas pode situar-se no quadro fonológico do Nheengatu cujos segmentos vocálicos constituem-se de quatro ocorrências, com suas respectivas nasais, a saber:

CORONAL		DORSAL			
i	ĩ		u	ũ	+ ALTO - BAIXO
e	ẽ				- ALTO - BAIXO
		a	ã		- ALTO + BAIXO

Quadro IV: *Vogais do Nheengatu*, adaptado de Cruz (2011)

O quadro nos revela que a vogal média baixa [ɛ] não é fonema do Nheengatu, mas alofone de /e/ que, segundo Cruz (2011), ocorre em sílabas acentuadas. Os exemplos em Nheengatu da referida autora comprovam isso:

<ape>	<upe>	<yepe>
/'ape/	/u'pe/	/ie'pe/
['a.pe]	[u.'pɛ]	[ie'pɛ]
Conjunção	Locativo	Indefinido

Dessa forma, o fato de a vogal média anterior baixa não pertencer aos fonemas vocálicos do Nheengatu, mas comportar-se como uma variação da média alta em contextos específicos, pode ter ocasionado os percentuais significativos de [ɛ], mesmo em

probabilidades de alçamento, visto que, no levantamento fonêmico proposto por Cruz, [i] não se apresenta como alofone de /e/ (p. 58)⁴⁵. Aqui, é importante lembrar que quatro informantes de SORN falam Nheengatu⁴⁶. No entanto, somente pesquisas futuras poderão confirmar ou não essa suposição.

Quanto ao Tukano, língua falada pela maioria dos informantes de SGC⁴⁷, encontram-se os seguintes segmentos fonêmicos para as vogais:

VOGAL	ANTERIOR	NÃO ANTERIOR E NÃO ARREDONDADA	NÃO ANTERIOR E ARREDONDADA
ALTA	i	i	U
NÃO ALTA	e	a	o

Quadro V: *Vogais do Tukano*, adaptada de Lasmar (2005)

Lasmar (2005), ao apresentar essa síntese dos segmentos vocálicos, proposta por Ramirez (1997), indica as suas possibilidades de pronúncia, revelando que /e/ e /o/⁴⁸ ocorrem geralmente abertos tais quais os vocábulos *fé* e *avó* no português.

Assim, os quadros fonológicos apresentados, tanto do nheengatu quanto do tukano, talvez justifiquem a concorrência significativa entre as vogais médias anteriores abertas e fechadas no Alto Rio Negro, bem como a mínima presença da vogal alta [i]. Ressalta-se, no entanto, que somente pesquisas concentradas nessa questão poderão ou não comprovar tais hipóteses.

Quanto aos dados do ALAM (2004), percebe-se semelhança de ocorrências, levando-nos em certa medida à confirmação de Nascentes (1953) de que, no Norte, a pronúncia é aberta, tendo, nas localidades aqui analisadas, ocorrências tanto de [e] quanto de [ɛ] de forma significativa, com predomínio da primeira.

⁴⁵ Citações presentes no trabalho de Cruz (2011) que apresentam [e] e [ɛ] como alofones de /e/: “A vogal média alta /e/ tem como alofone a média baixa [ɛ] em sílabas acentuadas. O alofone [e] também ocorre quando seguido por uma consoante nasal ainda que a sequência seja heterossilábica; ou quando seguido por um glide na coda da sílaba nucleada por /e/” (p. 57). “A alternância entre [e] em sílaba não acentuada e [ɛ] em sílaba acentuada é comum em línguas da família Tupi-Guarani” (p. 58).

⁴⁶ Ver quadro II, subitem 4.2.2, p. 55.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ /a/, /i/, /u/ pronunciam-se como em português e /i/ como *i* e *u* sem arredondar os lábios.

4.1.2 Vogal Média posterior

A vogal média posterior, em contexto pretônico, apresenta três variantes [o/õ], [ɔ], [u/ũ]/[w], com realização majoritária da fechada, o que pode ser conferido na seguinte tabela:

CARTA N°	Vocábulos	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
5	Tomate	67%	33%	0%
98	Advogado	42%	50%	0%
90	Soldado	25%	58%	0%
87	Assobio	67%	0%	25%
79	Bonito	75%	0%	25%
78	Comadre	58%	0%	42%
77	Joelho	92%	0%	8%
76	Coração	8%	92%	0%
75	Orelha	75%	25%	0%
28	Colheita	92%	0%	0%
31	Leiloeiro	92%	0%	0%
39	Botinho	100%	0%	0%
40	Notícia	92%	8%	0%
41	Obrigado	33%	50%	0%
42	Afogar	50%	50%	0%
43	Conversando	100%	0%	0%
44	Conheço	92%	8%	0%
46	Mosquito	67%	25%	8%
45	Comer	100%	0%	0%
47	Desovar	33%	67%	8%
48	Trovão	92%	8%	0%
49	Inocente	8%	75%	17%
50	Polvilho	75%	25%	0%
51	Chorão	42%	50%	0%
52	Morreu	100%	0%	0%
53	Assoalho	50%	50%	0%
54	Coador	8%	0%	92%
55	Goiaba	58%	42%	0%
56	Proibido	67%	17%	0%
57	Oitenta	92%	0%	0%
58	Magoado	75%	0%	25%
64	Canoinha	100%	0%	25%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	66,67%	22,66%	8,59%

Tabela VIII: Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica

Como se observa, as médias percentuais indicam a baixa produtividade do alçamento, com ocorrência significativa da vogal posterior pretônica fechada.

Detalhando tais dados, percebe-se que, em contextos de precedência de vogal tônica aberta, as concorrências entre abertas e fechadas tornam-se evidentes:

CARTA N°	Vocábulos	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
5	Tomate	67%	33%	0%
98	Advogado	42%	50%	0%
90	Soldado	25%	58%	0%
78	Comadre	58%	0%	42%
41	Obrigado	33%	50%	0%
42	Afogar	50%	50%	0%
47	Desovar	33%	67%	8%
55	Goiaba	58%	42%	0%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	45,75%	43,75%	6,25%

Tabela IX: *Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica em vocábulos com vogal tônica aberta*

Embora os índices não indiquem superioridade de realizações abertas, pode-se afirmar que, diante de vogal tônica aberta, ainda prevalecem ocorrências significativas de [ɔ], visto que a diferença entre este e [o] é de apenas 2%.

O predomínio do timbre fechado também se confirma em ambiente fonético de vogal tônica fechada, como apresentado abaixo:

CARTA N°	Vocábulos	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
28	Colheita	92%	0%	0%
44	Conheço	92%	8%	0%
45	Comer	100%	0%	0%
52	Morreu	100%	0%	0%
75	Orelha	75%	25%	0%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	93,4	5%	0%

Tabela X: *Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica em vocábulos com vogal tônica fechada*

É interessante destacar aqui a nulidade do alçamento nesse contexto, fato que, ao ser comparado com os resultados da vogal média anterior, revela que, no Alto Rio Negro, a vogal alta, no contexto analisado, não é característica evidente de seus falares.

Tal particularidade é também encontrada em contextos propícios ao alçamento, pois, mesmo em ambiente fonético de elevação da vogal, quando é sucedida de vogal alta, a média posterior pretônica mantém-se fechada.

CARTA N°	Vocábulos	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
40	Notícia	92%	8%	0%
46	Mosquito	67%	25%	8%
39	Botinho	100%	0%	0%
50	Polvilho	75%	25%	0%
79	Bonito	75%	0%	25%
87	Assobio	67%	0%	25%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	79,3%	9,6%	9,6%

Tabela XI: *Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica em vocábulos com vogal tônica alta*

Isso se torna muito interessante, visto que o /o/ não pertence ao quadro fonológico atual do Nheengatu falado no Alto Rio Negro⁴⁹ e em, Tukano, a sua pronúncia é, segundo Lasmar (2005), geralmente, aberta. Em virtude disso, uma possível interferência possa ter vindo do Espanhol, considerando a área de fronteira com a Colômbia e a Venezuela. No sistema vocálico do Espanhol, há cinco vogais orais, /a, e, o, i, u/, que, segundo Ribeiro (2003), mantêm-se as mesmas “[...] nas posições tônica, átona e átona final de palavra. No português, o sistema vocálico varia a depender da posição acentual” (p. 70). Ainda sobre isso, Lima (2008), elenca que, foneticamente, o fonema /o/, no espanhol, pode realizar-se como fechado, aberto ou nasalizado.

Apesar disso, fazendo comparação com os dados do ALAM (2004), percebe-se que a média posterior pretônica fechada, na maioria dos ambientes linguísticos aqui analisados,

⁴⁹ “A distinção entre os fonemas /o/ e /u/ foi registrada em documentos sobre variedades da língua faladas nos séculos XVI, XVII e XVIII. Entre os séculos XVIII e XIX, ocorreu uma mudança fonológica regular /o/ → [u] em sílaba não acentuada. [...] No Nheengatú falado no alto do rio Negro, a pronúncia [u] espalhou-se da posição não acentuada para todas as posições. Como resultado, o Nheengatú falado por Baré, Baniwa e Warekena não tem mais vogal dorsal média. A mudança fonológica pode ser descrita como um processo regular /O/ _ /u/ [u] em todos os contextos. O fone [ɔ] ocorre apenas na pronúncia de alguns falantes principalmente na zona urbana da cidade de São Gabriel da Cachoeira” (CRUZ, 2011, p. 109 -110).

ocorreu também de forma significativa nos nove municípios investigados, tornando-se, portanto, particularidade dos falares amazonenses.

Retornando às médias percentuais, em contextos de hiato, verifica-se também o predomínio da fechada, apesar de a vogal alta [u] ter certa produtividade nessa questão, se for comparada apenas a sua realização com as tabelas anteriores. Destaca-se aqui que a elevação apenas ocorreu na pronúncia dos vocábulos *coador* (92%), *magoadado* (25%) e *joelho* (8%⁵⁰).

CARTA N°	Vocábulos	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
31	Leiloeiro	92%	0%	0%
53	Assoalho	50%	50%	0%
54	Coador	8%	0%	92%
56	Proibido	67%	17%	0%
58	Magoado	75%	0%	25%
64	Canoinha	100%	0%	0%
77	Joelho	92%	0%	8%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	69,14%	9,5%	17,85%

Tabela XII: *Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica em vocábulos com hiato*

Em se tratando de vogal tônica fonologicamente nasal, a média posterior aberta apresenta percentual considerável, embora com certa predominância da fechada, como se verifica a seguir:

CARTA N°	Vocábulos	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
48	Trovão	92%	8%	0%
49	Inocente	8%	75%	17%
51	Chorão	42%	50%	0%
57	Oitenta	92%	0%	0%
76	Coração	8%	92%	0%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	48,4%	45%	3,4%

Tabela XIII: *Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica em vocábulos com vogal tônica nasal*

⁵⁰ Tais ocorrências podem configurar-se processo de variação lexical. Trabalhos futuros poderão analisar isso.

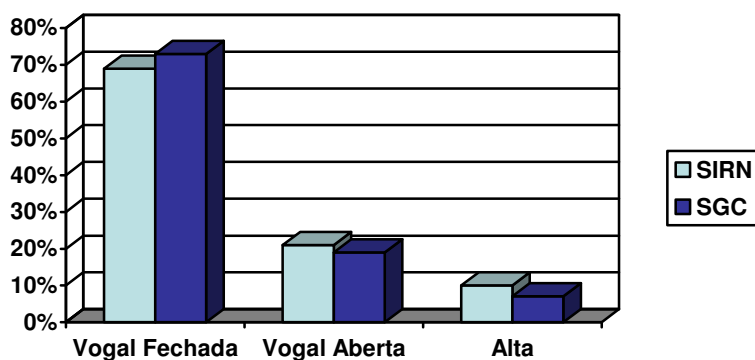
No vocábulo *conversando*, a média fechada mantém-se categoricamente, 100%, confirmando essa ocorrência em situações de nasalidade de cunho fonológico em muitos falares do país (Cruz-Cardoso, 2004).

Analisando as localidades, constata-se o predomínio de [o], com leve superioridade de sua realização em SGC:

Localidades	[o]/[o]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
SIRN	69%	21%	10%
SGC	73%	19%	7%
MÉDIAS PERCENTUAIS	71%	20%	9%

Tabela XIV: Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica por localidade

Gráfico IV: Variação dialetal da Vogal Média Posterior Pretônica

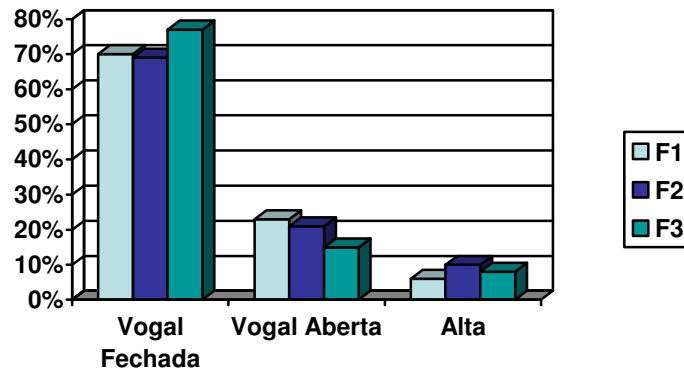


Analisando as variáveis sociais, idade e gênero, percebe-se que a terceira faixa etária tende a pronunciar mais a média posterior fechada, situação encontrada também nas mulheres, como se confirma a seguir:

Faixa Etária	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
1	70%	23%	6%
2	69%	21%	10%
3	77%	15%	8%
MÉDIAS PERCENTUAIS	72%	20%	8%

Tabela XV: Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica por faixa etária

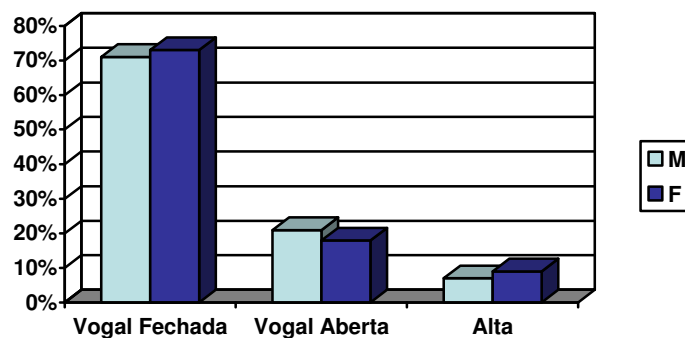
Gráfico V: Variação diageracional da Vogal Média Posterior Pretônica



Gêneros	[o]/[õ]	[ɔ]	[u]/[ũ]/[w]
M	71%	21%	7%
F	73%	18%	9%
Médias Percentuais	72%	20%	8%

Tabela XVI: Percentuais da Vogal Média Posterior Pretônica por gênero

Gráfico VI: Variação diagenérica da Vogal Média Posterior Pretônica



Diante da análise feita, tanto da vogal média anterior quanto da posterior constata-se a ocorrência significativa da pronúncia fechada, mesmo em contextos linguísticos favoráveis ao alçamento. Tal resultado, ao ser comparado com os do ALAM, revela que a realização de vogais pretônicas fechadas parece caracterizar os falares no Amazonas.

4.1.3 Ditongos [ey] e [ow]

Em percentuais gerais, no Alto Rio Negro, prevalece a monotongação tanto do ditongo [ey] quanto do ditongo [ow], embora o primeiro apresente diferença mínima em relação a sua ocorrência ou não, conforme a tabela abaixo:

CARTA N°	Vocábulos	[ey]	[e]
2	Madeira	17%	83%
129	Peneira	33%	67%
10	Manteiga	42%	58%
12	Peixe	42%	58%
13	Peixinho	17%	75%
119	Leite ⁵¹	25%	75%
27	Cheio	92%	0%
28	Colheita	50%	42%
124	Feitiço	42%	58%
29	Queimar	83%	17%
30	Leilão	75%	25%
31	Leiloeiro	25%	67%
31	Leiloeiro	25%	67%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	45,03%	54,97%

Tabela XVII: Realizações do ditongo [ey]

Ainda que as diferenças percentuais sejam pequenas, no resultado final, predomina a monotongação do [ey], principalmente em contextos propícios de redução como [ʃ] e [r] (ARAGÃO, 2008).

Além disso, pode-se, diante desses dados, afirmar também que há concorrência tanto da ditongação quanto da monotongação, fato que poderá resultar, no decorrer dos anos, no predomínio desta, considerando os índices apresentados do [ey].

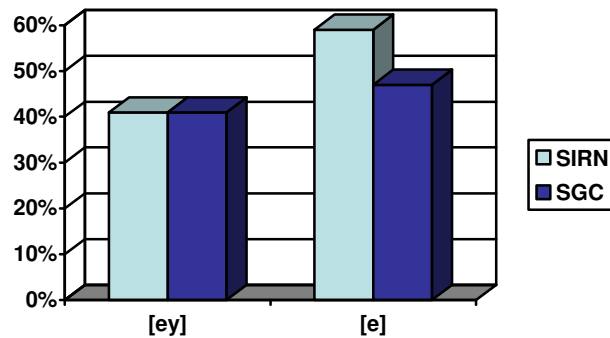
Nas duas localidades, os registros confirmam essa alternância, não revelando desigualdades significativas de ocorrências entre as duas variantes, o que pode ser conferido a seguir:

⁵¹ Chama atenção a monotongação no vocábulo leite, dado que contraria resultados de outras pesquisas no PB. Estudos posteriores poderão detalhar as hipóteses para a ocorrência desse fenômeno.

Localidades	[ey]	[e]
SIRN	41%	59%
SGC	41%	47%
MÉDIAS PERCENTUAIS	47%	53%

Tabela XVIII: Realizações do ditongo [ey] por localidade

Gráfico VII: Variação dialetal do ditongo [ey]

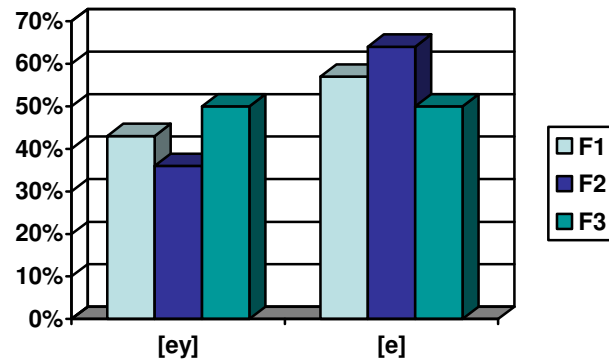


É importante destacar que os informantes de SIRN tendem a monotongar mais do que os de SGC (59% contra 47%, respectivamente). Tendo como base as variações diageracionais, verifica-se que a primeira e a segunda faixas etárias realizam a redução da semivogal [y] mais do que a terceira cujos índices percentuais indicam concorrência entre as duas variantes em análise. Isso indica probabilidade de mudança em tempo aparente, ou seja, nesse caso, a forma inovadora, a monotongação, é mais evidente nos grupos mais jovens, tal situação poderá ser confirmada em análises futuras.

Faixa Etária	[ey]	[e]
1	43%	57%
2	36%	64%
3	50%	50%
MÉDIAS PERCENTUAIS	44%	56%

Tabela XIX: Realizações do ditongo [ey] por faixa etária

Gráfico VIII: Variação diageracional do ditongo [ey]

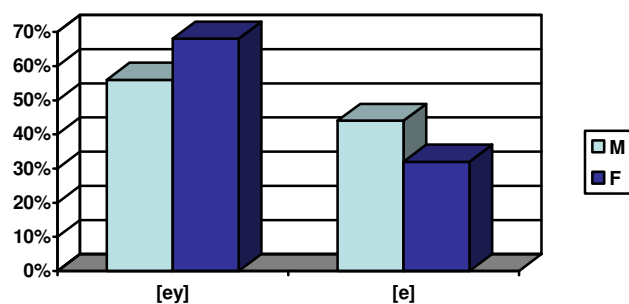


Passando para as variações entre gêneros, encontra-se nas mulheres o percentual maior de realização do ditongo [ey], possibilitando o estabelecimento de uma hipótese a ser confirmada ou não em trabalhos futuros nessas localidades: as mulheres nessa situação linguística apresentam-se mais conservadoras.

Gêneros	[ey]	[e]
M	56%	44%
F	68%	32%
MÉDIAS PERCENTUAIS	62%	38%

Tabela XX: Realizações do ditongo [ey] por gênero

Gráfico IX: Variação diagenérica do ditongo [ey]



O ditongo [ow] também se mostra, de forma significativa, reduzido a [o], não revelando, no entanto, processo de concorrência entre as duas variantes:

CARTA N°	Vocábulos	[ow]	[o]
18	Tesoura	8%	92%
71	Roupa	0%	100%
72	Ouro	25%	75%
73	Lavoura	25%	75%
74	Outubro	25%	75%
108	Sou	17%	83%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	16,67%	83,33%

Tabela XXI: Realizações do ditongo [ow]

Verifica-se como a redução do ditongo [ow]⁵² é quase categórica no Alto Rio Negro, prevalecendo em todos os vocábulos presentes nas seis cartas fonéticas, apresentadas acima.

Tal resultado torna-se interessante quando comparado aos dados do ALAM (2004) que revelou índices notórios de realização da ditongação do [ow] e do [ey]. A fim de tentar entender essa diferença, buscou-se determinar quais são os ditongos possíveis no Nheengatu. De acordo com Cruz (2011), os ditongos nessa língua são: [ja] [je] ~ ['jɛ] [ju], [wa] [we] ~ ['wɛ] [wi], [wã] [wĩ], [aj] [ej]⁵³. Assim, verifica-se que a vogal média posterior [o] com a glide [w] não forma ditongo no Nheengatu, visto que a primeira não pertence ao quadro fonêmico dessa língua, ao contrário do ditongo decrescente [ey] cuja realização é evidente.

Isso talvez explique a presença significativa do [ey] e a ausência quase categórica do [ow] na região estudada, porém somente pesquisas posteriores poderão traçar análises mais precisas.

⁵² Optou-se aqui por apresentar somente os resultados referentes à localidade, idade e gênero do ditongo [ey] cujas diferenças percentuais foram mais significativas.

⁵³ Além desses ditongos, Cruz (2002) trabalha com a possibilidade de a glide ocorrer em ataque silábico com núcleo nasal que pode ser realizado como [ɲ], a exemplo de <yampinima> que pode ser pronunciada como [ɲã.pi.ni.ma] (p. 61).

4.2 ASPECTOS DO CONSONANTISMO

Para evidenciar as realizações consonantais em SIRN e SGC, procurou-se destacar as pronúncias das oclusivas alveolares, das laterais, da nasal palatal, do –R, em contexto inicial, medial e final de vocábulo, e do –S, medial e final, que apresentam, em muitas pesquisas de caráter dialetal, variantes capazes de determinar falares regionais.

As oclusivas alveolares /t/ e /d/ ocorrem como palatais [tʃ] e [dʒ] diante de vogal alta [i], de forma categórica. A exceção está apenas no vocábulo *feitiço* o qual um informante masculino de segunda faixa etária pronunciou como [ti]. As ocorrências dessas variantes estão dispostas em 44 cartas fonéticas:

CARTAS FONÉTICAS REFERENTES A /t/		CARTAS FONÉTICAS REFERENTES A /d/	
5- Tomate	40- Notícia	2- Madeira	117- Desmaio
9- Mentira	46- Mosquito	6- Bebida	78- Comadre
10- Manteiga	48- Trovão	7- Depois	90- Soldado
11- Teia	49- Inocente	23- Perdido	96- Vidro
14- Estragada	57- Oitenta	34- Hóspede	98- Advogado
19- Presente	66- Diretora	41- Obrigado	101- Devagar
39- Botinho	67- Agricultores	43- Conversando	103- Remédio
24- Certo	74- Outubro	47- Desovar	104- Paredes
28- Colheita	79- Bonito	54- Coador	105- Medicina
38- Boto	82- Resultado	56- Proibido	
97- Três	94- Santo Antônio	58- Magoado	

Quadro VI: *Cartas Fonéticas referentes à realização de /t/ e /d/*

Em relação às laterais, a alveolar em contexto pós-vocálico, quando pronunciada, apresenta-se como semivocalizada [w], como se pode verificar nas seguintes cartas fonéticas:

32- Real
50- Polvilho
67- Agricultores
82- Resultado
90- Soldado

Quadro VII: *Cartas Fonéticas referentes à realização de /l/*

A lateral palatal, por sua vez, apresenta-se predominantemente como [ʎ], ocorrendo índices inexpressivos de despalatalização ou iotização, embora sejam falantes interioranos com baixa escolaridade. A visualização disso pode ser feita em 11 Cartas Fonéticas, organizadas na tabela XXI:

CARTA N°	Vocábulos	[ʎ]	[ʎ]	[j]	[i]
21	Melhor	67%	25%	8%	0%
26	Grelha	83%	8%	0%	8%
28	Colheita	0%	67%	0%	25%
50	Polvilho	100%	0%	0%	0%
53	Assoalho	58%	42%	0%	0%
62	Olho	92%	0%	0%	0%
61	Folha	92%	8%	0%	0%
75	Orelha	83%	17%	0%	0%
77	Joelho	50%	50%	0%	0%
91	Mulher	33%	33%	0%	0%
68	Piolho	42%	50%	0%	0%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	67,20%	28,80%	0,80%	3,20%

Tabela XXII: Realizações da lateral palatal

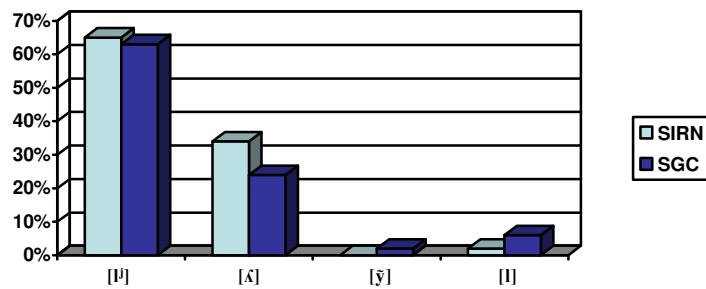
Os índices gerais confirmam os dados de Cruz (2004) que também revelam a palatalização [ʎ] em tais vocábulos.

Considerando as localidades, a fim de comparação, embora as diferenças sejam mínimas, a ocorrência de [ʎ] é maior em SIRN assim como a presença de [ʎ]. Entretanto, tanto nessa localidade quanto em SGC percebe-se discreta concorrência das duas variantes, já que a diferença entre uma e outra está em torno dos 33%.

Localidades	[ʎ]	[ʎ]	[j]	[i]
SIRN	65%	34%	0%	2%
SGC	63%	24%	2%	6%
MÉDIAS PERCENTUAIS	66%	29%	1%	4%

Tabela XXIII: Realizações da lateral palatal por localidade

Gráfico X: Variação dialetal da lateral palatal

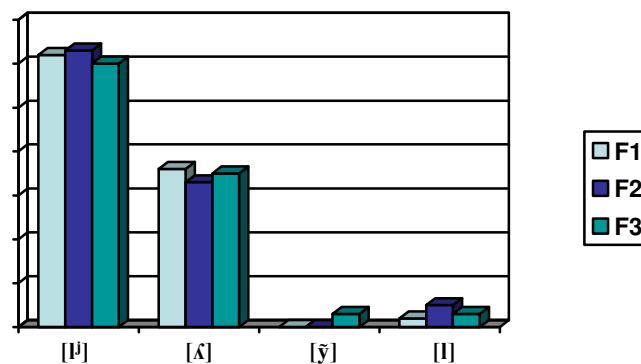


Essa leve concorrência também é confirmada pelas variações diageracionais e diagenéricas, revelando que as mulheres usam mais o [l̥], isso a fim de ilustração comparativa, pois as diferenças entre os percentuais das faixas etárias e dos gêneros não são evidentes, como pode ser confirmado nas tabelas e gráficos a seguir:

Faixa Etária	[l̥]	[ɫ]	[ʎ]	[l]
1	62%	36%	0%	2%
2	63%	33%	0%	5%
3	60%	35%	3%	3%
MÉDIAS PERCENTUAIS	62%	34%	1%	3%

Tabela XXIV: Realizações da lateral palatal por faixa etária

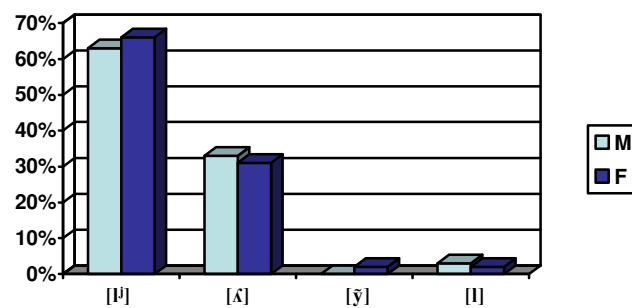
Gráfico XI: Variação diageracional da lateral palatal



Gêneros	[ʎ]	[ɫ]	[ỹ]	[ɨ]
M	63%	33%	0%	3%
F	66%	31%	2%	2%
MÉDIAS PERCENTUAIS	65%	32%	1%	2%

Tabela XXV: Realizações da lateral palatal por gênero

Gráfico XII: Variação diagenérica da lateral palatal



Já a nasal palatal apresenta baixos índices de ocorrência, tendo como variantes a vogal alta [i] e a iode, com assimilação do traço nasal, evidente na primeira situação.

CARTA N°	Vocábulos	Ocorrência	Não Ocorrência
13	Peixinho	8%	83%
16	Espinha	8%	92%
44	Conheço	17%	83%
39	Botinho	17%	83%
64	Canoinha	0%	100%
69	Pamonha	0%	92%
93	Amanhã	0%	100%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	7,32%	92,68%

Tabela XXVI: Realizações da nasal palatal

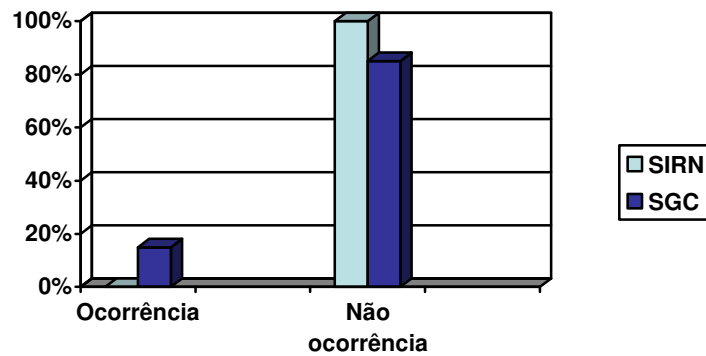
Comparando as localidades e as faixas etárias, verifica-se que a baixa produtividade da nasal palatal é considerável, não apresentando, por isso, concorrências de

variantes. Entretanto, analisando de forma mais detalhada, percebe-se que todas as ocorrências da consoante palatal em questão foram realizadas em SGC:

Localidades	Ocorrência	Não Ocorrência
SRIN	0%	100%
SGC	15%	85%
MÉDIAS PERCENTUAIS	7%	93%

Tabela XXVII: Realizações da nasal palatal por localidade

Gráfico XIII: Variação dialetal da nasal palatal

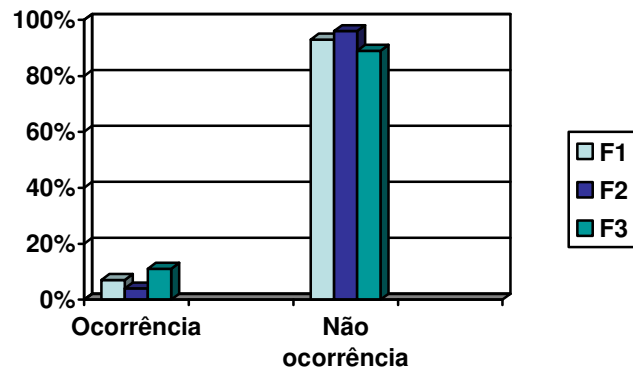


Em relação à variação diageracional e diagenérica, constata-se que, na terceira faixa etária, encontram-se os maiores índices de palatalização, assim como nos homens, que ainda pronunciam a nasal palatal, de acordo com os 15% de ocorrência encontrados nesse gênero:

Faixa Etária	Ocorrência	Não Ocorrência
1	7%	93%
2	4%	96%
3	11%	89%
	7%	93%

Tabela XXVIII: Realizações da nasal palatal por faixa etária

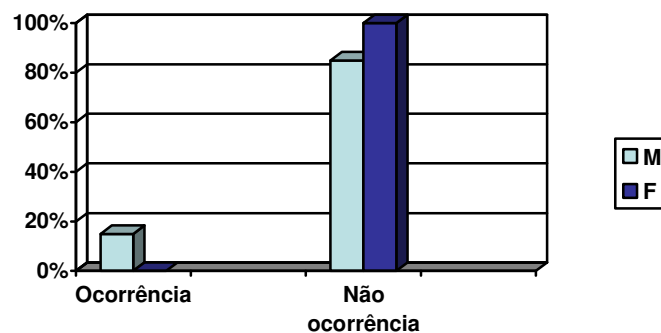
Gráfico XIV: Variação diageracional da nasal palatal



Gêneros	Ocorrência	Não Ocorrência
M	15%	85%
F	0%	100%
MÉDIAS PERCENTUAIS	7%	93%

Tabela XXIX: Realizações da nasal palatal por gênero

Gráfico XV: Variação diagenérica da nasal palatal



Para mostrar as ocorrências da variável -R, o corpus foi organizado nos seguintes contextos: pré-vocálico, inicial de vocábulo e intervocálico, e -R pós-vocálico, medial e final de vocábulo.

Em situação inicial e intervocálico, há o predomínio da fricativa glota surda, com índices baixíssimos da vibrante alveolar. Destaca-se aqui a nulidade do cancelamento de tal variável em início de vocábulo:

CARTA N°	Vocábulos	[h]	[x]	[r]
102	Rato	75%	0%	25%
32	Real	100%	0%	0%
33	Reais	100%	0%	0%
71	Roupa	92%	8%	0%
82	Resultado	92%	0%	0%
89	Ruim	100%	0%	0%
103	Remédio	92%	0%	8%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	93,98%	1,20%	4,82%

Tabela XXX: Realizações do -R em início de vocábulo

CARTA N°	Vocábulos	[h]	[r]
52	Morreu	100%	0%
81	Burro	92%	8%
	MÉDIAS PERCENTUAIS	95,83%	4,17%

Tabela XXXI: Realizações do -R em contexto intervocálico

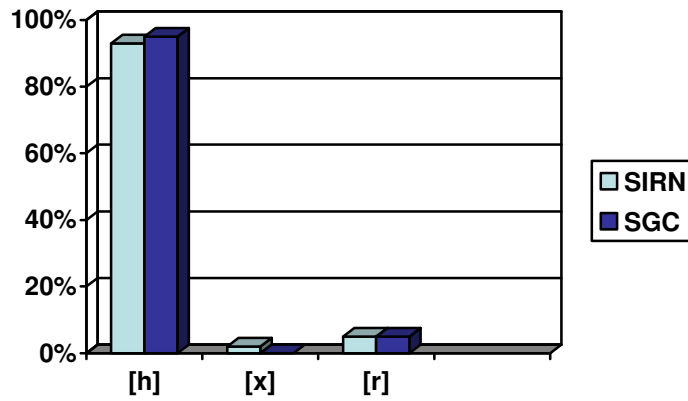
Essa produtividade também é evidente nas localidades, nas três faixas etárias e em ambos os gêneros, de acordo com os percentuais abaixo⁵⁴:

Localidades	[h]	[x]	[r]
SIRN	93%	2%	5%
SGC	95%	0%	5%
MÉDIAS PERCENTUAIS	94%	1%	5%

Tabela XXXII: Realizações do -R em início de vocábulo por localidade

⁵⁴ Optou-se por evidenciar os percentuais por localidade, faixa etária e gênero apenas do -R em contexto inicial de vocábulo.

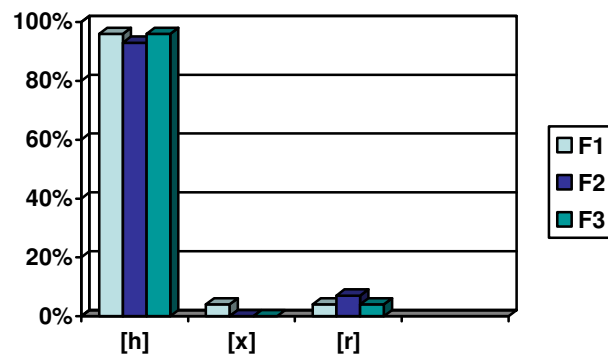
Gráfico XVI: Variação dialetal do -R em início de vocábulo



Faixa Etária	[h]	[x]	[r]
1	96%	4%	4%
2	93%	0%	7%
3	96%	0%	4%
MÉDIAS PERCENTUAIS	94%	1%	5%

Tabela XXXIII: Realizações do -R em início de vocábulo por faixa etária

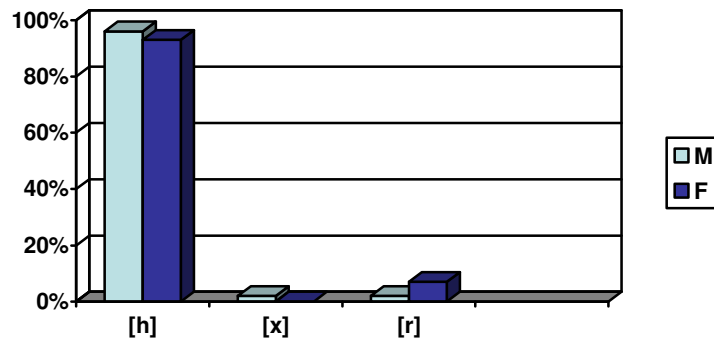
Gráfico XVII: Variação diageracional do -R em início de vocábulo



GÊNERO	[h]	[x]	[r]
M	96%	2%	2%
F	93%	0%	7%
MÉDIAS PERCENTUAIS	94%	1%	5%

Tabela XXXIV: Realizações do -R em início de vocábulo por gênero

Gráfico XVIII: Variação diagenérica do -R em início de vocábulo



No meio do vocábulo, em contexto pós-vocálico, em posição de coda silábica, há também o predomínio da fricativa glotal surda, porém ressaltam-se índices expressivos de cancelamento e da vibrante alveolar.

CARTA N°	Vocábulo	[h]	[x]	[r]	[w]	[∅]	[ɾ]
4	Órfão	33%	0%	33%	25%	0%	0%
22	Perfume	17%	0%	42%	0%	42%	0%
23	Perdido	92%	8%	0%	0%	0%	0%
24	Certo	67%	8%	17%	0%	0%	0%
35	Árvore	33%	0%	25%	0%	33%	0%
36	Virgem	17%	0%	33%	0%	33%	8%
43	Conversando	8%	0%	33%	0%	50%	8%
		40,00%	2,50%	27,50%	3,75%	23,75%	2,50%

Tabela XXXV: Realizações do -R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico, em coda silábica

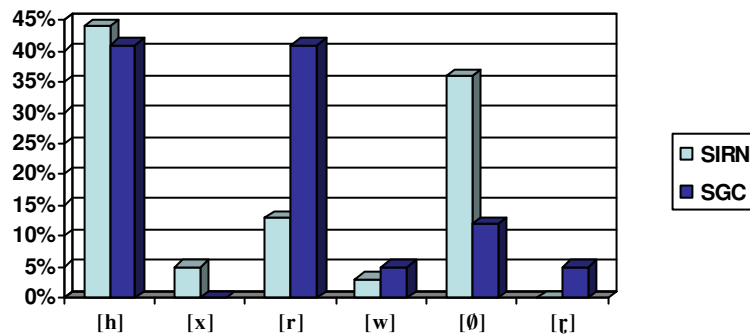
Os índices gerais de localidade, faixa etária e gênero mantêm o mesmo resultado: realizações majoritárias de fricativa glotal, com índices significativos de vibrante múltipla alveolar e cancelamento. Cabe, no entanto, algumas considerações. Em SGC, há concorrência de realizações entre [h] e [r], confirmada por um empate de percentuais, 41% e 41%, respectivamente. Continuando nesse enfoque, constata-se que essa concorrência é expressiva nos homens e na primeira faixa etária. Vale destacar também que, nas demais faixas etárias e em ambos os gêneros, a fricativa glotal não chega a 50%, concorrendo, portanto, com as

variantes de cancelamento e vibrante múltipla, conforme pode ser visto nas três tabelas e gráficos que seguem.

Localidades	[h]	[x]	[r]	[w]	[∅]	[ɾ]
1	44%	5%	13%	3%	36%	0%
2	41%	0%	41%	5%	12%	5%
MÉDIAS PERCENTUAIS	40%	3%	28%	4%	24%	3%

Tabela XXXVI: Realizações do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico, em coda silábica, por localidade

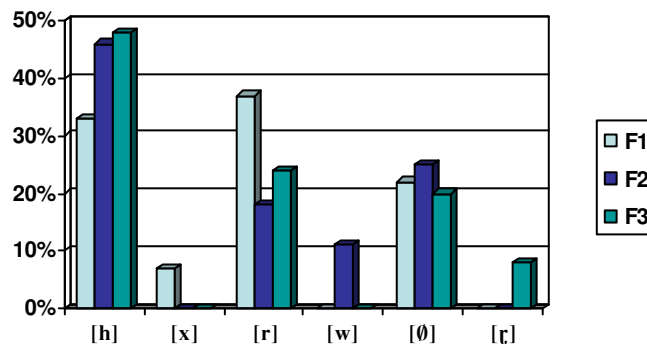
Gráfico XIX: Variação dialetal do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico em coda silábica



aixa Etária	[h]	[x]	[r]	[w]	[∅]	[ɾ]
1	33%	7%	37%	0%	22%	0%
2	46%	0%	18%	11%	25%	0%
3	48%	0%	24%	0%	20%	8%
MÉDIAS PERCENTUAIS	43%	3%	26%	4%	23%	3%

Tabela XXXVII: Realizações do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico, em coda silábica, por faixa etária

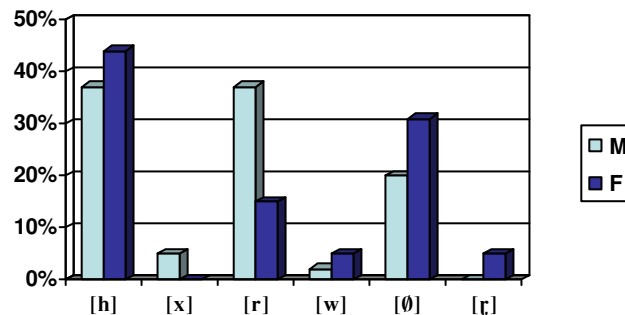
Gráfico XX: Variação dialetal do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico em coda silábica



Gêneros	[h]	[x]	[r]	[w]	[∅]	[ɾ]
M	37%	5%	37%	2%	20%	0%
F	44%	0%	15%	5%	31%	5%
MÉDIAS PERCENTUAIS	40%	3%	26%	4%	25%	3%

Tabela XXXVIII: Realizações do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico, em coda silábica, por gênero

Gráfico XXI: Variação diagenérica do –R em meio de vocábulo em contexto pós-vocálico em coda silábica



Observa-se, assim, um resultado interessante no Alto Rio Negro, na medida em que se encontra certa expressividade da vibrante múltipla, principalmente, em SGC. Isso pode guiar algumas hipóteses.

A primeira pode centrar-se na ausência de tal variante nos segmentos consonantais do Nheengatu, conforme mostra Cruz (2011):

O sistema consonantal do Nheengatú contém uma tripla oposição entre oclusivas surdas, sonoras e nasais plenas — envolvendo três articuladores contrastivos: [LABIAL], [CORONAL] e [DORSAL]. Não parece haver, entretanto, uma nasal dorsal. O sistema contém ainda uma vibrante simples e duas fricativas surdas, distintas pelos traços [\pm anterior] (p. 34).

O quadro abaixo ilustra melhor esse sistema consonantal:

LABIAL	CORONAL	DORSAL
p	t	K
b	d	G
	s	ʃ
m	n	ɲ
	r	

Quadro VIII: Sistema Consonantal do Nheengatu, adaptado de Cruz (2011)

Em relação ao Tukano, Lasmar (2005) e Andarello (2006) indicam que o *r* é uma variação de *d* entre duas vogais, geralmente pronunciado como o *r* em *caro*, sendo possível ainda encontrar a forma *l* como em *calo*.

CONSOANTES SURDAS	CONSOANTES SONORAS
p	b (m) w
t s	d (n, r) y
k h	g

Quadro IX: *Consoantes do Tukano*. Adaptação de Lasmar (2005)

Em virtude disso, uma possível resposta, para entender a presença da vibrante múltipla em SGC, possa situar-se nas constantes imigrações ocorridas no Alto Rio Negro, que recebe inúmeros militares de diferentes regiões do país ou nas trocas linguísticas ocasionadas pelo limite fronteiriço com a Colômbia e a Venezuela, visto que o espanhol do ponto de vista fonológico apresenta

[...] dois fonemas vibrantes: a vibrante simples e a vibrante múltipla que se opõem somente em posição intervocálica [...]. Em posição pós-nuclear (final de sílaba ou de palavra) se neutralizam e em posição inicial de palavra só aparece a vibrante múltipla (CARVALHO, 2004, p. 70, com adaptações).

Já, em final de vocábulo, a norma da variável –R é o apagamento, com percentuais gerais inexpressivos de fricativa glotal e vibrante alveolar.

CARTA N°	Vocábulo	Informantes	[h]	R	Ø
29	Queimar	12	17%	0%	83%
42	Afogar	12	0%	0%	83%
45	Comer	12	8%	8%	83%
47	Desovar	12	17%	17%	58%
54	Coador	12	0%	17%	83%
70	Flor	12	8%	17%	58%
91	Mulher	12	17%	0%	83%
95	Plantar	12	0%	0%	92%
101	Devagar	12	17%	0%	83%
	MÉDIAS PERCENTUAIS		8,77%	7,02%	84,21%

Tabela XXXIX: *Realizações do –R em final de vocábulo*

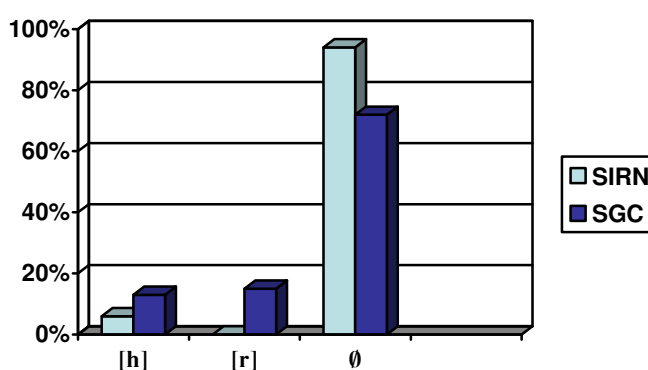
Trabalhando essas variantes em termos de localidades, comprova-se a produtividade do apagamento do –R em final de vocábulo, entretanto uma análise mais detalhada permite encontrar um percentual com destaque da vibrante alveolar em São Gabriel da Cachoeira (18%) em contraste com SIRD (0%). Permite também verificar, numa atenção vertical, isolando apenas o [r], que tal variante é mais expressiva na primeira faixa etária e no gênero masculino, aproximando-se, assim, do resultado do R- medial, nessas duas variáveis: idade e gênero. Verifica-se, ainda, nos dados da tabela XLI, uma possível mudança em curso na direção do apagamento do [R] em posição final de vocábulo, entretanto, pesquisas futuras poderão detalhar com precisão essa hipótese, na medida em que se precisa analisar tal ocorrência em termos de classes de palavras, já que os dados revelam o apagamento, principalmente, nos verbos no infinitivo.

As tabelas abaixo ilustram isso:

Localidades	[h]	[r]	∅
SIRD	6%	0%	94%
SGC	13%	15%	72%
MÉDIAS PERCENTUAIS	10%	8%	82%

Tabela XL: Realizações do –R em final de vocábulo por localidade

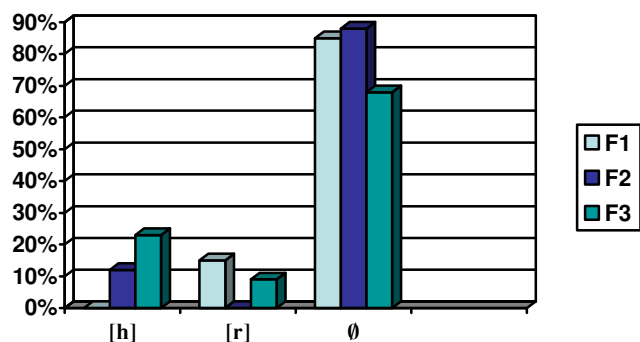
Gráfico XXII: Variação dialetal do –R em final de vocábulo



Idade	[h]	[r]	∅
1	0%	15%	85%
2	12%	0%	88%
3	23%	9%	68%
MÉDIAS PERCENTUAIS	10%	9%	82%

Tabela XLI: Realizações do –R em final de vocábulo por faixa etária

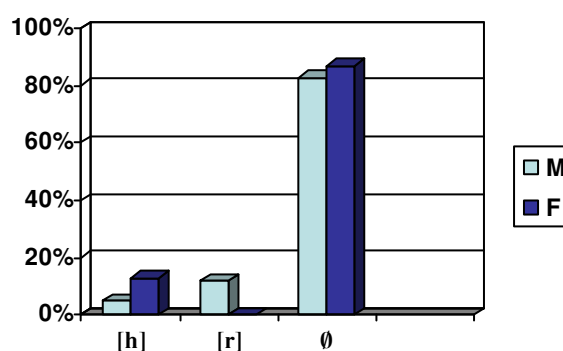
Gráfico XXIII: Variação diageracional do –R em final de vocábulo



Gêneros	[h]	[r]	Ø
M	5%	12%	83%
F	13%	0%	87%
MÉDIAS PERCENTUAIS	9%	6%	85%

Tabela XLII: Realizações do –R em final de vocábulo por gênero

Gráfico XXIV: Variação diagenérica do –R em final de vocábulo



O –S, em coda silábica tanto medial quanto final, apresenta-se categoricamente como pós-alveolar, confirmando, assim, os dados de Cruz-Cardoso (2004), encontrados em Barcelos:

CARTA N°	Vocábulo	[s]/[z]	[ʃ]/[ʒ]
14	Estragada	0%	100%
15	Esgoto	0%	100%
16	Espinha	8%	92%
17	Pescoço	0%	100%
34	Hóspede	8%	83%
46	Mosquito	8%	92%
80	Fósforo	0%	100%
100	Caspa	17%	83%
MÉDIAS PERCENTUAIS		5,26%	94,74%

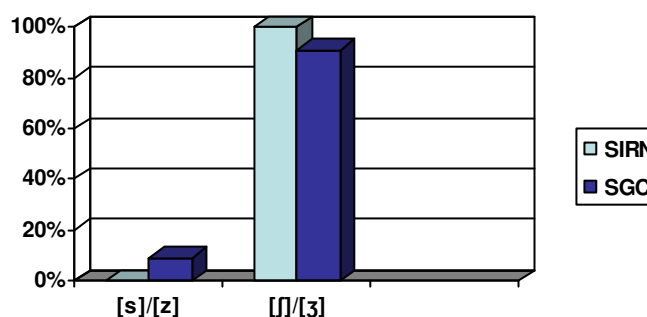
Tabela XLIII: Realizações do -S em coda silábica medial de vocábulo

Os índices de localidade, faixa etária e gênero também revelam a ocorrência significativa da palatalização do -S em contexto medial de vocábulo, ilustrados a seguir:

Localidades	[s]/[z]	[ʃ]/[ʒ]
SIRN	0%	100%
SGC	9%	91%
MÉDIAS PERCENTUAIS	5%	95%

Tabela XLIV: Realizações do -S em coda silábica medial de vocábulo por localidade

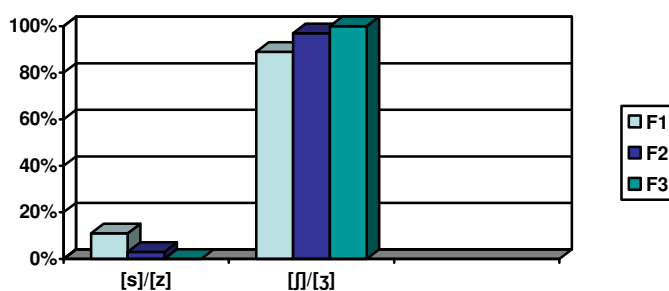
Gráfico XXV: Variação dialetal do -S em coda silábica medial de vocábulo



Faixa Etária ⁵⁵	[s]/[z]	[ʃ]/[ʒ]
1	11%	89%
2	3%	97%
3	0%	100%
MÉDIAS PERCENTUAIS	5%	95%

Tabela XLV: Realizações do -S em coda silábica medial de vocábulo por faixa etária

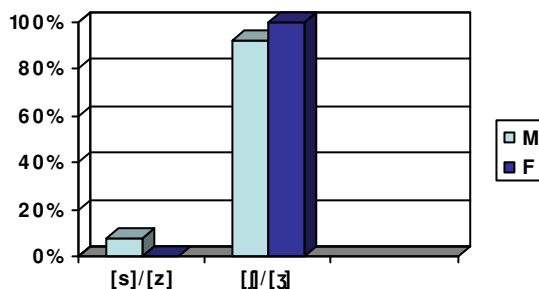
Gráfico XXVI: Variação diageracional do -S em coda silábica medial de vocábulo



Gêneros	[s]/[z]	[ʃ]/[ʒ]
M	8%	92%
F	0%	100%
MÉDIAS PERCENTUAIS	4%	96%

Tabela XLVI: Realizações do -S em coda silábica medial de vocábulo por gênero

Gráfico XXVII: Variação diagenérica do -S em coda silábica medial de vocábulo



⁵⁵ A realização do [S] alveolar em coda silábica na fala dos mais jovens, apesar da baixa produtividade, sinaliza as seguintes hipóteses: possibilidade de mudança em curso ou o fato de SGC receber militares de outras regiões do país. Dado a ser investigado em trabalhos futuros.

Verifica-se que as poucas ocorrências de [s/z] ocorre em SGC, na primeira faixa etária e em homens.

Os vocábulos com -S em contexto final confirmam tais resultados, por isso, aqui não foram elencados, o que pode ser conferido nas cartas de números: 7, 83, 84, 88, 97, 104 e 107, no segundo volume.

Com esses dados, têm-se mais registros capazes de confirmar a hipótese de Cruz (2004) de que há uma isófono referente a palatalização do -S “[...] que congrega, basicamente, as microrregiões do Alto Rio Negro, do Médio e do Baixo Amazonas [...]” (p. 134, com adaptações). Trabalhos futuros poderão continuar confirmando isso.

5. CONCLUSÃO

Mapear linguisticamente o Alto Rio Negro não é fácil. Alguns diriam quase impossível. É uma região de grande riqueza e diversidade linguística, em torno de 20 línguas faladas, contabilizando as nativas, o português e o espanhol. Diante disso, o pesquisador precisa delimitar bem o seu foco, tendo noção de que inúmeras trocas linguísticas entre os diversos idiomas ali presentes formam o conjunto de falares do Alto Rio Negro.

A presente pesquisa, partindo desse ponto, procurou fazer um levantamento do português falado nessa área. De início, embora reconhecesse a grande concentração indígena dessa região, acreditou-se em encontrar falantes monolíngues em português. Mas, ao chegar a Santa Isabel do Rio Negro, a realidade se apresentou totalmente diferente: todos os nascidos com pais também nascidos na localidade eram de origem indígena, na sua maioria bilíngue. Vale destacar que esse bilinguismo apresentava-se de diversas formas: uns dominavam uma língua nativa e o português; outros dominavam de forma ativa o português e apenas compreendiam a sua língua materna; e havia ainda aqueles que estabeleciam domínios de uso para todos os idiomas do seu repertório linguístico, não encontrando, assim, informante que afirmasse dominar apenas uma língua. Com isso, um novo critério metodológico foi estabelecido: os informantes seriam indígenas e bilíngues em língua nativa e português. O resultado desse novo procedimento confirmou como a região em questão é multiétnica, caracterizada pela diversidade cultural e linguística.

Outra dificuldade centrou-se em encontrar informantes com baixa escolaridade. É notória, ao conhecer a história do Alto Rio Negro, a presença significativa dos salesianos na educação dos índios que lhes incutiu a importância e o gosto pelos estudos. Os residentes na sede têm, por exemplo, ao menos, o ensino médio completo e uma parcela destacável possui nível superior. Ao se deparar também com tal realidade, a fim de manter o critério de escolaridade estabelecido, analfabeto ou fundamental incompleto até o 5º ano, a procura por colaboradores da pesquisa concentrou-se em comunidades muito distantes, muitas vezes de três a oito dias de viagem para se chegar a sede. Como não se dispunha de tempo para viajar até elas, esperava-se pelos indígenas no porto de cada localidade e as entrevistas, quando não eram feitas nas próprias embarcações, foram realizadas em praças, feiras, prefeitura e porta de banco. Apesar de tantas dificuldades, ao final de um mês, todas as gravações estavam finalizadas.

Restava-se, então, o trabalho de transcrição e análise. Nesse momento, percebeu-se como seria impossível refletir sobre os dados sem conhecer o quadro fonológico de duas

línguas muito evidentes na pesquisa: o Nheengatu e o Tukano. A presença da primeira justifica-se por ter sido a língua usada durante o período de colonização portuguesa na área e a segunda por ter se tornado língua franca, permitindo a comunicação entre povos de línguas paternas distintas. Dessa forma, o Nheengatu substituiu muitas línguas de origem, principalmente, a do povo Baré, assim como o Tukano que passou a ser usado por muitas comunidades locais, como as do Desana e Tariana.

O objetivo de conhecer os segmentos consonantais e vocálicos dessas línguas não serviu para interpretar os fenômenos linguísticos encontrados no Alto Rio Negro, pois essa não era a finalidade da pesquisa, mas para poder traçar hipóteses que possam ser investigadas em trabalhos futuros, pois a interferência destas no português ou vice-versa é inevitável.

Além dessas duas línguas, teve-se também o cuidado de evidenciar os segmentos do espanhol, a fim de estabelecer também suposições acerca das ocorrências encontradas, em virtude do limite fronteiro com a Colômbia e a Venezuela.

O resultado, ao final desta proposta, mostrou que, em aspectos do vocalismo:

- 1) Há o predomínio de vogal média anterior e posterior pretônica fechada, mesmo em contextos linguísticos favoráveis ao alçamento;
- 2) Revelou também a presença significativa da monotongação, principalmente do [ow];
- 3) Não ocorreu caso de alçamento de [o] e abaixamento de [u] em situação de tonicidade.

Em relação ao consonantismo:

- 1) As realizações de /t/ e /d/ são categoricamente pós-alveolares diante de [i];
- 2) A lateral alveolar /l/, em contexto pós-vocálico, apresenta-se semivocalizada [w];
- 3) A lateral palatal mostra-se predominantemente como [ʎ];
- 4) A nasal palatal /n/ apresenta baixos índices de ocorrência, caracterizando-se como [ɲ] ou [y].
- 5) O –R, em contexto inicial e intervocálico, ocorreu como fricativa glotal surda;
- 6) –R em meio de vocábulo, em contexto pós-vocálico, também ocorreu majoritariamente como fricativa glotal, apresentando também índices expressivos de cancelamento e da vibrante múltipla;
- 7) O –S em coda silábica apresenta-se, de forma majoritária, como palatalizado.

Considerando as variações dialetais, diageracionais e diagenéricas, percebe-se que, em todas elas, o resultado confirma os fenômenos acima, com pequenas particularidades, destacadas a seguir:

- 1) Processo de concorrência da vogal média anterior fechada e aberta, embora com destaque para a primeira, em SIRN e SGC;
- 2) Em se tratando de vogal posterior fechada, a terceira faixa etária e as mulheres tendem a realizá-la mais;
- 3) Quanto ao ditongo [ey], SIRN tende a monotongar mais que SGC, 59% contra 47%, respectivamente;
- 4) A redução desse ditongo é destacável também na primeira e segunda faixas etárias, enquanto que, na terceira, há concorrência entre manutenção e redução;
- 5) Encontra-se nas mulheres índices percentuais maiores de manutenção do ditongo [ey];
- 6) Em SGC, presencia-se discreta concorrência entre [l^j] e [ʎ];
- 7) O -R, em contexto medial pós-vocálico, apresenta-se de forma expressiva como [r] no gênero masculino e na primeira faixa etária;
- 8) Em relação ao -S, as poucas ocorrências de [s/z] são encontradas em SGC, no gênero masculino e na primeira faixa etária.

Com esses dados, têm-se o panorama de realizações de vogais e consoantes do português falado no Alto Rio Negro. Ressalta-se que tais resultados não são definitivos, mas iniciam um processo de conhecimento do português falado nessa área que surge do contato entre as diversas línguas indígenas, entre as trocas linguísticas constantes na região de fronteira, com a Colômbia e a Venezuela, bem como do contato com os diversos militares de diferentes partes do Brasil que para ali vão em missão.

Além disso, tais resultados podem originar outros trabalhos que pretendam correlacionar os registros fonéticos do Português do Alto Rio Negro, Médio e Baixo Amazonas com outras regiões do Amazonas e do Norte, bem como servir de comparação a resultados de outras regiões brasileiras. É possível também, a partir dos dados aqui apresentados, aprofundar o estudo do contato entre línguas, mostrando as interferências das línguas indígenas no português falado em SGC e SIRN.

Espera-se, portanto, ter contribuído com os estudos geossociolinguísticos realizados no Amazonas, iniciados com o ALAM em 2004, e com o ALiB, a partir de 1996,

apresentando a caracterização linguística de mais uma área do Brasil, com traços culturais, étnicos e linguísticos de intensa complexidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005.

ANDRELLO G, BUCHILLET D, AZEVEDO M. (Coordenadores). *Levantamento Sócio-Econômico, Demográfico e Sanitário de Iauaretê/Centro*. Primeiro Relatório. São Gabriel da Cachoeira/AM: ISA, 2002.

ANDRELLO, Geraldo. *Cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *Ditongação X monotongação no falar de fortaleza*. Universidade Federal do Ceará – UFC, 2008. (Trabalho apresentado – projeto profala). Disponível em: <http://www.profala.ufc.br/Trabalhos.htm>.

ASSIS, Lenita de Paula Souza. *Da cachaça à Libertação: Mudanças nos hábitos de beber do povo Dâw no Alto Rio Negro*. Revista Antropos. Vol. 1. Ano 1. Novembro, 2007. Disponível em: <http://revista.antropos.com.br/downloads/Da%20Cacha%20E7a%20a%20Liberta%20E7%20E3o%20-%20Lenita%20de%20Paula%20Souza%20Assis.pdf>

BARRETO, Mônica Maria Guimarães Savedra. Bilinguismo e Bilingualidade: uma nova proposta conceitual. In: SALGADO, Ana Claudia Peters; BARRETO, Mônica Maria Guimarães Savedra (Orgs.). *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato: homenagem ao professor Jürgen Heye*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981. Tese de Doutorado em Linguística.

_____. *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRITO, Roseanny de Melo. *Atlas dos Falares do Baixo Amazonas – AFBAM*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

BRUNO, Ana Carla dos Santos. Multilinguismo no Alto Rio Negro: Uma interação entre Língua, Cultura e Sociedade. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. *Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro*. Manaus: UEA Edições, 2010.

CABALZAR, Aloísio; RICARDO, Carlos A. (Editores). *Povos indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 1998.

_____; _____. Cabeça do Cachorro é área cultural de povos indígenas. In: RICARDO, Fanny (Org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPOS, Maria Sandra. *O alicamento das vogais posteriores em sílaba tônica: um estudo do português falado em Borba no Amazonas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009. Tese de Doutorado em Letras.

CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARVALHO, Kelly Cristiane Hensechel Pobbe de. *Descrição fonético-acústica das vibrantes no português e no espanhol*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2004. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br>.

CORRÊA, Hydelydia Cavalcante de. *O falar do caboclo: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves*. Rio de Janeiro: PUC, 1980. Dissertação de Mestrado em Letras: Língua Portuguesa.

CUNHA, Cláudia de Souza. Corpus ALib: uma base de dados para pesquisas atuais e futuras. In: CUNHA, Cláudia de Souza. *Estudos Geo-sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (UFRJ), 2006.

CRUZ, Aline da. *Fonologia e Gramática do Nheengatú: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*. Utrecht, Países Baixos: LOT, 2011.

CRUZ, Maria Luiza de Carvalho. *Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2004. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas.

DE HEREDIA, Christine. Do bilinguismo ao falar bilíngue. In: VERMES, G.; J., Boutet (Orgs.). *Multilinguismo*. Campinas: Unicamp, 1989.

DIAS, Carla de Jesus (Org.). *Santa Isabel do Rio Negro (AM): situação socioambiental de uma cidade ribeirinha no noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental; Santa Isabel do Rio Negro, AM: ACIMRN: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro; São Gabriel da Cachoeira, AM: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2008.

FARIA, Ivani Ferreira. *Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: EDUA, 2003.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1756-1815). *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. SANTOS, Francisco Jorge dos; URGATE, Auxiliomar Silva; OLIVEIRA, Mateus Coimbra de (Orgs.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FISHMAN, Joshua A. *Sociolinguistique*. Bruxelles/Paris: Labor/Nathan, 1971.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da Língua Geral ao Português: Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Literatura Comparada apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras.

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Etnias do Rio Negro. In: *Povos Indígenas no Brasil*, 2002. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/etnias-do-rio-negro/1523>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LASMAR, Cristiane. *De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

LIMA, Janete Cleide do Nascimento. *Interlíngua: aspectos fonéticos e fonológicos na aprendizagem do espanhol como língua estrangeira*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2008. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.unicap.br>.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice (Orgs.). *Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador. Quarteto, 2006.

PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO (AM). *Uma breve Caracterização do Município de Santa Isabel*. 2010.

PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA CAHOEIRA. *Histórico do Município*. 2010.

RAMOS, Conceição de Maria Araújo; BEZERRA, José Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas; FEITOSA, Márcia Manir Miguel; VIANA, Manuela Maria Cyrino; SILVA, Maria Teresinha de Jesus Baldez e Silva; FEITOSA, Antonio Cordeiro. O Atlas Linguístico do Maranhão: os caminhos do português falado no Maranhão. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005.

RAMIREZ, Henri. *A fala Tukano dos Ye'pâ-Masa: Tomo I - Gramática*. Manaus: CEDEM, 1997.

RAZKY, Abdelhak. Atlas Linguístico sonoro do Pará: uma nova perspectiva para a organização de Corpus Geolinguístico. AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005.

RIBEIRO, João Carlos Wormsbecher. *Estudo Comparativo da Estrutura Silábica em Espanhol e Português*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/17393>

RICARDO, Beto; ANTONGIOVANNI, Marina. *Visões do Rio Negro: construindo uma rede socioambiental na maior bacia de águas pretas do mundo*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

RODRIGUES, Aryon Dall'agna. As línguas indígenas no Brasil. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Editores). *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

SILVA, Lúcia Helena Ferreira da. *Comportamento da vogal tônica posterior média fechada /o/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/ nos municípios de Itapiranga e Silves*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

THUN, Harald. *La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle*. In: XXIIe. CONGRES INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOLOGIE ROMANES. Bruxelles, 1998, Actes... V. III. NIEMEYER, Max. 2000, p. 367-388.

_____. *O tratamento do material etnográfico no Atlas Linguístico Diatópico y Diastrático Del Uruguay (ADDU)*. In: ENCONTRO SOBRE CULTURA POPULAR (1. : 1997: Ponta Delgada – Açores). Actas... FUNK, Gabriela (Orgs.). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1999. p. 481-499.

TORRES, Francinery Gonçalves Lima. *A realização das variantes /ʎ/ e /j/ nos municípios de Itapiranga e Silves (parte do Médio Amazonas)*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. Dissertação de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

URIEL, Weinreich; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

VIEGAS, Maria do Carmo. *Alçamento de vogais médias pretônicas: uma abordagem sociolinguística*. Belo Horizonte, UFMG, 1987. Dissertação de Mestrado.

WRIGHT, Robin M. História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: CUNHA, Manoela C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Das Letras; Secretaria Municipal de Cultura - FAPESP, 1992.